Sumário

Novas tendências nos serviços baianos de turismo 3

Desempenho econômico da Bahia 7

O mal estar social do início da Era Lula: o desemprego 15

Perspectivas de políticas econômicas para o governo Lula 20

Nova PME e PED: até que ponto estão mais próximas? 27

O jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador 33

Medidas de desigualdade e pobreza: Bahia, Nordeste e Brasil 39

Investimentos industriais previstos no estado da Bahia 43

Grifos 46

Indicadores conjunturais 53

Novas tendências dos serviços baianos de turismo

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

Com o início do governo Lula, o setor de turismo passou a ter um novo papel na política governamental. Constituindo-se, o setor, em um importante vetor de desenvolvimento econômico e social, o Governo Federal criou o Ministério do Turismo, que tem como metas prioritárias de sua gestão: atingir, até 2006, o total de nove milhões de turistas estrangeiros por ano, gerando divisas na ordem de US$ 8 bilhões, e aumentar de 40 milhões para 60 milhões os desembarques anuais nos vôos domésticos e criar condições para gerar 1,2 milhão de novos empregos no turismo ao final do período. Na Bahia, segundo a Bahiatursa, a meta é atingir cinco milhões de visitantes, até 2005.

O governo Lula também criou o Conselho Nacional de Turismo, formado por representantes de vários ministérios, instituições públicas e entidades representativas do setor, tem como atribuições propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo.

Destaca-se também a instalação dos fóruns estaduais de turismo a serem constituídos pelas diversas instituições que compõem a cadeia produtiva do turismo, em cada estado e no Distrito Federal, e que terão como objetivo apoiar e coordenar o processo de descentralização do planejamento e da gestão da atividade turística, sugerir e propor prioridades e ações, e inserir os municípios no processo de organização e integração do turismo brasileiro, entre outros. A idéia é descentralizar, ao máximo, a atividade turística no Brasil.

O Ministério do Turismo lançou também, em abril, o Programa Nacional de Financiamento e Promoção de Investimento no Turismo, que disponibilizará para o setor R$ 1,8 bilhão este ano, em quatro linhas de financiamento (PROGER Turismo – Investimento e Recebíveis, Fundos Constitucinais, BNDES e Caixa Econômica Federal) e poderá ser utilizado pelos mais diferentes segmentos, desde microempresas até grandes grupos de hotéis.[1]

Ao Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur caberá cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior. De acordo com o Plano Nacional de Turismo (PNT), a Embratur executará, nos próximos quatro anos: a elaboração e implantação do plano de marketing para o turismo brasileiro; a definição e execução da política de ações promocionais e apoio à comercialização dos produtos turísticos; a formatação e organização de novos produtos e roteiros turísticos integrados; e a elaboração de estudos e pesquisas que orientem os processos de tomada de decisão e avaliem o impacto da atividade turística na economia nacional.

Destaque-se a criação do programa de geração e disseminação de informações sobre o turismo brasileiro com o objetivo de conhecer os mercados nacional e internacional, o impacto do turismo na economia do país, a orientação dos investimentos em turismo e a promoção da comunicação dos resultados obtidos ao mercado, imprensa e órgãos oficiais de turismo, assim como orientar as políticas públicas e privadas.

São cinco as áreas de atuação: geração de indicadores para o turismo; realização de estudos e pesquisas (demanda turística internacional, estudo do mercado doméstico, mercado de eventos, etc.); avaliação do impacto do turismo na economia; indução de investimento (diagnósticos de meios de hospedagem, centros de convenções e eventos e oportunidades de negócios para pequenos e micro investidores); e disseminação de informação (anuário, boletins e rede nacional de informação turística).

Atualmente, no Brasil, existe um número significativo de empresários interessados em investir seus recursos ou de terceiros, na modernização, ampliação e/ou construção de empreendimentos turísticos. No entanto, alguns desses empresários não dispõem das informações necessárias para o desenvolvimento de seus projetos, como linhas de financiamento, dados econômicos e financeiros, cadastro de empresas prestadoras de serviços e fornecedores de produtos, matriz de classificação hoteleira, dentre outras.

Diante disso, a EMBRATUR elaborou a Bolsa de Negócios Turísticos, que deverá disponibilizar através da Internet, um banco de dados contendo todas as informações, necessárias para orientar os empresários no desenvolvimento de seus negócios. Para dar uma

maior capilaridade à Bolsa de Negócios Turísticos, a EMBRATUR firmou uma parceria com o SEBRAE, de forma que as duas bolsas estão interligadas, gerando um banco de dados com milhares de empresas cadastradas.

Existe um número significativo de empresários interessados em investir seus recursos ou de terceiros, na modernização, ampliação e/ou construção de empreendimentos turísticos.

Além da infra-estrutura disponibilizada pelo governo federal, existe toda uma política de incentivo ao turismo regional no Brasil, destacando-se aqui na Bahia o já instalado Prodetur I - Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo, e o atual, ainda em andamento, Prodetur/NE-II, que integra o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

O Prodetur Bahia iniciou-se em 1991, com a contratação de consultorias para a identificação de possíveis pólos turísticos no estado. Com isso foram definidas sete zonas turísticas, que receberiam apoio estatal para prover infra-estrutura e alavancar o desenvolvimento do turismo. Em 1995 foi lançado o Prodetur-Nordeste (em duas etapas). No Prodetur I, a Bahia recebeu US$ 140 milhões em financiamentos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para o projeto, através do Banco do Nordeste e participou com mais US$ 112 milhões. O Prodetur II conta com um montante de recursos da ordem de US$ 670 milhões, sendo US$ 400 milhões oriundos de financiamentos do BID/BNB e US$ 270 milhões da contrapartida dos governos estaduais, para implantação e/ou melhoria da infra-estrutura turística no Nordeste, visando atrair investimentos nacionais e estrangeiros.[2]

Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, e Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina, são os dois primeiros municípios baianos a se habilitarem ao Prodetur II, que só está dependendo da assinatura do contrato entre o governo federal e o Banco Mundial para o dinheiro ser liberado. [3]

As duas cidades são as únicas até agora a concluírem a terceira fase da oficina do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), requisito indispensável para um município se habilitar aos recursos do Prodetur II. Camaçari realizou a oficina de planejamento em dezembro de 2002, enquanto a de Morro do Chapéu ocorreu no final de abril de 2003.

Na oficina da terceira fase, que tem a participação de membros do Conselho Municipal de Turismo e de convidados, são identificados os atrativos naturais e feito o planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável do turismo no município. O plano de ação tem prazo de atuação estabelecido, sendo constantemente monitorado e cobrado pelo Conselho Estadual do PNMT. A previsão é de que até o final do ano mais sete municípios baianos concluam a terceira fase da oficina do PNMT.

O governo Paulo Souto lançou nesse primeiro semestre de 2003, o Programa de Certificação da Qualidade para o Setor de Turismo do Estado da Bahia (Qualitur), que é o primeiro e, por enquanto, o único selo de qualidade do setor turístico implantado no país. Esse programa. tem como objetivo assegurar a excelência na qualidade dos serviços prestados no estado, a fim de oferecer aos turistas um atendimento de alto padrão, em nível internacional. Para tanto, irá certificar os diversos estabelecimentos turísticos a partir de normas específicas e bem definidas, avaliadas por auditoria, que garantam a qualidade dos serviços prestados. Por isso a preocupação do governo em qualificar empresas e funcionários que atuam nas diversas áreas do turismo baiano. Os empreendimentos que negociam com produtos e serviços de turismo, localizados nos municípios que integram as zonas turísticas da Baía de Todos os Santos, especificamente Salvador e entorno, costas dos Coqueiros e do Descobrimento, serão os primeiros

A auditoria das empresas será realizada pelo BVQI (Bureau Veritas Quality International) e a dos profissionais pelo IH (Instituto da Hospitalidade). Com base nos resultados das auditorias, as empresas serão classificadas em níveis, conforme a metodologia do programa, com a entrega dos certificados em cerimônia pública. Dentre as empresas certificadas, serão selecionadas as que poderão ser reconhecidas pelo PGQB (Prêmio de Gestão Qualidade Bahia).

A direção geral do programa será de responsabilidade de um Conselho Diretor, presidido pela Bahiatursa com o apoio da Secretária de Cultura e Turismo (SCT) e da Secretária de Trabalho e Ação Social (Setras).

Outra importante instituição para o setor turístico baiano é o Instituto da Hospitalidade, criado por 32 entidades que atuam nas áreas de educação, trabalho, cultura e turismo, e que têm a missão de contribuir para a promoção da cultura da hospitalidade, visando ao aprimoramento do turismo.

Considerado um forte instrumento de crescimento econômico, o turismo baiano tem se notabilizado não apenas pelo trabalho profissional mas, também, pela vasta rede de empreendimentos hoteleiros de alta qualidade instalada no estado. Hotéis como o Pestana de Salvador, Transamérica na Ilha de Comandatuba, Txai Resort em Itacaré, Complexo Costa de Sauípe e Praia do Forte Ecoresort, além dos dois da badeira Club Med - um na Ilha de Itaparica e o recém-inaugurado em Trancoso, Porto Seguro -, entre outros, são exemplos do elevado padrão de serviços de qualidade, conforto e lazer oferecidos aos turistas nacionais ou internacionais.

Prova de que a Bahia é um forte pólo turístico é a perspectiva de atração de novos investimentos em empreendimentos turísticos nos próximos anos; Somente na Costa dos Coqueiros, uma das nove zonas turísticas da Bahia, a iniciativa privada está investindo mais de US$ 350 milhões na implantação de dois novos empreendimentos hoteleiros dos grupos europeus Iberostar e Vila Galé, localizados, respectivamente, nas praias do Forte e Guarajuba.[4] A instalação desses empreendimentos responde à estratégia do governo de atrair pessoas de maior poder aquisitivo, com intuito de aumentar a renda na mesma proporção que o fluxo de turistas. Para tanto é necessário criar condições com nichos bastante especiais, como, por exemplo, hotéis de alto padrão.

O grupo Iberostar, líder no setor de turismo na Espanha, investirá US$ 300 milhões na implantação de um *resort* com dois mil apartamentos, na Praia do Forte, além de um moderno centro de convenções para abrigar eventos e congressos do crescente mercado do turismo de negócios. Com previsão de funcionamento no final de 2004, o empreendimento vai oferecer mais de três mil empregos diretos e 4,5 mil empregos indiretos.

Com mais de 70 anos de experiência, o grupo Iberostar, presente em 23 países, foi o primeiro grupo espanhol a integrar todas as atividades turísticas. Em 1999 alcançou um faturamento de US$ 1,2 bilhão.

O outro empreendedor, o grupo português Vila Galé pretende investir na construção do hotel Great Resort, Conference & Spa Hotel, para tanto, adquiriu um terreno com cerca de 200 mil metros quadrados, com mais de 500 metros de frente para o mar, próximo à Praia do Forte. Serão investidos cerca de US$ 30 milhões na construção do empreendimento, o segundo da marca no território brasileiro - o outro é na cidade de Fortaleza (CE) -, com 350 apartamentos. A área, que vai abrigar um hotel resort tem espaço reservado para conferências e também conta com um spa. O início do funcionamento está previsto para fins de 2005, oferecendo 250 empregos diretos e mais de mil indiretos. Com 15 anos de existência e 15 unidades hoteleiras em funcionamento, o grupo Vila Galé está de olho no mercado brasileiro.

Outros novos empreendimentos estão previstos até 2005: a rede Sofitel irá transformar o Convento do Carmo, no Pelourinho, em um hotel com centro de convenções e museu de arte sacra (com investimento total de R$ 16 milhões); a rede americana Choice International irá construir o Comfort Suits Pituba, na Av. Magalhães Neto; o Cosmopolitan International Business Hotel, com as bandeiras Mercure e Ibis (R$ 33 milhões); o grupo Portobello na praia de Armação (R$ 30 milhões); o hotel Holliday Inn Express Salvador, no bairro do Stiep (R$ 25 milhões); a reforma do Palace Hotel, na Rua Chile, pelo grupo português Alexandre de Almeida (A.A.) e a construção, pelo grupo português Reta Atlântico, de três hotéis e quatro condomínios residenciais em Imbassaí, na Linha Verde (US$ 45 milhões).[5]

As expectativas para 2003 são as melhores possíveis, pois, além dos novos empreendimentos que futuramente serão instalados no estado, tem-se a perspectiva de melhoria na economia mundial, principalmente nos países vizinhos da América Latina, que contribuirá para o aumento do fluxo de turistas.

Conjunturalmente já se observa o dinamismo do turismo baiano em 2003. O movimento de passageiros de vôos internacionais no Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães, entre janeiro e abril deste ano, foi 44,8% maior do que em igual período de 2002. Nos vôos domésticos, o crescimento foi de 0,9%: 951.305 passageiros, contra os 943.194 de 2002.[6]

Como política de atração, a Secretaria de Turismo de Salvador da Bahia está investindo, desde 2002, para promover a cidade turisticamente na Espanha, pois o mercado espanhol é uma das primeiras expectativas de atração de turistas para esta região do Brasil. A Espanha é o quinto mercado internacional, depois da Alemanha, que ocupa o primeiro, Itália, França e Portugal. Durante 2001 Salvador recebeu um total de 4,31 milhões de turistas, dos quais 500 mil eram estrangeiros. Atualmente, em Salvador operam as empresas hoteleiras espanholas Sol Meliá e Barceló, assim como as principais operadoras de turismo espanholas (Marsans, Corte Inglés e Mundicolor, entre outras).

Outra fonte de expansão turística que promete dinamizar o turismo no estado dá-se durante as festas regionais que atraem um público específico. No mês de junho, durante as comemorações dos festejos juninos, diversos municípios do Estado fazem os preparativos para a festa

mais esperada do ano no interior. Entre muitos, destacam-se: Jaguaquara, Ubaíra, Eunápolis, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Jequié, Santa Bárbara, nos distritos de Humildes e São José, em Feira de Santana, Itapetinga, Ilhéus e Amargosa. Durante as festas juninas observa-se uma movimentação dos turistas internos no estado, importante para atrair renda do centro do estado para o interior deste.

Notas

[1] Programa Nacional de Financiamento. Capturado em www.turismo.gov.br.

[2] Para maiores detalhes do Prodetur ver MENDONÇA, L. O desempenho do turismo baiano nos anos 90. In: *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. (Série de estudos e pesquisas, 57)

[3] Pólo aprova propostas de investimentos turísticos. Tribuna da Bahia, 12.06.2003.

[4] IBÉRICOS invadem o Nordeste, com investimentos. O Estado de S. Paulo, 11 maio 2003.

[5] Setor hoteleiro investe em Salvador. Correio da Bahia, 01.10.2002.

[6] Jornal A Tarde, 18/06/2003.

Carla Janira Souza do Nascimento

DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA

No primeiro quadrimestre do ano, o desempenho da produção industrial foi positivo, enquanto que o volume de vendas do varejo ainda mantém recuo na trajetória. A queda dos rendimentos reais e as elevadas taxas de juros continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Por outro lado, tem-se como fator de estímulo à produção, a expansão das exportações, confirmado a partir dos resultados do Índice de Movimentação Econômica de Salvador.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no quadrimestre, taxa positiva de 0,6%, em relação ao primeiro quadrimestre de 2002. O desempenho da indústria química (4,7%) foi determinante na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados dos gêneros metalúrgico (-20,0%), material elétrico e de comunicações (-10,6%), produtos de matérias plásticas (-11,7%) e bebidas (-9,3%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no primeiro quadrimestre de 2003, apresentou taxa negativa de 9,4%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período; destacam-se o decréscimo nas vendas físicas de combustíveis e lubrificantes (-13,5%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-8,7%) e. Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam decréscimo de 1,4% no ano, voltando a apresentar comportamento desfavorável, como observado ao longo de 2002.

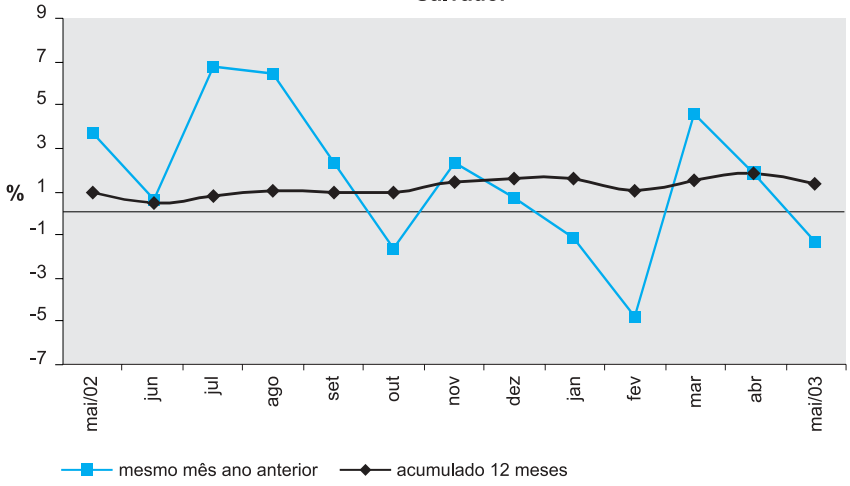
No comércio exterior, o ano de 2003 mantém desempenho bastante satisfatório. Segundo SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e maio de 2003, as exportações cresceram 69,1% e, as importações, 4,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US$ 515 milhões.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 1,1% em maio, obteve variação de 0,4% em junho de 2003. Nesse mesmo mês de 2002, o IPC-SEI teve alta também de 0,4%. No período de janeiro a junho, Salvador já tem alta nos preços de 7,2%. Os grupos transporte e comunicação (9,1%), saúde e cuidados pessoais (9,7%), habitação e encargos (8,5%), alimentos e bebidas (8,0%) e despesas pessoais (9,0%) já possuem taxa acima da inflação geral no primeiro semestre de 2003.

Com relação ao emprego, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total, na RMS, em maio de 2003 (29,7%), sofreu aumento de 0,3 ponto percentual em relação a abril de 2003 (29,4%). No que se refere à taxa de desemprego aberto, também se registrou alta de 18,6% em abril para 18,9% em maio. No mesmo período, observou-se aumento da taxa de participação: de 62,2% para 62,7%. O número de ocupados cresceu 0,6% (de 1.161 para 1.168 pessoas) e o incremento observado na PEA foi de 1,0%.

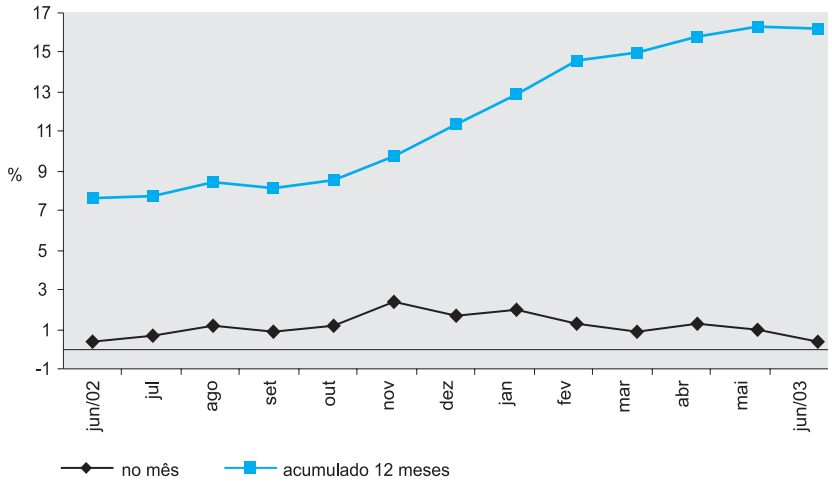
O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA) para o mês de maio de 2003, que indica a tendência da atividade econômica do município de Salvador, em comparação com o mês de maio de 2002, apresenta decréscimo de 1,6% e no acumulado dos últimos 12 meses o resultado apresenta-se com taxa positiva de 1,4%. Esses resultados indicam estabilidade na trajetória do nível de atividade de Salvador.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador



Fonte: SEI
Elaboração: GEAC-SEI

Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador

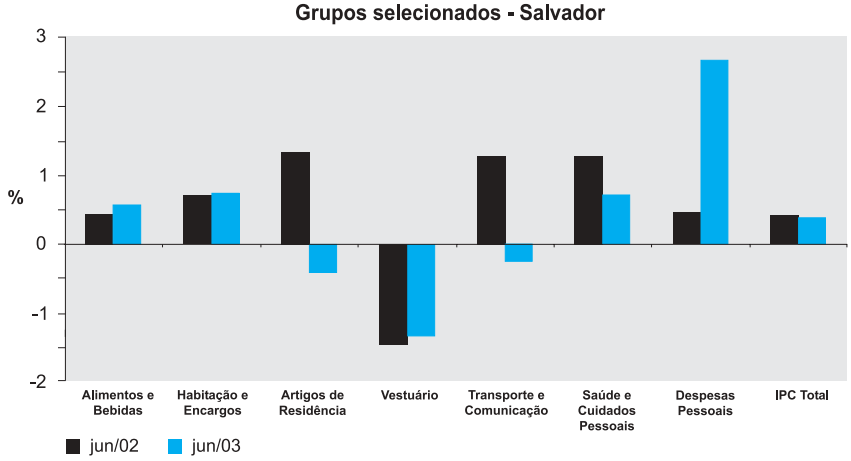


Fonte: SEI
Elaboração: GEAC-SEI

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI – registrou, em junho, variação nos preços de 0,4%. Nos últimos 12 meses, o resultado ficou em 16,3%, abaixo do registrado nesse indicador até maio (16,4%), indicando retração na alta dos preços em Salvador. Os grupos 'transporte e comunicação' (20,9%) e 'alimentos e bebidas' (21,3%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos 12 meses.

Os grupos 'despesas pessoais', 'habitação e encargos' e 'saúde e cuidados especiais' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de junho, com elevação dos preços de 2,7%, 0,7% e 0,7%, respectivamente. O subgrupo 'serviços pessoais' teve alta de 2,5% e o de 'recreação' 4,3%. Destaca-se a deflação no grupo 'vestuário' (-1,3%), em decorrência da redução dos preços de roupas (-2,1%).

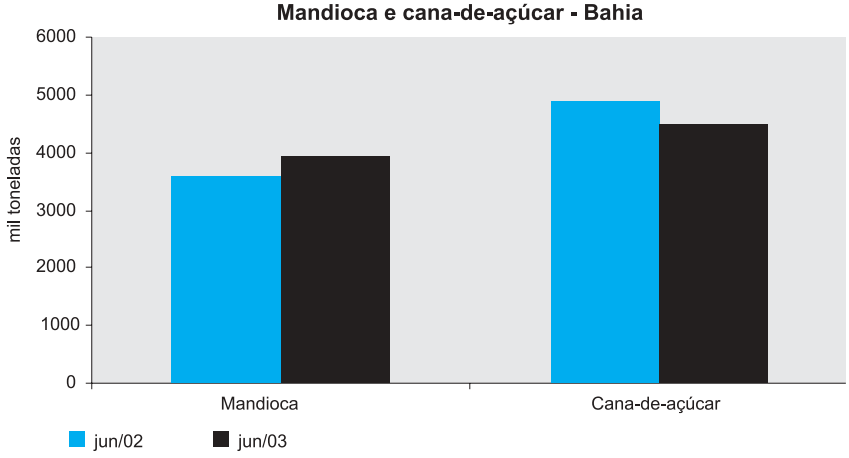
Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI
Elaboração:GEAC-SEI

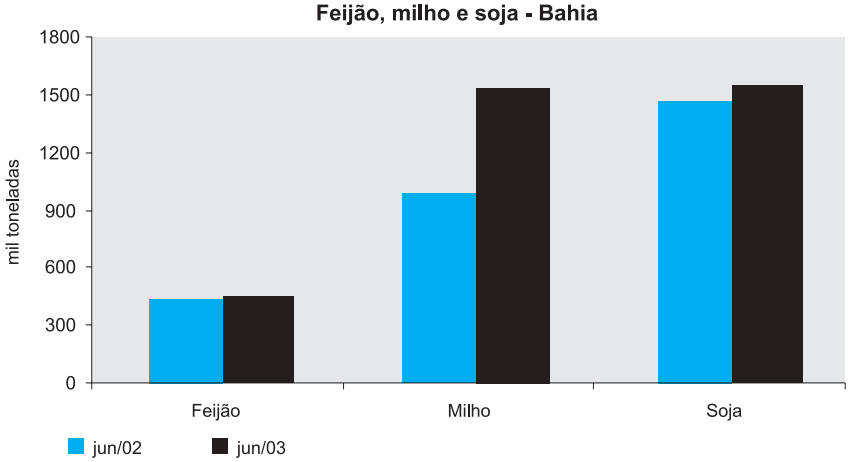
As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) em junho de 2003 registraram uma variação positiva para a produção de mandioca de 9,1% em relação às estimativas de junho de 2002, em função do aumento do preço da farinha nos últimos meses. Já a estimativa da produção de cana-de-açúcar obteve uma queda de 8,4% em decorrência da queda no seu preço interno.

Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia

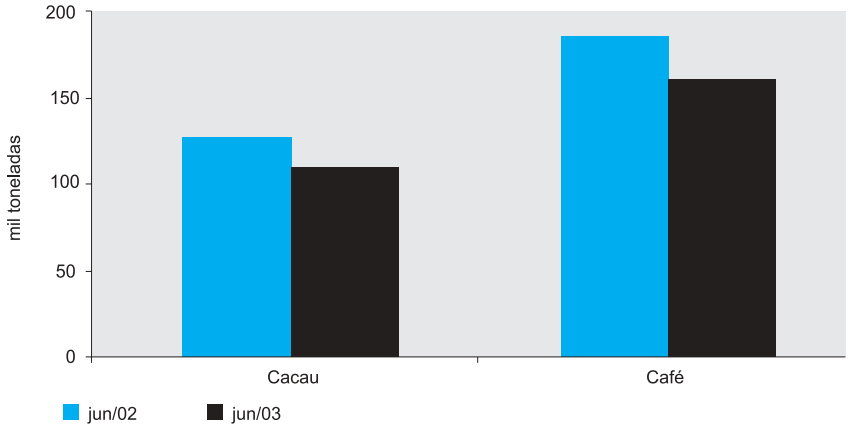


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

A produção de feijão apresentou uma pequena variação de 2,9% nas estimativas de junho de 2003 em relação a junho de 2002, com aumento no seu rendimento de 8,6%, devido às boas condições climáticas nas regiões produtoras. A produção de soja obteve aumento de 6,3% em decorrência da elevada cotação do produto no mercado internacional. O milho também registrou aumento de 56,7%, em função da boa colheita do milho safrinha.

Para a estimativa da produção de cacau, em junho de 2003, na comparação com junho de 2002, houve queda de 13,4%, devido a baixa cotação no mercado internacional. A safra do café também obteve uma redução de 13,9% na estimativa da produção em junho de 2003 em relação à safra de junho de 2002, decorrente dos baixos preços no mercado externo.

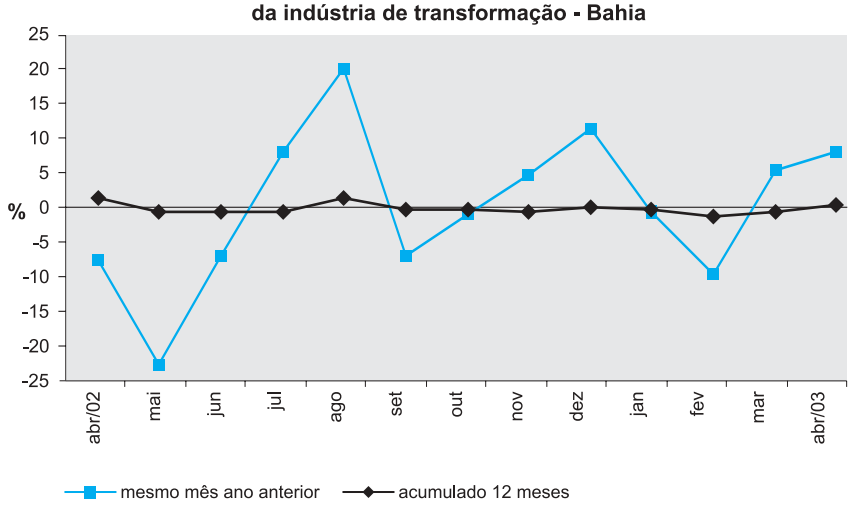
Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

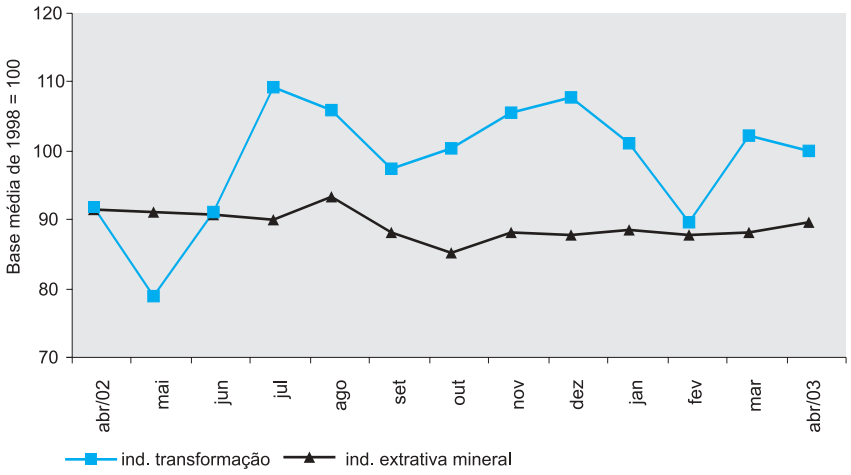
A Pesquisa Industrial Mensal elaborada pelo IBGE mostra que em abril a produção industrial do setor baiano de transformação registrou aumento no ritmo de atividade. Em relação a abril de 2002 o acréscimo foi de 8,0%. Com este resultado a taxa nos últimos 12 meses acumula 0,5%, revertendo a trajetória de queda após o decréscimo de 0,7%, em março.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral*

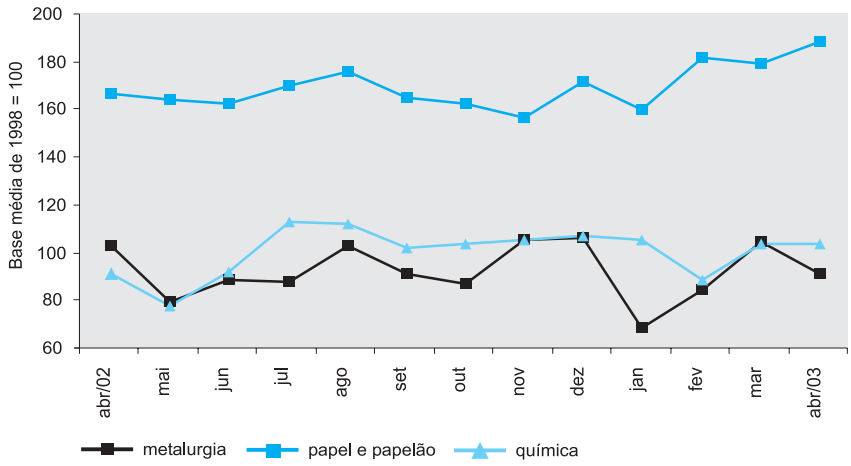


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI
* Série dessazonalizada

A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em abril, mostra decréscimo de 2,4%, com relação ao mês de março. Assim, a trajetória recente da produção industrial revela que o setor de transformação encontra-se numa fase de recuo determinada, sobretudo pela dinâmica do segmento metalúrgico. O setor extrativo mineral obteve incremento de 1,7% no mesmo período de comparação.

Os dados ajustados sazonalmente por segmento de atividade da indústria de transformação indicam crescimento significativo para a indústria de papel e papelão (5,5%) entre março e abril, e decréscimos de 13,3% para a indústria metalúrgica e de apenas 0,1% para a indústria química. No mês anterior a este, o resultado foi de queda para o setor de papel e papelão. O segmento metalúrgico volta a apresentar decréscimo após dois meses consecutivos de resultados positivos.

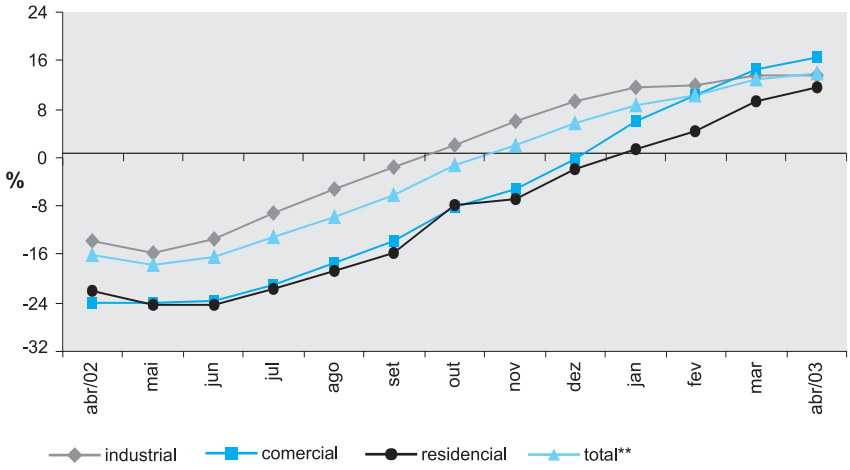
Índices de produção física dos principais gêneros da indústria de transformação - Bahia Série dessazonalizada



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

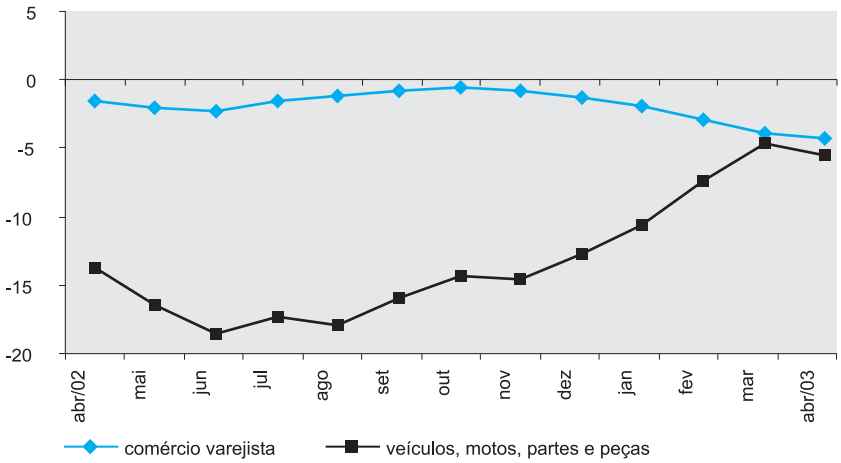
O consumo total de energia elétrica, no acumulado dos últimos 12 meses, apresentou pelo sexto mês consecutivo taxa positiva de crescimento, alcançando em abril 13%. Comparando-se o consumo do mês de abril nos anos de 2002 e 2003, observa-se um incremento da ordem de 1%. Mais uma vez, os segmentos que mais colaboraram para o crescimento do consumo, foram o comercial (15,8%) e residencial (10,9%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



Fonte: COELBA/CO/CTM
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses
** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia

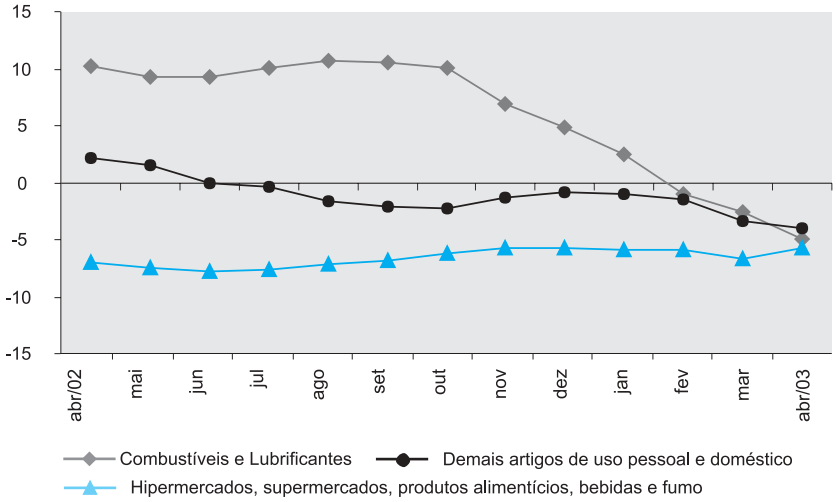


Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: GEAC/SEI
* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em abril o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 5,7% quando comparado com abril de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa de 4,1%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram decréscimo de 10,1% em relação ao mês de abril de 2002, acumulando variação positiva de 5,3% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de 'combustíveis e lubrificantes' (-12,4%) e 'demais artigos de uso pessoal e doméstico' (-7,5%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em abril. Todos os segmentos do setor varejista registraram queda no período. O sub-ramo 'supermercados e hipermercados' já acumula recuo de 12,1% nos últimos 12 meses até abril de 2003, comparado ao mesmo período do ano passado.

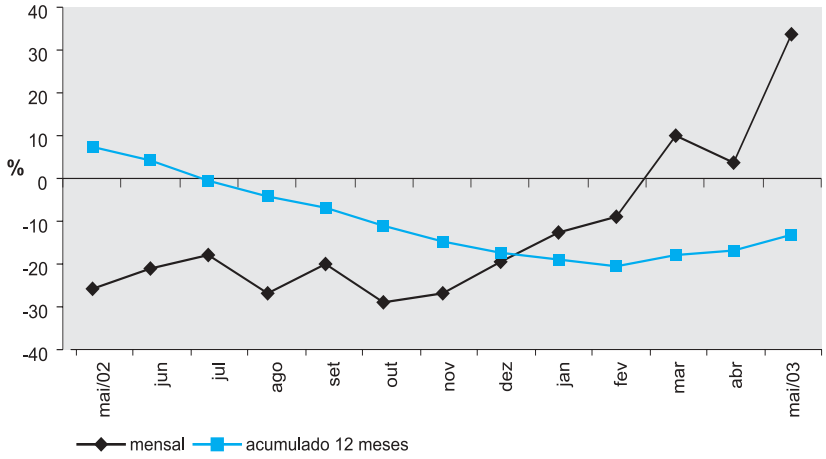
Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: GEAC/SEI
* Acumulado nos últimos 12 meses

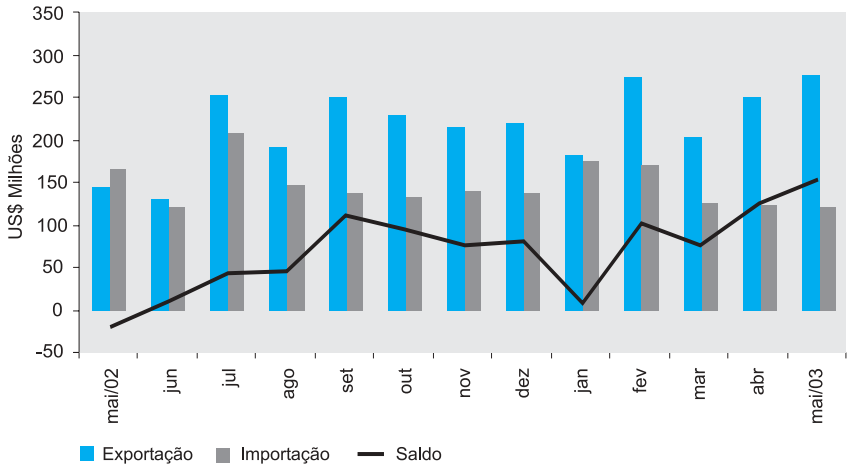
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, reverteu trajetória de queda em 2003. No estado, em maio, observa-se acréscimo significativo de 33,9% no total de cheques sem fundos, quando comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em abril, esse resultado foi também positivo (3,9%). No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até maio foi de -13,0%, em abril o resultado foi de -16,8%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

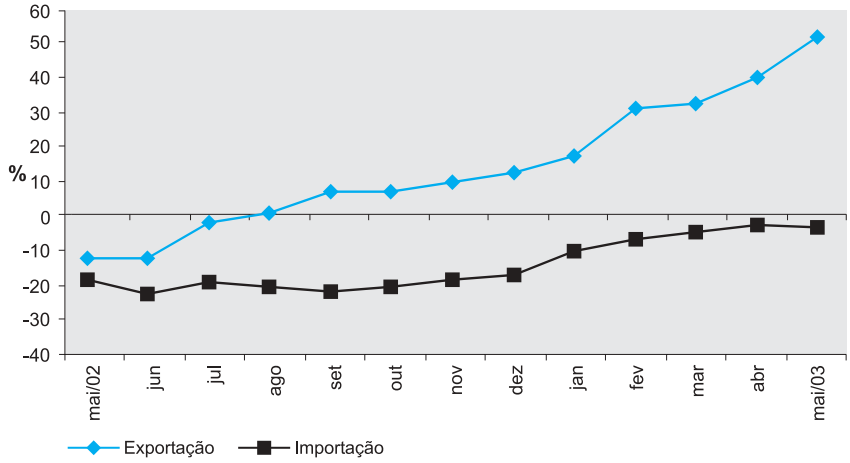


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

A balança comercial da Bahia registrou, em maio, um superávit de US$ 169,3 milhões, resultado do aumento das exportações que alcançou US$ 302,8 milhões (90,9% em relação à maio de 2002) e da redução das importações que chegou a US$ 169,3 (-26,2%). Esse desempenho ocorreu devido às novas vendas externas de óleo combustível, óleo bruto de petróleo e automóveis, além do aumento de produtos químicos e derivados de cacau.

Quanto aos resultados do acumulado nos últimos doze meses, o desempenho do comércio exterior baiano, até maio, indicou que as exportações registraram alta de 55,6% enquanto que as importações têm reduzido a queda, alcançando -3,2% (-2,6, em abril). O resultado das importações tem sido, principalmente, pelo acréscimo das compras de nafta, cacau bruto e óleo bruto de petróleo.

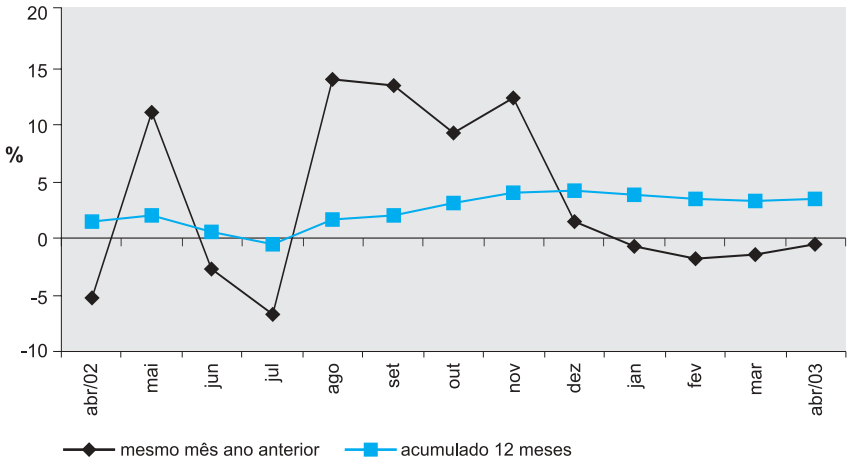
Taxa de variação da balança comercial*
Bahia



Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses

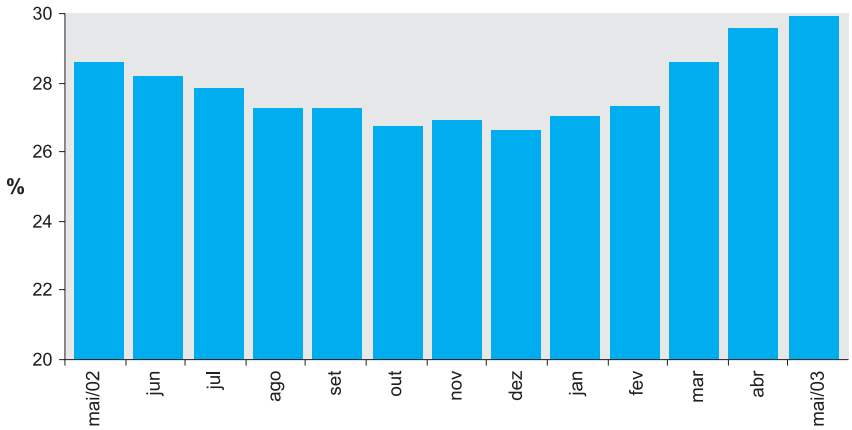
A arrecadação de ICMS em abril de 2003, da ordem R$ 483,6 milhões, ficou 0,6% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, a arrecadação desse imposto está 3,5% acima daquela realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Em abril de 2002, a arrecadação de ICMS acumulava um incremento, de 1,4%.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: GEAC-SEI
Nota: Deflator IGP-DI

Taxa de desemprego total RMS

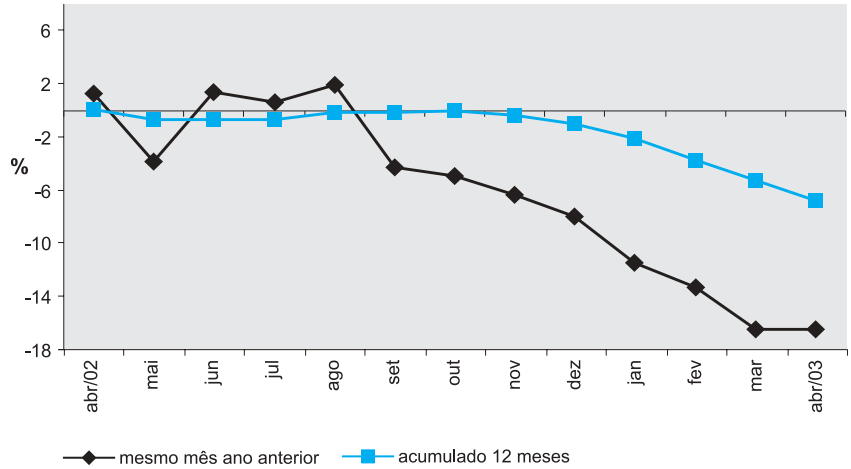


Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 29,7% em maio. Essa taxa está acima da registrada no mês de abril (29,4%) e em maio de 2002 (28,4%). Desde dezembro, a taxa de desemprego apresenta uma trajetória de crescimento. No ano de 2003 a taxa média de desemprego é de 28,3% até maio.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de abril, apresentou redução de 16,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No primeiro trimestre essa taxa foi de -13,7%. No acumulado dos últimos 12 meses a curva mantém a tendência de queda, intensificada a partir de novembro de 2002, registrando taxa negativa de 6,8% até abril, comparada ao mesmo período do ano anterior.

Taxa de variação do rendimento médio real* - RMS



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA*
EDUARDO COSTA PINTO**

O mal estar social do início da Era Lula: o desemprego

O CONTINUÍSMO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO NOVO GOVERNO

As políticas, que operacionalizaram o projeto liberal – implementado a partir do início dos anos 90 com o Governo Collor e aprofundado com os dois Governos FHC -, resultaram no aumento da dependência externa do país e no crescimento acelerado da dívida pública; na desnacionalização da estrutura produtiva e financeira; em taxas de crescimento diminutas, as menores da história econômica do Brasil; na precarização violenta do mercado de trabalho - com a elevação das taxas de desemprego e subemprego para níveis nunca antes atingidos, na ampliação da informalidade e na redução dos rendimentos reais dos trabalhadores; na manutenção do elevado grau de concentração da renda pessoal historicamente existente no país, além da redução da participação dos salários na renda nacional; na crise de energia e no aumento das tarifas públicas; e, por fim, na ampliação da pobreza e da insegurança em todos os âmbitos da vida social.

O esgarçamento do tecido social pode ser observado a partir da piora das condições sociais dos brasileiros nos últimos 20 anos. De acordo com o "Atlas da exclusão social do Brasil" – publicação realizada por equipe da PUC-SP/USP/Unicamp sob a coordenação do economista Márcio Pochmann - a exclusão social, após ter diminuído entre as décadas de 1960 e 1980, voltou a crescer a partir dos anos 80[1], consubstanciada pelos fortes aumentos das taxas de desemprego e dos índices de violência.

Hodiernamente a parcela de excluídos[2] atingiu a 47,3% de uma população de 170 milhões de pessoas. Há 20 anos, este total era de 42,6% de 120 milhões e, há 40 anos, 49,3% de 69,7 milhões. Segundo Pochmann (apud Faleiros 2003), o aumento no índice de exclusão foi provocado pela: i)"crise do emprego que ocorreu no centro sul, a chamada nova exclusão[3]" (p. A4). O emprego formal no país caiu 7,7% no total de mão de obra ativa entre 1980 e 2000 e, na Região Sudeste, essa queda foi ainda maior (15,7%); e ii) expressiva elevação da violência no país, já que o número de homicídios por mil habitantes apresentou uma elevação de 128% em 20 anos. Nesta pesquisa o único indicador que mostrou melhoria foi o de educação/escolaridade[4].

A rejeição, pela grande maioria da população, das políticas econômico-sociais implementadas pelos dois governos de FHC, que aprofundaram as mazelas sociais, foi consubstanciada, sem nenhuma dúvida, com a vitória expressiva de Luis Inácio Lula da Silva para ocupar o cargo de Presidente de República nas eleições de 2002.

Nesta perspectiva é preciso colocar em discussão, de forma objetiva e iconoclasta, a seguinte questão: para onde caminhará o Governo Lula que resultou de um repúdio da população às políticas econômicas liberais, em particular às suas conseqüências sociais? O propósito desta análise é empreender uma discussão sobre o mercado de trabalho e o nível de atividade econômica do país nos seis primeiros meses do Governo Lula, à luz de suas políticas econômicas[5].

A vitória das forças políticas comandadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) expressou, como contrapartida, uma grande vontade de mudança por parte dos brasileiros descontentes com os rumos do país e, principalmente, com as duras conseqüências sociais decorrentes das políticas liberais. Entretanto, segundo Filgueiras & Pinto (2002), verifica-se que as ações e políticas econômicas implementadas até aqui (seis meses do Governo Lula) estão dando continuidade à mesma política econômica concebida e executada pelo Governo FHC. Isto pode ser observado pelas seguintes medidas: i) aumento da meta de superávit fiscal para o ano de 2003, de 3,75% para 4,25% do PIB; ii) aumento da taxa de juros básica (SELIC) do Banco Central (BC) em 0,5% em janeiro, mais 1% em fevereiro, e manutenção de seu valor em 26,5% em março, abril e maio, reduzindo-se em junho

em apenas 0,5%; iii) ações no sentido de implementação das reformas não realizadas, ou realizadas parcialmente, pelos dois Governos FHC, quais sejam: a Reforma Tributária, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista; iv) aprovação, em 1ª instância, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 53/99, que poderá facilitar a aprovação da autonomia do BC ; e v) a 2ª revisão do terceiro acordo com o FMI divulgada em fevereiro de 2003, que inseriu metas qualitativas, sob a denominação de parâmetros estruturais, com relação à nova lei de falências, à privatização de quatro bancos estaduais federalizados e à definição de prazos para envio ao Congresso das reformas tributária e previdenciária.

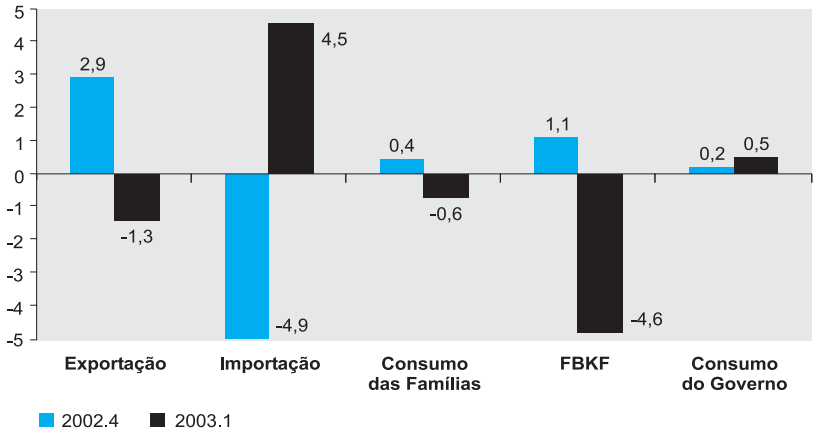
Apesar da melhora de alguns indicadores[6], principalmente financeiros, ao longo dos seis primeiros meses do Governo Lula observa-se uma contra-face negativa destes indicadores - que serão detalhados nas seções seguintes, enfatizando-se os índices do mercado de trabalho - a partir do baixo dinamismo da economia que provoca a elevação da taxa de desemprego e quedas recorrentes do rendimento real dos ocupados.

OS PRIMEIROS SINAIS DE ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO LULA: O BAIXO CRESCIMENTO DO PIB

Os dados do PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre de 2003 sinalizam que a economia brasileira permaneceu num estado letárgico neste início da Era Lula. O PIB do país caiu 0,1% no período, em comparação aos últimos três meses de 2002, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ademais, o crescimento de 2,0% no trimestre de 2003, em relação a igual período de 2002, pode ser considerado pequeno, já que a base de cálculo estava baixa devido à crise energética. Desse modo, os resultados das contas nacionais podem ser observados como um sinal de alerta para os gestores das políticas macroeconômicas do Governo Lula.

A queda do Valor Adicionado no primeiro trimestre de 2003 (0,1%), em relação ao último trimestre, pela ótica da produção, foi provocada pela redução de 2,2% na Indústria, já que os Serviços não apresentaram variação e a Agropecuária cresceu 3,7%, segundo o IBGE. Pela ótica da demanda, observa-se que a importação de Bens e Serviços e Consumo do Governo cresceram 4,5% e 0,5%, respectivamente. Por outro lado, o Consumo das Famílias, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) e as Exportações de Bens e Serviços decresceram (-0,6%, -4,6%,-1,3%, respectivamente), segundo o IBGE, na comparação com o último trimestre de 2002 (Gráfico 1).

Gráfico 1
Componentes da demanda (com ajuste sazonal)
Trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior



Fonte: IBGE

O consumo das famílias brasileiras – que responde por cerca de 60% do PIB – caiu 0,6% com relação ao trimestre anterior e 2,3% com relação ao mesmo período de 2002. Os dois fatores prováveis desta queda de consumo são: i) a queda constante nos últimos meses dos rendimentos reais dos ocupados; e ii) a forte contração do crédito propiciada pelas altas taxas de juros que duram há bastante tempo. Este indicador vem se retraindo consecutivamente há sete trimestres.

O investimento em novas fábricas, equipamentos e construção civil (FBKF) apresentou uma queda de 4,6% em relação ao trimestre anterior e 1,5% na comparação com o período de 2002. A queda do investimento está atrelada, principalmente, à manutenção das taxas de juros em um patamar superior à eficiência marginal do capital, o que inibe as inversões produtivas. Ademais, as flutuações abruptas da taxa de câmbio dificultam o planejamento empresarial, o que amplia o cenário de incerteza, provocando o adiamento de investimentos. No final de 2002, a FBKF representava 18,7% do PIB, nível insuficiente para impulsionar o crescimento da economia. Considera-se que uma taxa de investimento de 25% do PIB é o mínimo necessário para que a economia consiga crescer por um período prolongado, sem passar por surtos de crescimento que são sempre abortados por crises.

A manutenção da taxa Selic em patamares elevados (26,0% em junho) vem atravancando o crescimento do nível de atividade. Caso ocorra novo recuo na atividade econômica, a economia brasileira entrará tecnicamente em recessão. Para o Presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Horácio Piva, "estamos hoje produzindo pouco e vendendo quase nada. Estamos num ambiente econômico muito lento, muito desanimado, que ameaça transformar de alguma forma a fisionomia e levar de uma estagnação triste a uma recessão perigosa" (FUTEMA, 2003, p.01).

Apesar do aparente conflito dos dados na análise comparativa entre o trimestre anterior e o trimestre do ano passado, observa-se que os indicadores que refletem o bem-estar das famílias (consumo) e expectativas dos empresários com relação ao futuro (FBKF) apresentaram quedas significativas nas duas formas de observação dos dados. Deste modo, os dois principais indicadores que refletem a dinâmica da economia brasileira sinalizam a tendência de estagnação ou baixo crescimento do PIB. A sina de crescimento pífio da Era FHC parece que tenderá a continuar no Governo Lula, aprofundando ainda mais a frágil estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Sem crescimento econômico as possibilidades de criação de novas ocupações diminuem significativamente e, quando estas são criadas, tendem a ser em setores informais.

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: O DESEMPREGO SE ACELERA NOS SEIS PRIMEIROS MESES DO GOVERNO LULA

O Presidente Lula prometeu, em campanha, criar 10 milhões de empregos. Contudo, termina os primeiros seis meses no cargo amargando a cifra de 580 mil novos brasileiros desocupados nas principais regiões metropolitanas do Brasil e com o recrudescimento do trabalho infantil no Nordeste. Ao longo desse período, parece que o Presidente ainda não percebeu que o desemprego é um dos principais problemas sociais a enfrentar, já que as políticas macroeconômicas - opção por juros mais altos e cortes pesados nos gastos públicos - privilegiam os setores rentistas em detrimento da produção e, por conseguinte, do emprego.

Os dados do mercado de trabalho nos seis primeiros meses do Governo Lula sinalizam um forte acréscimo do desemprego no País. O número de pessoas desocupadas passou de 2,12 milhões em dezembro de 2003 para a 2,7 milhões em maio/2003 nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Portanto, 580 mil brasileiros entraram para o grupo dos desocupados em 2003, o que representa um aumento de 27,35% em cinco meses. Vale ressaltar que nos primeiros meses do ano existe uma tendência de aumento do número de desocupados provocado por efeitos sazonais[1] que se reverte a partir dos meses de abril ou maio. Assim, faz-se necessário, analisar os dados entre maio de 2002 e 2003 e maio e abril de 2003 para confirmar a tendência de aumento da desocupação no Governo Lula.

Entre abril e maio deste ano, 109 mil pessoas ficaram desocupadas, com um crescimento de 4,2% nesse número (Tabela 1). Nesses meses, em anos anteriores, quase sempre ocorria a queda das taxas de desocupação.

Tabela 1
Principais Variáveis do Mercado de Trabalho
Maio 2002/2003 e abril-maio/2003 (em milhões)

Variáveis	Brasil*					
	mai/02	mai/03	Variação (%)	abr/03	mai/03	Variação (%)
PIA	36.046	36.837	2,20	36.756	36.837	0,20
PEA	19.718	21.028	6,60	20.849	21.028	0,90
Ocupados	17.377	18.327	5,50	18.257	18.327	0,40
Desocupados	2.341	2.701	15,40	2.592	2.701	4,20
Taxa de Desocupados	11,90	12,80	0,90	12,40	12,80	0,40

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego(PME)
* Brasil: RMS, SP,RJ,REC,BH, PA

Ademais, observou-se um crescimento de 15,4% no número de desocupados entre maio de 2002/2003 (360 milhões de pessoas ficaram desocupadas) (Tabela 1). Isto demonstra que há um forte aumento do desemprego nos primeiros cinco meses do Governo Lula.

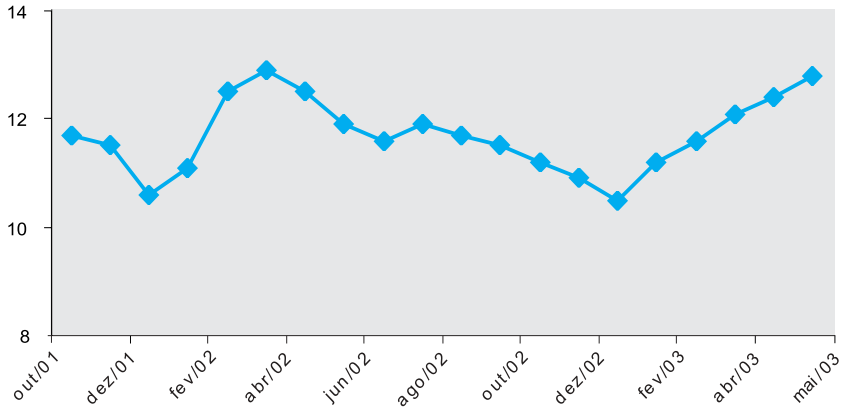
O dinamismo baixo do mercado de trabalho, também nesses seis primeiros meses, explica o crescimento da oferta de trabalho (PEA) de 6,6%, na comparação entre maio de 2002/2003, superior ao da população em idade ativa (PIA) (2,2%) e da demanda por trabalho (ocupação: 5,5%), segundo a PME/IBGE (Tabela 1).

Esta variação da oferta resultou em um aumento na taxa de atividade da ordem de 2,4 pp entre maio 2002 e 2003 (54,7% e 57,1%, respectivamente) o que, em outras palavras, significa um acréscimo de aproximadamente 1,31 milhão de pessoas a mais no mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME,

além daquelas que o simples crescimento da população em idade de trabalho (10 anos de idade ou mais) determinaria.

O aumento da taxa de participação, considerando-se que a demanda por trabalho (5,5%) foi inferior ao crescimento da oferta (6,6%), indica o crescimento do desemprego. Assim, em maio de 2003, a taxa de desocupados aumentou 0,9 pp, na comparação com maio de 2002 (de 11,9% para 12,8%) (Tabela 1). A taxa de 12,8% de desocupados da População Economicamente Ativa, em maio de 2003, é a maior em 14 meses e a segunda maior desde que a nova metodologia da PME/IBGE foi implantada (Gráfico 2). Esta taxa é ainda mais preocupante na medida em que ocorreu no mês de maio, já que esse período se caracteriza por apresentar uma tendência de queda das taxas de desemprego com relação aos primeiros meses do ano.

Gráfico 2
Taxa de desocupados
out/2001-maio/2003 - Brasil* Metropolitano



Fonte: IBGE / Pesquisa Mensal de Emprego (PME); Brasil*: SSA / SP / RJ / PA / BH / RE

O crescimento na ocupação (5,5%), entre maio de 2002 e 2003, se deu mais fortemente pelo emprego sem carteira assinada (6,9%). Os empregados com carteira assinada aumentaram 3,2%. Para Azevedo, economista do IBGE, o desequilíbrio entre oferta (PEA) e demanda (Ocupação) está provocando "uma absorção cada vez menor dos desocupados pelo mercado de trabalho" fazendo com que muitas pessoas trabalhem em setores informais (RANGEL, 2003, p.B-4).

No que diz respeito ao rendimento médio real habitualmente recebido observou-se uma queda acentuada de 14,7% (de R$ 985,84 para R$ 841,00), entre maio de 2002 e 2003. Na comparação entre abril e maio de 2003, ocorreu uma queda de 2,9% (de R$ 865,82 para R$841,00), segundo a PME-IBGE. A inflação foi um dos fatores explicativos da trajetória de queda dos rendimentos reais, uma vez que o acumulado em 12 meses está ainda apresentando altos índices que corroem o poder de compra dos salários, já que poucos sindicatos conseguem negociar dissídios equivalentes à variação do INPC ou do IPCA. Outro fator foi o aumento maior da oferta de mão-de-obra em relação à demanda e, por conseguinte, a elevação da taxa de desemprego em maio de 2003. Esta evolução diminuiu o poder de barganha dos empregados em reajustar os salários, favorecendo a troca por empregados com salários mais baixos e aumentando a informalidade. "O empregado sem carteira assinada tem menor poder de barganha e sua renda acaba caindo" (AZEVEDO apud RANGEL, 2003, p.B-4).

MERCADO DE TRABALHO UMA ANÁLISE REGIONAL: O DESEMPREGO ASSOLA A RMS E A RMSP

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) representa, aproximadamente, 45% do total da pesquisa da PME-IBGE, portanto tem um peso relevante nas taxas globais do mercado de trabalho brasileiro. Sendo assim, faz-se necessário analisá-la isoladamente. Além da RMSP, analisar-se-á a evolução do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Em maio de 2003, na RMS, o nível de ocupação cresceu 5,0% e a oferta de trabalho (PEA) aumentou 6,5%. A população em idade ativa (PIA) expandiu-se em 2,0%, na comparação com maio 2002, segundo a PME/IBGE (Tabela 2).

A variação na oferta resultou em aumento na taxa de participação da ordem de 2,5 pp entre maio de 2002 e 2003 (55,4%, 57,9%, respectivamente), ou seja, ocorreu um acréscimo de aproximadamente 60 mil pessoas no mercado de trabalho da RMS, sem levar em conta o fluxo de pessoas originárias do crescimento da PIA. O aumento da taxa de participação gerou o aumento do desemprego, considerando-se que a variação da demanda (nível de ocupação) por trabalho (5,0%) foi inferior ao crescimento da oferta (PEA) (6,5%). Destarte, em maio de 2003, a taxa de desemprego aumentou 1,1 pp, na comparação com maio 2002 (de 16,2% para 17,3%) (Tabela 2).

A evolução do mercado de trabalho na RMSP ocorreu de forma ainda pior se comparado com a RMS. Em maio de 2003, observou-se na RMSP um aumento no nível de

Tabela 2
Principais Variáveis do Mercado de Trabalho RMS e RMSP
Maio 2002/2003 em milhões

Variáveis	RMS			RMSP		
	mai/02	mai/03	Variação (%)	mai/02	mai/03	Variação (%)
PIA	2.590	2.641	2,00	14.634	14.989	2,40
PEA	1.435	1.528	6,50	8.186	8.897	8,70
Ocupados	1.203	1.263	5,00	7.190	7.598	5,70
Desocupados	232	255	9,90	996	1.300	30,50
Taxa de Desocupados	16,2	17,3	1,10	12,20	14,60	2,40

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego(PME)

ocupação (5,7%) e a oferta de trabalho se elevou em 8,7%, em comparação com maio de 2002, segundo a PME/IBGE (Tabela 2). A variação na oferta provocou um aumento na taxa de participação em 3,5 pp entre maio de 2002 e 2003 (de 55,9% para 59,4%). Com o aumento da oferta de trabalho ocorreu um acréscimo de cerca 711 mil pessoas no mercado da RMSP, sem levar em conta os impactos do crescimento da PIA na elevação do número de pessoas no mercado de trabalho. O crescimento da taxa de participação e o incremento da demanda por trabalho (5,7%) inferior ao crescimento da oferta (8,7%), provocaram o aumento do desemprego.

Desta forma, em maio de 2003, a taxa de desemprego elevou-se 2,4 pp, na comparação com maio de 2002 (de 12,2% para 14,6 %) (Tabela 2).

Em relação ao rendimento médio real habitualmente recebido, observou-se um comportamento de decréscimo tanto na RMS (15,9% - de R$ 717,86 para R$ 604,20) quanto na RMSP (14,9% - de R$ 1.139,47 para R$ 970,00), entre maio de 2002 e 2003, segundo a PME-IBGE. Na comparação entre abril e maio de 2003, ocorreu uma grande queda, levando-se em conta o período de apenas um mês, tanto na RMS (4,8%) quanto na RMSP (6,2%). Pode-se apresentar as mesmas explicações que foram anteriormente desenvolvidas com relação à queda do rendimento real para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas.

Assim, pode-se observar um processo de piora das condições estruturais do mercado de trabalho na RMSP e na RMS. Isto preocupa bastante, pois São Paulo, é o estado propulsor da economia nacional.

Referências

FALEIROS, Gustavo. Exclusão social aumentou desde os anos 80. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 21maio 2003. p. A4.

FILGUEIRAS, Luis; PINTO, Eduardo. Política e conjuntura econômica no governo Lula. In: SEMINÁRIO A POLÍTICA ECONÔMICA DO NOVO GOVERNO, Vitória, 5 e 6 de junho de 2003. *Anais*... Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2003. (CD-ROM).

FUTEMA, Fabiana. Presidente da Fiesp alerta para risco de "recessão perigosa". *Folha Online*, São Paulo, 26 de jun. 2003. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 28 jun. 2003

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio e junho de 2003.

RANGEL, Juliana. Renda desaba 15% em um ano, diz IBGE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2003. Folha Dinheiro, Caderno B, p. 4.

Notas

[1] Segundo a pesquisa, os números de estados com alto índice de exclusão passaram de 15 para 17, entre 1980 e 2000.

[2] O índice de exclusão leva em conta três grandes áreas: vida digna, conhecimento e vulnerabilidade, que abarcam sete variáveis: indicadores de pobreza, emprego, desigualdade, alfabetização, escolaridade, total de jovens e violência.

[3] Até meados dos anos 80, o perfil do excluído era o migrante dos grandes centros urbanos, ou os membros de grandes famílias e ainda o trabalhador de baixa renda. Atualmente, identifica-se uma ampla categoria de excluídos entre as pessoas com boa escolaridade, nascidas nas cidades e sem emprego.

[4] Em 1960, os anos de estudos, na média nacional, eram apenas 1,8. Está média se elevou para 3,2 em 1980 e alcançou 6 anos em 2000.

[5] Segundo Filgueiras & Pinto (2002), os dois elementos fulcrais que influenciaram e influenciarão a política econômica do novo governo são: i) a impossibilidade, apesar do discurso do Governo Lula, "de transitar do modelo econômico liberal, para um novo modelo de forma lenta, gradual e segura, sem nenhum tipo de ruptura" (p.1); e ii) as duas possibilidades que o Governo Lula tem para ir além do Governo FH, "no sentido de, aceitando a condição de refém do capital financeiro, manter e aprofundar, mais ainda, (...) o modelo econômico-social liberal" ou "no sentido de romper, de fato, com a Era Liberal" (p.20) através de uma redefinição da atual aliança política, buscando fortalecer e ampliar os movimentos sociais e o movimento sindical levando-os a ultrapassarem suas fronteiras setoriais.

[6] A apreciação do Real, valorização dos títulos da dívida pública (C-Bonds), aumento significativo do índice Bovespa, queda do risco Brasil, redução das taxas de inflação e saldos comerciais expressivos.

[1] O efeito da sazonalidade não pode ser dimensionado na nova metodologia do IBGE, já que a série de dados ainda é muito curta.

**** Antônio Plínio Pires de Moura é professor da Faculdade de Ciências Econômicas e membro do NEC.***
***** Eduardo Costa Pinto é mestrando em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas e integrante do NEC.***

FABRÍCIO PITOMBO LEITE*
SANDRA CRISTINA SANTOS OLIVEIRA**

Perspectivas de Políticas Econômicas para o Governo Lula[1]

UMA PEQUENA RETROSPECTIVA

O cenário econômico de 2002 foi marcado por fortes instabilidades que afetaram os principais parâmetros macroeconômicos internos, como a taxa de câmbio e a taxa de inflação. Em vista dessas turbulências, alimentadas pela desaceleração da economia mundial e aumento do risco associado aos países emergentes, e com o intuito de "resguardar ao Programa de Estabilidade Fiscal", a meta do superávit primário estabelecido para aquele ano elevou-se, mediante utilização da medida provisória[2], o montante de R$ 31,7 bilhões para R$ 36,7 bilhões.

O estabelecimento do cronograma do desembolso mensal[3] e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias limitaram as despesas discricionárias do Poder Executivo, resultando em contingenciamento efetivo de R$ 10,7 bilhões. Essas despesas ainda sofreram restrições em maio devido às previsões de atraso na aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação e Transmissão de valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, a CPMF.

A intensa instabilidade econômica impactou o orçamento fiscal e a seguridade social, que tiveram sua meta do resultado primário elevado em 1,5 bilhão, na qual deveriam atingir R$ 30,7 bilhões. Tal meta foi estabelecida pela expectativa de arrecadação de débitos em atraso de fundos de pensão, superior às necessidades para se atingir a meta fiscal estabelecida pela LDO 2002.

Apesar de ser alcançado resultado primário superavitário do Governo federal em R$ 38,2 bilhões[4], acima da meta estabelecida, a dívida líquida cresceu. O aperto fiscal que engessou a economia não impediu o crescimento da dívida líquida que atingiu 36% do PIB, contra 33,32% do PIB previsto para aquele ano. Os principais condicionantes deste crescimento foram a evolução das despesas com juros nominais, em torno de 2,7% do PIB, o impacto cambial sobre a dívida externa e dívida mobiliária interna indexada ao câmbio (8,6 %) e o reconhecimento de dívidas (0,4% do PIB). O impacto sobre os juros nominais foi reflexo da evolução da taxa de juros básica e taxa de câmbio ao longo do ano, totalizando R$ 41,9 bilhões. Destarte, o déficit nominal do governo central, apurado pelo Banco Central, perfez R$ 10,9 bilhões (0,76% do PIB).

A POLÍTICA FISCAL E AS METAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

O governo tem pregado a busca da austeridade fiscal a fim de garantir a estabilidade de preços que permitiria a criação de bases sólidas para o desenvolvimento sustentado da economia. Para alcançar tais objetivos, têm sido alvos a dívida pública/PIB, a maturidade média dos títulos públicos e a redução dos juros. Como conseqüência destas políticas, a meta do superávit primário para este ano foi elevada de 3,75% para 4,25% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Esse arrocho fiscal tem sido justificado pelas turbulências que afetaram a economia no ano passado, como o aumento da relação dívida pública/PIB, causado, em sua grande parte, pela elevação da cotação da moeda americana, além da elevação, ocorrida naquele ano, do risco Brasil[5]. Para o governo, a disciplina fiscal torna-se um mecanismo de "consolidação da estabilidade da economia brasileira, ao reforçar as medidas de política monetária adotadas para restringir a propagação dos efeitos da depreciação do câmbio aos preços internos" (Ministério do Planejamento), só assim, tornando possível a criação do tão sonhado "ambiente de estabilidade favorável ao investimento". Conquanto foi projetado, com base nestas políticas, um cenário econômico no qual destaca-se o crescimento do PIB, que atualmente representaria, diante da expectativas atuais, o dobro da taxa para o ano que vem.

Diante disto, acredita-se ser possível a redução de para menos de 50% da relação dívida pública/PIB ao final de três anos. Haveria, no entanto, uma redução do ritmo de queda da relação dívida/PIB, causada por uma série de passivos contingentes – dívidas do sistema financeiro habitacional, recorrentes da reavaliação de reajustes durante os planos de estabilização econômica – deixadas pelo Governo anterior. Neste cenário fica proposto o reconhecimento destes esqueletos a um ritmo de 0,7% do PIB ao ano, média que, segundo o Governo, é superior à observada em anos anteriores.

Tabela 1
Projeção dos parâmetros macroeconômicos para 2004 -2006

Variáveis	2004	2005	2006
Inflação IGP-DI - acumulada 12 meses (% a.a.)	7,50	5,00	4,00
PIB real (crescimento % a.a.)	3,50	4,00	4,50
Taxa real de juro implícita sobre a dívida Líquida do Governo (média % a.a.)	8,38	7,68	6,62
Taxa nominal de juro implícita sobre a dívida líquida do Governo (média % a.a.)	14,88	12,25	10,88
Câmbio (R$/US$ - final do ano)	3,56	3,70	3,84

Fonte: Ministério do Planejamento

Tabela 2
Trajetória estimada para a Dívida Líquida do Setor Público

Variáveis	2004	2005	2006
Superávit Primário Do Setor Público Não Financeiro (% do PIB)	4,25	4,25	4,25
Dívida Líquida sem o reconhecimento de "esqueletos" (% do PIB)	54,24	52,12	49,24
Previsão para o reconhecimento de "esqueletos" (% do PIB)	0,83	0,74	0,62
Dívida Líquida com o reconhecimento de "esqueletos" (% do PIB)	55,07	53,69	51,43

Fonte: Ministério do Planejamento

Tabela 3
Necessidades de Financiamento do Setor Público

Discriminação	2002		2003	em 12 meses	
	Jan-Mai	Ano	Jan-Mai	Abril	Maio
Primário	-23.501	-52.390	-36.980	-64.553	-65.869
Governo central	-19.079	-31.919	-28.450	-39.776	-41.290
Governo federal	-24.660	-49.694	-36.117	-58.948	-61.151
Bacen	234	777	74	636	617
INSS	5.347	16.997	7.593	18.537	19.244
Governos regionais	-6.058	-10.633	-7.890	-12.002	-12.465
Governos estaduais	-5.204	-8.560	-7.141	-10.118	-10.496
Governos municipais	-854	-2.073	-749	-1.884	-1.969
Empresas estatais	1.636	-9.838	-640	-12.775	-12.114
Empresas estatais federais	3.460	-6.319	868	-9.824	-8.912
Empresas estatais estaduais	-1.796	-3.504	-1.334	-2.813	-3.042
Empresas estatais municipais	-29	-14	-174	-138	-160

Fonte: Banco Central.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 foi elaborado com bases nas expectativas de crescimento econômico com queda nos índices de inflação e taxa de juros, visto que, para o Governo, compromissos com metas inflacionárias e claros objetivos fiscais são indispensáveis para a redução da taxa real de juro e da volatilidade cambial e para o incremento da poupança pública. Nas metas fiscais previstas pelo PLDO para 2004 estima-se que o resultado primário do orçamento fiscal e da seguridade social seja de 2,45% do PIB e de 0,7% do PIB para as empresas estatais. Assim, as metas fiscais para o Governo Central são consideradas consistentes com a manutenção da meta de superávit primário definida para o setor público consolidado em 4,25% do PIB para o triênio. (Tabela 2)

Ao analisar os dados para este ano, relativos ao mês de maio, percebe-se que o resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R$ 4,3 bilhões. No ano, o superávit alcançou R$ 37 bilhões, representando um acréscimo de R$ 13,5 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado. Contribuíram para este resultado: o Governo Central (Governo Federal, INSS e Banco Central), com R$ 28,5 bilhões (4,41% do PIB); os governos regionais, com R$ 7,9 bilhões (1,22% do PIB) e as empresas estatais, com R$ 0,6 bilhão (0,10% do PIB).

A política fiscal adotada pelo Governo tem garantido altos superávits, representados pelo acumulado nos últimos doze meses, que situou-se em R$ 65,9 bilhões (4,51% do PIB), ante R$ 64,6 bilhões (4,51% do PIB) verificados em abril. No entanto, os juros apropriados se elevaram, atingindo nos últimos doze meses R$ 140,1 bilhões (9,6% do PIB), ante R$ 134,8 bilhões (9,43% do PIB) no mês anterior. (Tabela 3)

Apesar do superávit em nível primário, o resultado nominal, que incorpora os encargos financeiros ao resultado primário, foi deficitário em R$ 9,8 bilhões em maio. Além do que, tem havido crescimento do déficit neste conceito, que superou o acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2002, 4,39% do PIB contra 3,11%. Nos

últimos 12 meses, as necessidades de financiamento do setor público acumularam déficit de 5,08% do PIB.

A política fiscal restritiva não conseguiu impedir o crescimento da dívida pública em algumas de suas modalidades[6], que vem crescendo ao longo do ano. Por exemplo, a dívida bruta do governo geral, que inclui o Governo Federal, INSS, governos estaduais e municipais, atingiu R$ 1.165,3 bilhões (72,8% do PIB), comparativamente a R$ 1.131,3 bilhões (70,2% do PIB) verificados em abril. Do mesmo modo, a dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, totalizou R$ 660,8 bilhões (41,1% do PIB), acréscimo de R$ 16,4 bilhões (2,5%) em relação ao mês anterior. Contribuíram para este resultado as emissões líquidas de R$ 3,2 bilhões no mercado primário, depreciação do real em relação ao dólar em 2,6% e incorporação de juros. No entanto, apesar da dívida líquida do setor público ter apresentado acréscimo de R$ 18,6 bilhões no mês de maio em relação ao mês de abril, no ano houve uma redução de 2,93 p.p. do PIB. Essa queda foi causada pelo ajuste cambial e pelo superávit primário no período, que contribuíram com 3,55 p.p. do PIB e 2,31 p.p. do PIB, respectivamente, enquanto que a apropriação dos juros nominais impossibilitou maior redução, responsável por aumento de 4,08 p.p. O crescimento no mês de maio foi explicado pela depreciação do câmbio e também pelo déficit nominal de R$ 9,8 bilhões.

Apesar destes cenários reais, o Governo prega que a política fiscal atual "somada às propostas de reforma do sistema tributário e da previdência, e da introdução de mecanismos de flexibilização e de desvinculação das receitas orçamentárias, permitirão o estabelecimento dos fundamentos de política fiscal necessários à recuperação gradual da capacidade do Governo de promover o desenvolvimento de políticas sociais e dos investimentos para a recuperação e a expansão da infra-estrutura econômica" (Ministério do Planejamento).

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

Passados os seis primeiros meses de governo Lula, após a apreciação dos resultados de seis reuniões do COPOM, cabe uma análise minuciosa dos rumos que a política monetária tem tomado, já que as elevadas metas para a taxa SELIC, que não vêm sendo reduzidas pelo Banco Central desde o último trimestre do ano passado, (excetuando-se o corte de meio ponto percentual realizado na última reunião) necessitam de um grande esforço monetário contracionista, cujos impactos sobre o nível de atividade já podem ser sentidos.

Tal esforço monetário se reflete numa persistente contração da base monetária desde janeiro, atingindo uma contração máxima de 7% no mês de fevereiro, mês no qual o COPOM decidiu aumentar a meta para a SELIC em um ponto percentual, atingindo assim o patamar de 26,5% a.a., além de aumentar a alíquota sobre recolhimentos compulsórios de 45% para 60% sobre os depósitos à vista, o que gerou uma expansão atípica da base monetária no mês de março, atingindo a marca de 8,1%. Essa expansão é explicada totalmente pelo aumento das reservas bancárias (33,3%), já que o papel-moeda emitido, o outro componente da base monetária, continuou seu movimento contracionista, indicando neste mesmo mês uma queda de 4,1%, pouco menor

Tabela 4
Dívida Pública

Discriminação	2002*		2003*					
	Dezembro		Março		Abril		Maio	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
Dívida líquida do setor público consolidado	881.108	56,5	888.140	54,9	839.756	52,1	858.369	53,6
Dívida líquida do governo geral	859.712	55,2	879.741	54,4	834.739	51,8	853.201	53,3
Dívida bruta do governo geral	1.132.894	72,7	1.174.872	72,6	1.131.298	70,2	1 165.283	72,8
Dívida interna	848.570	54,4	905.169	56,0	901.400	55,9	924.408	57,7
Dívida externa	284.324	18,2	269.703	16,7	229.898	14,3	240.875	15,0
Créditos do governo geral	-273.182	-17,5	-295.131	-18,2	-296.558	-18,4	-312.083	-19,5
Créditos internos	-266.898	-17,1	-288.970	-17,9	-291.277	-18,1	-306.263	-19,1
Créditos externos	-6.284	-0,4	-6.162	-0,4	-5.281	-0,3	-5.820	-0,4
Dívida líquida do Banco Central	-5.906	-0,4	-16.683	-1,0	-19.058	-1,2	-21.729	-1,4
Dívida líquida das empresas estatais	27.302	1,8	25.081	1,6	24.074	1,5	26.897	1,7
PIB[1/]	1.558.659		1.617.662		1.612.470		1.601.406	

Fonte: Banco Central.
1/ PIB dos últimos 12 meses, a preços do mês assinalado. Deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).
* Dados preliminares.

que o pico negativo de 6,9%, registrado no mês de fevereiro. Nos meses subseqüentes, nota-se a perpetuação deste movimento de contração, o mesmo que ocorre desde o início do ano com os meios de pagamento, no seu conceito M1, correspondente à soma do papel-moeda em poder do público com os depósitos à vista. Para os meios de pagamento, nota-se uma contração máxima de 6,9% no mês de fevereiro, explicada pela queda no saldo de papel-moeda em poder do público, equivalente a 7,1%, bem como pela queda dos depósitos à vista em 6,8% no referido mês.

reduzir os depósitos à vista, o que justificaria a contração da base monetária. Todavia, a magnitude com o que isso tem sido feito merece especial destaque, juntamente com o nível no qual a taxa básica de juros da economia se encontra, patamar alcançado pela última vez em maio de 1999. Seria esperada também, pelo que vem ocorrendo nos últimos anos, uma recuperação, já a partir de maio, do ritmo de expansão da base monetária e dos meios de pagamento, o que não se tem feito notar.

Relativamente às operações de crédito, pelo que podemos observar, o mês de maio apresenta um aumento nos

Tabela 5
Base monetária e componentes

Período	Média dos saldos nos dias úteis								
	Base monetária			Papel-moeda emitido			Reservas bancárias		
	R$ milhões	Variação porcentual		R$ milhões	Variação porcentual		R$ milhões	Variação porcentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
Janneiro 2003	68.886	-1,5	31,7	46.311	-3,1	33,7	22.575	2,1	27,8
Fevereiro	64.092	-7,0	28,0	43.113	-6,9	29,6	20.980	-7,1	24,9
Março	69.290	8,1	40,3	41.326	-4,1	25,5	27.964	33,3	70,1
Abril	67.372	-2,8	38,6	40.519	-2,0	25,1	26.852	-4,0	65,8
Maio	66.199	-1,7	34,4	39.472	-2,6	21,3	26.727	-0,5	59,9

Fonte: Banco Central.

Segundo a última nota para a imprensa divulgada pelo Banco Central, relativa à política monetária e operações de crédito, com dados relativos ao mês de maio, "o movimento na conta única do Tesouro Nacional foi o principal fator condicionante da base monetária no mês", gerando um forte impacto contracionista, compensado em parte pelo conjunto de operações com o sistema financeiro, resultando numa contração da base monetária em 1,7% no referido mês. Foi apurado também um decréscimo no saldo médio diário dos meios de pagamento (M1) de 2,7%, causado por reduções nos seus dois componentes.

Não pode passar desapercebido o componente sazonal, ressaltado pelo Banco Central, que afeta, neste primeiro quadrimestre do ano, a demanda por moeda de modo a

empréstimos direcionados, causado "principalmente pela atuação do BNDES e pelos créditos destinados ao setor agropecuário" e uma estabilidade no desempenho das operações com recursos livres, que respondem por mais da metade do total do crédito do sistema financeiro, sendo que ambas as modalidades de empréstimo tinham apresentado retração no mês de abril. Como indicativo de aumento dos investimentos no futuro, as consultas ao BNDES vêm crescendo nos últimos meses e atingiram, em maio, o valor mais significativo de 2003, com destaque para os setores de papel e celulose. Há que se observar, nos próximos meses, como se comportam as perspectivas dos futuros investimentos, face à última decisão do Conselho Monetário Nacional de manter a TJLP em 12% ao ano, apesar da expectativa

Tabela 6
Meios de pagamento e componentes

Período	Média dos saldos nos dias úteis								
	Meios de pagamento			Papel-moeda em poder do público			Depósitos à vista		
	R$ milhões	Variação porcentual		R$ milhões	Variação porcentual		R$ milhões	Variação porcentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
Janneiro 2003	98.719	-3,5	27,5	39.390	-2,5	33,9	59.328	-4,1	23,7
Fevereiro	91.911	-6,9	23,5	36.590	-7,1	30,9	55.321	-6,8	19,0
Março	89.413	-2,7	21,8	34.886	-4,7	25,9	54.526	-1,4	19,4
Abril*	87.488	-2,2	19,7	34.122	-2,2	25,7	53.366	-2,1	16,2
Maio*	85.102	-2,7	15,5	33.322	-2,3	22,4	51.779	-3,0	11,5

Fonte: Banco Central.
* Dados preliminares.

de queda dos juros de curto prazo, que vem se refletindo numa curva de juros invertida já há algum tempo, cuja inclinação negativa tem aumentado ainda mais nas últimas semanas.

No concernente às últimas medidas anunciadas pelo governo relativas ao microcrédito e à possibilidade de abertura das chamadas "contas sociais", devemos ressaltar que, a despeito das críticas quanto aos possivelmente fracos impactos econômicos decorrentes destas, as mesmas estão cumprindo um papel de inclusão social, enquanto processo de inclusão no sistema bancário de uma parcela da população até então excluída deste, viés esquecido nas análises de muitos economistas. Eles ressaltam que os impactos sobre o consumo das famílias, desejados pelo governo, devem ser muito pequenos, já que, em muitos casos, o crédito será usado para "trocar dívidas", visto que, segundo Palocci, os juros máximos cobrados nestas operações deverão ser de, no máximo, 2% ao mês, estimulando a obtenção deste crédito para quitar dívidas anteriores, que, na maior parte, foram feitas em financeiras cujas taxas de juros praticadas são muito elevadas, e não para o consumo, principalmente de bens duráveis, que é um dos principais objetivos do pacote.

Ao analisarmos a evolução dos principais índices de preços do país, podemos notar um arrefecimento da inflação desde fevereiro, resultando numa convergência destes a partir de abril para valores inferiores a 1%. Podemos notar um comportamento peculiar no INPC[7], já que a maior parte dos índices recuou, em maio, para valores inferiores aos apurados em setembro/02, mês no qual iniciou-se uma forte aceleração da inflação, com exceção deste, despertando a idéia de que, mais uma vez, as camadas mais pobres da população estão pagando a conta.

Faz-se necessária uma observação sobre o comportamento dos índices gerais, calculados pela FGV, nos quais nota-se uma dispersão muito grande, sendo que os dois atingem, em novembro, valores superiores a 5% e encontram-se, em maio, indicando um processo de deflação. A suscetibilidade desses indicadores ao câmbio é intrínseca, visto que o Índice de Preços ao Atacado – IPA, corresponde à parcela de 60% na composição dos mesmos e é altamente sensível às variações cambiais, e isto explica o fato de termos grandes discrepâncias, tanto para cima, no período de depreciação cambial, quanto para baixo, na recente apreciação. Estes impactos ainda mostram-se presentes nos últimos resultados apurados pela FGV para o IGP-M, no mês de junho, que capta uma deflação de 1%, totalmente explicada pelo comportamento no atacado, responsável pela variação negativa de 1,67%, enquanto os outros componentes do índice apontam variações positivas de 0,10% e 0,74%, respectivamente para o IPC e o INCC.

O IPCA-15 surpreendeu e fechou o mês de junho em 0,22%, ante 0,85% registrados em maio[8], sendo que a Região Metropolitana de Salvador apresentou uma inflação acima da média nacional, indicando variação de 0,58%.

De acordo com afirmações de membros do Governo e do Banco Central, estamos diante de uma inflação decrescente, que vem cedendo a um ritmo mais lento que o esperado, devido aos mecanismos inerciais de inflação presentes na economia, e, por essa razão, se faz necessária uma rígida política monetária que se reflete nas altas taxas de juros praticadas. Existe, nessa afirmação, ou um erro de diagnóstico, ou um erro de prescrição de política econômica, visto que "medidas fiscais e monetárias restritivas, quando a inflação não é de demanda mas inercial, são ineficientes" (PEREIRA; NAKANO, 1991, p.10). Percebemos então que, se for um erro na prescrição da política econômica, o que parece ser o caso, o tão proclamado "remédio amargo" está sendo tomado sem necessidade, pois a doença é outra!

Se nos ativermos às causas deste último surto inflacionário, que se manifestou no último trimestre do ano passado, é de senso comum que não se trata de uma inflação de demanda, e sim de uma inflação causada por impactos cambiais concomitantes aos reajustes nos preços administrados e monitorados por contrato, que, em 2002, responderam por 32% da variação do IPCA e que, ainda no início deste ano, tiveram um papel determinante na variação captada pelos índices de preços. Ao observar-

Tabela 7
Evolução dos Principais Índices de Preços do Brasil

Discriminação	set/02	out/02	nov/02	dez/02	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	mai/03
ICV - DIEESE	0,95	1,13	3,20	2,39	2,92	1,35	1,06	1,39	0,24
IGP-DI - FGV	2,64	4,21	5,84	2,70	2,17	1,59	1,66	0,41	-0,67
IGP-M - FGV	2,40	3,87	5,19	3,75	2,33	2,28	1,53	0,92	-0,26
IPC - FIPE	0,76	1,28	2,65	1,83	2,19	1,61	0,67	0,57	0,31
INPC - IBGE	0,83	1,57	3,39	2,70	2,47	1,46	1,37	1,38	0,99
IPCA - IBGE	0,72	1,31	3,02	2,10	2,25	1,57	1,23	0,97	0,61
IPCA-15 - IBGE	0,62	0,90	2,08	3,05	1,98	2,19	1,14	1,14	0,85

Fonte: IPEADATA

mos os fatores mantenedores da inflação, podemos perceber um consenso, estimulado pelo Banco Central, de que somos vítimas do repasse da inflação passada para os preços correntes, causado pelos mecanismos de inércia inflacionária.

Entende-se por inflação inercial, a manutenção dos patamares inflacionários causada por forças que atuam através dos mecanismos formais e informais de indexação da economia, que possibilitam que os diversos setores da sociedade consigam defender sua participação na renda nacional, repassando automaticamente os aumentos de custos independentemente das pressões de demanda, na luta conhecida como conflito distributivo (PEREIRA; NAKANO, 1991). Visto isso, nos parece que a grande dificuldade atual não está em diagnosticar as causas da inflação, e sim em executar os instrumentos adequados para combatê-la.

A decisão de não intervir no câmbio, deixando-o flutuar livremente, medida que muitos consideram acertada, já que o mercado cambial e a "taxa de câmbio ideal" ainda representam um mistério para os economistas, de forma que qualquer intervenção representa um risco de errar muito grande, somando-se às impossibilidades políticas de controle dos preços administrados, fazendo com que estes se constituam em fatores causadores da inflação, são, claramente, as lacunas encontradas nos mecanismos de combate à inflação atualmente.

Segundo Pereira e Nakano, para combater a inflação inercial se faz necessário um controle administrativo de preços concomitante com a desindexação da economia, de modo a não permitir o repasse da inflação passada. Se a inflação de preços administrados tem sido recorrentemente maior que a inflação de preços livres, nos últimos tempos, o que tem pressionado ascendentemente os principais índices, parece-nos óbvio que um combate a estes preços, através de políticas administrativas de controle de preços e de medidas que visem a desindexação, se faz necessário.

Do ponto de vista dos impactos causados pela depreciação cambial recente na estrutura de custos da economia, é notória a pressão aceleracionista da inflação decorrente destes. No entanto, os efeitos da ainda mais recente apreciação cambial não geram os mesmos impactos de redução dos preços, refletindo-se apenas em alguns itens, tais como gasolina e gás de cozinha, que vêm sofrendo deflação, e, ainda assim, numa magnitude menor que a ocorrida no processo inverso. Portanto, sob a ótica de que os agentes têm que formar suas expectativas baseadas em projeções futuras, tão defendida pelo Banco Central nos últimos tempos, se fazia necessário um controle não do câmbio, mas dos repasses decorrentes destes, tendo em vista um cenário prospectivo de melhora, o que teria trazido menos pressões inflacionárias e maior estabilidade econômica, sem necessariamente ocasionar perdas para estes setores oligopolizados da economia, a que estão sujeitos os preços administrados.

Os reajustes das empresas de energia elétrica e de telefonia fixa, juntamente com o preço da gasolina, do gás de cozinha e dos ônibus urbanos, têm se constituído em fontes decisivas para a inflação recente, bem como em ameaças de aceleração da inflação ainda neste ano, às quais se soma a possibilidade de recomposição, por parte de empresas que detêm certo poder de monopólio, de suas margens de lucros, estreitadas por perdas recentes. Logo, a desindexação dos setores supracitados, que atualmente contam com correções pelo IGP-DI, juntamente com o controle de alguns preços administrados, se constituiriam em medidas de grande eficiência no combate à inflação, sem a necessidade de implementação de uma pesada estrutura burocrática para tal, o que se caracterizaria numa reedição do Conselho Interministerial de Preços, nem de grandes alterações nas estruturas relativas de preços.

Obviamente, sabemos que o Banco Central não é capaz de, sozinho, combater todas as causas da inflação, e se outras entidades governamentais se abstêm da responsabilidade, restam poucas alternativas àquele, visto que, além das diversas pressões a que o mesmo está sujeito, existe atualmente uma impossibilidade de usar outros instrumentos de política monetária, pois se credita a este também a adoção de medidas que visem a diminuição do *spread* bancário, o que significa que o terreno das medidas que permeiam o aumento das taxas de compulsórios e de redesconto tornou-se muito mal-visto.

Foram anunciadas no final de junho, pelo CMN, as metas de inflação para os anos de 2004 e 2005, metas estas que balizam a política monetária, já que os instrumentos

Os reajustes das empresas de energia elétrica e de telefonia fixa, juntamente com o preço da gasolina, do gás de cozinha e dos ônibus urbanos, têm se constituído em fontes decisivas para a inflação recente

utilizados pelo Banco Central objetivam atingi-las. É de fundamental importância a percepção de que são essas metas que definirão o quão apertada será a condução da política monetária, por parte de Banco Central, já que os patamares de juros, taxas de compulsórios e redesconto são fixados visando deixar a inflação no nível estipulado pelas mesmas. Portanto, as reuniões mensais do COPOM não decidem os objetivos do Banco Central, definem tão somente os meios que serão utilizados para a consecução destes, definidos anteriormente pelo CMN, que é formado pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento, e pelo Presidente do Banco Central. Obviamente, a ocorrência de externalidades, a exemplo do forte impacto cambial do final de 2002, traz dificuldades para a consecução destes objetivos, levando o Banco Central a decidir por uma política mais ou menos rígida e, para isto, definiu-se as metas para os próximos dois anos com margens de manobra de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos, explicitando-se, contudo, que o objetivo da política monetária é o de perseguir a meta central, fixada em 5,5% para 2004 e 4,5% para 2005, a serem apuradas pelo IPCA, de modo a constituírem-se num processo de transição para a meta desejável de longo prazo, estipulada em 4%.

Segundo dados oficiais do Ministério da Fazenda, essas metas foram estipuladas tendo em vista o balanceamento dos custos entre inflação e produto (crescimento do PIB), definidas nestes patamares porque "os agentes econômicos já percebem a meta ajustada de 5,5% como sendo o objetivo de política monetária" e, metas significativamente inferiores a estas trariam um custo muito grande para o produto, ao passo que metas superiores poderiam gerar uma deterioração das expectativas de inflação, levando os agentes a revisarem suas expectativas para cima, o que acarretaria num aumento da persistência da inflação, já que "a consolidação da inflação em patamar elevado incentivaria os mecanismos de reindexação na economia".

No contexto em que se formaram as expectativas dos agentes econômicos, onde se imagina queda das taxas de juros e da inflação, e crescimento, ainda que modesto, do PIB, parece-nos bastante razoável o alcance das metas estipuladas se, e somente se, o governo combater eficientemente a inflação autônoma, visto que um aumento da renda real proveniente do crescimento do produto tenderia a trazê-la de novo à tona, possivelmente num grau ainda maior, agindo como fator aceleracionista da inflação, visto que a recomposição das margens de lucros das grandes empresas, trazendo consigo outros fatores formadores de uma espiral de preços explicada pelo conflito distributivo existente na economia, se constitui numa ameaça constante, que não está sendo observada neste momento por absoluta falta de espaço para tal, causada pelo desaquecimento da demanda agregada.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2003.

_____. Relatório de Inflação. Brasília, v. 5, n. 1. mar. 2003. 162 p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 27 jun. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2003.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2003.

PEREIRA, Luiz Bresser; NAKANO, Yoshiaki. Inflação e Recessão – A teoria da inércia inflacionária. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 220 p.

Notas

[1] Texto apresentado na reunião do NEC no dia 09/07/2003.

[2] Medida Provisória nº 2.211 de 29 de agosto de 2001.

[3] Através do Decreto nº 4.120 de 7 de fevereiro de 2002, em cumprimento com ao artigo 8º Lei de Responsabilidade Fiscal.

[4] Dos quais R$ 31,9 bilhões referentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social e R$ 6,3 bilhões referentes às empresas estatais federais não financeiras.

[5] O risco Brasil chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002 e reduziu-se para aproximadamente 950 pontos em abril deste ano.

[6] Dívida mobiliária e dívida bruta do setor público.

[7] O cálculo deste índice abrange rendimentos entre 1 e 8 salários mínimos, sendo, portanto, utilizado para medir o impacto da inflação nos estratos inferiores da população

[8] Este índice conta com a mesma metodologia do IPCA, diferenciando-se apenas no período de coleta.

Fabrício Pitombo Leite e **Sandra Cristina Santos Oliveira são estudantes de Economia (FCE/UFBA), bolsistas do NEC. O texto foi produzido com a colaboração de Osmar Sepúlveda, professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/ UFBA) e integrante do NEC.

FLÁVIA S. R. SUERDIECK*
LAUMAR NEVES DE SOUZA**
TIAGO OLIVEIRA***

Nova PME e PED: até que ponto estão mais próximas?

As transformações laborais no Brasil, assim como em outras partes do mundo, vêm refletindo um processo crescente de precarização do mercado e dos postos de trabalho. Esse acontecimento tem reforçado a necessidade de termos pesquisas sobre o mercado de trabalho nacional que sejam capazes de fornecer "fotografias" que consigam expressar, com riqueza de detalhes, a sua real situação. É dentro desse espírito que, desde o início do presente ano, a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, produzida pelo IBGE, passou a ser aplicada segundo uma nova metodologia.

Pode-se; dizer com absoluta certeza; que essa nova metodológica é resultante de todo um debate que se travou, nos últimos tempos, na economia brasileira, acerca da validade e pertinência de alguns dos mecanismos de captação da realidade do mercado de trabalho nacional utilizados pela antiga PME. Os críticos dessa pesquisa argumentavam que a sua metodologia era apropriada para dar conta da situação de mercados de trabalho com características mais homogêneas, como é o caso, por exemplo, dos países avançados, sendo, portanto, insuficiente para expressar a realidade de mercados de trabalho menos estruturados, como o brasileiro.

Tomando esse ponto de vista como verdadeiro, poder-se-ia afirmar que a "lente da máquina fotográfica" que é a metodologia da PME não estava, pelo menos até bem recentemente, preparada e/ou ajustada para dar conta de outros aspectos do mercado de trabalho nacional que poderiam implicar a ampliação da taxa de desemprego, tal como já percebido, há longa data, pela metodologia da PED.

É, pois, tentando cobrir determinadas lacunas que o IBGE procura, agora, modernizar a PME. Ele próprio reconhece, em documentos oficiais, que em função das intensas e profundas transformações pelas quais passou e vem passando o mercado de trabalho brasileiro, era mais que chegada a hora de se proceder a uma revisão completa no projeto da PME, tanto da perspectiva metodológica quanto processual. Ao agir desse modo sua intenção é possibilitar a captação mais adequada das características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo, fornecendo, portanto, informações mais precisas para a formulação e acompanhamento de políticas públicas[1].

Colocadas as coisas nesses termos, é inevitável que façamos a pergunta: será que esse processo de modernização da PME não acabou aproximando-a da PED? A razão de ser desse questionamento fundamenta-se no reconhecimento de que a metodologia da PED, já desde o início dos anos 80, foi elaborada com a finalidade de possibilitar a geração de indicadores que refletissem, o mais fielmente possível, os efeitos do acirramento da crise econômica, sobretudo em relação à capacidade do mercado de trabalho de absorver a mão-de-obra disponível, tendo em vista que os indicadores até então produzidos – os da PME – padeciam da fragilidade de não refletir a realidade das crescentes demissões efetuadas pelas empresas, não captando, por conseguinte, o crescimento do desemprego (Hoffmann, et. al., op. cit., p. 7)[2].

Partindo desse quadro, o objetivo deste texto é detalhar as mudanças ocorridas na PME, de modo a poder perceber em que medida, se é que é possível falar nesses termos, seus novos indicadores se aproximam dos produzidos pela PED. Para tanto, visando facilitar a exposição, comentaremos de forma compartimentalizada quais são as novas compreensões adotadas pela PME do que seja ocupado, desocupado e inativo.

QUEM SÃO OS OCUPADOS?

De saída, é bom que se esclareça que os formuladores da nova PME, inegavelmente motivados por fatores de

ordem política e ideológica, construíram um corpo metodológico – assim como já verificado na antiga PME – muito mais sensível à captação das situações de ocupação e inatividade que de desemprego. Seu mérito maior parece ser o enquadramento de situações de ocupação e inatividade que anteriormente não eram contempladas.

Tratando das mudanças metodológicas propriamente ditas, introduzidas na PME, é crucial apontar que agora compõem a População em Idade Ativa (PIA), todas aquelas pessoas de 10 anos ou mais residentes na área urbana de cada região metropolitana, assim como já é feito na PED. Anteriormente, a PME só enquadrava nesse contingente as pessoas de 15 anos ou mais. Essa é uma atitude louvável, posto que a realidade do mercado de trabalho nacional evidencia um expressivo número de pessoas de 10 a 14 anos que são compulsoriamente obrigadas a desempenhar algum tipo de atividade produtiva, visando a obtenção de recursos seja para a satisfação das suas necessidades individuais, seja para a manutenção de suas famílias.

No que tange à questão da mensuração da população ocupada, a nova PME introduziu algumas mudanças que permitem identificar, entre os indivíduos que se encontram ocupados, quem são aqueles que estão expostos às situações de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. Nesse sentido, dentro do contingente dos ocupados, consegue-se separar os que são sub-ocupados por insuficiência de horas trabalhadas[3] e os sub-remunerados[4].

Esse é, indubitavelmente, um avanço importante da PME, na medida em que permite introduzir uma certa dose de heterogeneidade dentro da parcela dos ocupados, não a identificando, como no passado, como um todo homogêneo. Tal atitude é fundamental quando se tem por propósito dar conta, da forma mais realista possível, da situação de um mercado de trabalho que, há muito, vem apresentando sinais inequívocos de desestruturação.

A nova PME introduziu algumas mudanças que permitem identificar, entre os indivíduos que se encontram ocupados, quem são aqueles que estão expostos às situações de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Quando se analisa de forma mais detida as mudanças introduzidas pela nova metodologia da PME em relação à questão da ocupação, percebe-se claramente que ela amplia ainda mais o conceito de trabalho. Na metodologia anterior o conceito de trabalho dizia respeito à **ocupação econômica remunerada** em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou à **ocupação econômica sem remuneração**, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou às instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

Já a nova metodologia da PME define como trabalho em atividade econômica o exercício de: 1) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) na produção de bens e serviços; 2) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico; e 3) ocupação econômica sem remuneração na produção de bens e serviços, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar. Nela, diferentemente do que era feito no passado, não se inclui no conceito de trabalho o exercício de ocupação sem remuneração desenvolvida em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo[5].

Nessa nova perspectiva, a população ocupada, na semana de referência, reúne o conjunto dos indivíduos que exerceram trabalho, seja ele remunerado ou não, durante o intervalo de tempo de pelo menos uma hora completa na semana de referência ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados nessa semana[6]. Esse enquadramento é prova inconteste da maior sensibilidade da nova PME em captar as situações de ocupação. Conforme se pode visualizar na tabela 1, em função das mudanças dos critérios para se determinar se um indivíduo é ou não ocupado, a população ocupada salta de cerca de 1.158 mil para aproximadamente 1.216 mil indivíduos, o que corresponde a um aumento de 5%. (Tabela 1)

Mesmo reconhecendo o esforço da nova PME em melhor caracterizar a ocupação – identificando, como já mencionado, situações antes desconsideradas – não podemos daí concluir que esse processo acabou conduzindo a uma aproximação do conceito de ocupação utilizado pela PED, fato esse que poderá ser comprovado, a seguir, quando se discute os conceitos de desocupação e inatividade que lhes foram recentemente incorporados.

Tabela 1
Comparação dos principais indicadores de divulgação PME-RMS

Indicador	Junho de 2002		
	Nova (a)	Antiga (b)	(a)/(b)
População em idade ativa (PIA)	2.623.769	2.370.725	1,11
População economicamente ativa (PEA)	1.433.230	1.262.724	1,14
População não economicamente ativa (PNEA)	1.190.539	1.108.001	1,07
População ocupada (PO)	1.216.651	1.158.031	1,05
População desocupada (PD)	216.579	104.693	2,07
Taxa de participação (PEA/PIA)	54,6	53,3	1,03
Taxa de ocupação (PO/PIA)	46,4	48,8	0,95
Taxa de desemprego (PD/PEA)	15,1	8,3	1,82

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

QUEM SÃO OS DESOCUPADOS?

No que diz respeito à população desocupada, a diferença fundamental entre a metodologia da nova e da antiga pesquisa consiste nos conceitos de procura de trabalho e disponibilidade de trabalhar[7]. Enquanto a PME antiga definia a procura de trabalho na semana de referência, na nova ampliou-se o período de referência para 30 dias e o critério de disponibilidade do indivíduo para assumir um trabalho na semana de referência passa a ser explicitado. Assim, os desocupados, na nova PME, passam a ser identificados como as pessoas sem trabalho na semana de referência, embora disponíveis para trabalhar nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de 30 dias, sem o exercício de nenhum trabalho nesse período.

Segundo a metodologia antiga da PME, na tabela 1, os desocupados da RMS eram cerca de 104 mil pessoas, passando para aproximadamente 216 mil com a nova, o que representa um incremento da ordem de 107%. O reflexo desse movimento sobre a taxa de desocupação[8] foi imediato, dado que saltou de 8,3% para 15,1%, registrando, portanto, um aumento de 82%.

Um dos elementos que concorreram decisivamente para que esse aumento tão significativo se processasse foi a ampliação do período de referência para a procura de trabalho. Como pode ser visto na tabela 2, em face dessa modificação a nova PME incorporou à população desocupada mais de 90 mil pessoas, o que correspondeu a um incremento de 71%. Como seria de se esperar, esse crescimento teve rebatimento imediato na taxa de desocupação que foi elevada de 9,9% para 15,1%, um aumento de 53%.

Outra mudança metodológica, que certamente afetará o contingente que representa a população desocupada, provocando variações em seu quantitativo, é a exclusão das pessoas com afastamentos de longa duração na classificação de ocupados[9]. Dependendo do tempo em que a pessoa se encontre afastada do trabalho, e do motivo pelo qual isso ocorre, essa pessoa poderá ser considerada desocupada na semana de referência.

Diante da proposta de identificar pontos de semelhança e divergências entre a nova PME e a PED, torna-se crucial inferir que a primeira, embora tenha ampliado a sua definição de desocupação, permanece restrita à classificação da situação de desemprego aberto, ao passo que a PED desagrega o desemprego, em aberto e oculto, inclusive, detalhando o oculto de acordo com a realização de atividades descontínuas e irregulares (precárias) e pelo desalento. Neste aspecto, a PED continua destacando-se como a pesquisa domiciliar de cunho conjuntural com a definição mais ampla e próxima da realidade do mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 2
Comparação dos principais indicadores de divulgação da PME com o período de refereência de 30 dias para a procura de trabalho - RMS

Indicador	Junho de 2002		
	Nova (a)	Antiga (b)	(a)/(b)
População em idade ativa (PIA)	2.623.769	2.370.725	1,11
População economicamente ativa (PEA)	1.433.230	1.284.636	1,12
População não economicamente ativa (PNEA)	1.190.539	1.086.089	1,10
População ocupada (PO)	1.216.651	1.158.031	1,05
População desocupada (PD)	216.579	126.605	1,71
Taxa de participação (PEA/PIA)	55	54	1,01
Taxa de ocupação (PO/PIA)	46,4	48,8	0,95
Taxa de desemprego (PD/PEA)	15,1	9,9	1,53

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Outra diferença marcante entre a definição de desocupados das duas pesquisas é o critério de disponibilidade para assumir um trabalho na semana de referência, concomitantemente a não realização de nenhum trabalho nesse período, presente somente para a PME. Não obstante essas distinções específicas para cada pesquisa, a taxa de desocupação da PME tornou-se maior, aproximando-se, ao menos quantitativamente,

da taxa de desemprego aberto da PED. A título ilustrativo, no mês de maio a taxa de desemprego aberto para a PED foi de 18,9% e, para a PME, foi de 17,3%.

Outra grande diferença entre a PME e a PED, relativa ao desemprego, é que a primeira, ao desconsiderar as condições de atividade de desemprego oculto por trabalho precário e por desalento como uma situação de desocupação, as direciona para a ocupação ou para inatividade.

Para a PME, o desemprego oculto por trabalho precário pode configurar ocupação se a pessoa tiver trabalhado na semana de referência da pesquisa, independente das seguintes situações consideradas pela PED para definir esse tipo de desemprego: 1) a realização de uma procura efetiva de trabalho no período de 30 dias; 2) a existência de disponibilidade atual para trabalhar e a procura por trabalho nos últimos 12 meses; 3) a investigação da situação de trabalho; 4) o tipo de trabalho exercido e 5) a necessidade de mudança de trabalho. A segunda possibilidade de classificação para o desemprego oculto pelo trabalho precário feita pela PME é a inatividade, que ocorre quando a pessoa não exerceu nenhum trabalho na semana de referência, independente de ter realizado algum trabalho irregular fora deste período, nem realizou efetivamente nenhuma procura de trabalho no período de referência de 30 dias.

No que tange ao desemprego oculto por desalento, a classificação da PME privilegia, exclusivamente, a inatividade, pois a ausência de procura de trabalho nos 30 dias acompanhada da não realização de trabalho na semana de referência são condições satisfatórias e suficientes para tal decisão, independentemente de existir disponibilidade atual para trabalhar com procura nos últimos 12 meses.

QUEM SÃO OS INATIVOS?

Duas mudanças introduzidas na nova PME trouxeram implicações diferenciadas em termos de mensuração da inatividade. A primeira foi o fato, já mencionado anteriormente, da ampliação da PIA, agora contemplando a faixa etária delimitada dos 10 aos 14 anos.

A segunda é que a nova PME reduziu o número de horas de trabalho semanal necessárias para enquadrar as pessoas na condição de ocupadas. Agora, como já destacado acima, para classificá-las como ocupadas é preciso que as mesmas realizem uma atividade produtiva durante pelo menos uma hora na semana de referência. Sendo assim, essa mudança amplia a tendência de classificação das pessoas na condição de ocupadas, dirimindo de algum modo a percentagem da população inativa, posto que, no passado, eram necessárias no mínimo 15 horas semanais.

Os reflexos dessas mudanças na aferição da inatividade podem ser melhor elucidados mediante a análise dos números expostos na tabela 1, onde podemos perceber um acréscimo do número de pessoas classificadas como inativas. De acordo com a nova PME, os inativos compreendem por volta de 1.200 mil pessoas, em oposição a quase 1.100 mil inativos segundo a metodologia antiga, perfazendo um aumento aproximado de 7%.

Existem vários matizes que caracterizam a inatividade. No entanto, a sua caracterização central fundamenta-se na ausência de uma inserção produtiva no mercado de trabalho, assim como na inexistência de procura efetiva de trabalho.

No que se refere exclusivamente a PED, os inativos são classificados em duas categorias distintas, a saber: os inativos puros e os inativos com trabalho excepcional. Ambas as situações se configuram na falta de uma procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias da realização da entrevista, aliada à ausência de uma situação de trabalho. O ponto de distinção entre ambas situa-se na realização de um trabalho de caráter excepcional[10].

A inatividade, para efeito da PME, constrói-se mediante a agregação das pessoas que não foram classificadas como desocupadas ou ocupadas no período de referência. O grande avanço, no nosso entender, representado pela nova metodologia da PME em relação à captação da inatividade, consiste na incorporação de dois conceitos, a saber: o de pessoas marginalmente ligadas à PEA e o de pessoas desalentadas.

As pessoas marginalmente ligadas à PEA compreendem aquela parcela da população inativa que nela esteve inserida no último ano e anseia por uma nova oportunidade no mercado de trabalho, possuindo disponibilidade imediata para tal. Já as pessoas desalentadas representam uma fatia das pessoas marginalmente ligadas à PEA que não procuraram efetivamente por uma posição no mercado de trabalho no período de referência de 30 dias por razões adversas do mercado de trabalho, mantendo, no entanto, uma procura por um período de 6 meses, havendo, nesse sentido, disponibilidade para assumir um posto de trabalho.

Vale notar que a concepção ampliada da ocupação utilizada pela nova PME permite a classificação de parte do contingente alocado segundo a PED na inatividade na qualidade de ocupado, a exemplo dos inativos com trabalho excepcional. A PED, por seu turno, enquadra como desempregada parte da população tida como inativa pela nova PME, situação, por exemplo, dos desempregados ocultos pelo trabalho precário que não realizaram nenhuma atividade laboral durante a semana e os desempregados ocultos pelo desalento.

COMENTÁRIOS FINAIS

A impressão que fica ao se expor as mudanças sofridas pela metodologia da PME é que, assim como no passado, ela continua a privilegiar as situações de ocupação e inatividade. Não obstante, agora, é maior a riqueza de detalhes que tal pesquisa permite. Essa situação se assemelha à de um fotógrafo que anteriormente utilizava uma câmera com uma lente menos potente e que, agora, dispõe de uma lente mais moderna, que lhe possibilita, por exemplo, ao focar o rosto de uma pessoa, perceber não apenas suas marcas mais visíveis – aquelas que estão mais aparentes –, mas, sobretudo, aquelas que são de difícil percepção num primeiro olhar, menos apurado.

Nessa medida, o IBGE, ao introduzir mudanças na PME de modo a torná-la mais moderna, processou uma espécie de "troca de lente" na sua câmara fotográfica. Ao direcioná-la, agora, para as situações de ocupação, desemprego e inatividade, uma realidade bem mais complexa e com novas dimensões salta aos olhos. E é justamente aí que a nova PME e a PED se aproximam. Cada uma a seu modo, envidando esforços para que seus indicadores se aproximem ao máximo da realidade que desejam representar.

Vale também pontuar que as conclusões obtidas pela análise comparativa do desemprego entre a PED e PME revelam que apesar dos avanços conceituais e metodológicos incorporados à nova PME, os limites entre as suas condições de atividade (ocupação, desocupação e inatividade) continuam bastante definidos e excludentes, podendo ser condenáveis pela subestimação excessiva do desemprego em decorrência do tratamento dado às situações de ocupação e inatividade. Sendo assim, essa deficiência na captação do desemprego compromete a codificação da imagem de um mercado de trabalho heterogêneo e pouco estruturado como o brasileiro.

Por fim, a bem da verdade, é importante que se diga que embora a metodologia da PED seja mais apropriada para refletir as principais nuances do mercado de trabalho nacional, isso não significa necessariamente que ela continue superior, em todos os aspectos, à nova metodologia da PME. Esta última trouxe inovações que deveriam ser também objeto de investigação na PED, por permitirem a identificação, de modo mais preciso, dos movimentos conjunturais que afetam o mercado de trabalho, bem como a sua distinção daqueles movimentos de natureza mais estrutural[11].

Uma das inovações é que além do rendimento efetivamente recebido do trabalho no mês de referência, a nova PME capta o rendimento mensal habitualmente recebido no trabalho. Uma outra refere-se ao fato de que não apenas as horas efetivamente trabalhadas na semana de referência são investigadas, mas também as que são habitualmente trabalhadas por semana.

Referências

HOFFMAN, Marise B.; CUTRIM, Maria Alice B. *O desemprego no Brasil*: como medi-lo. São Paulo: s. n., 2000. (Mimeografado).

IBGE. *Relatório sobre a transição metodológica da PME*. Disponível em : <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2003.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO: Apresentação da base de dados. São Paulo: Seade, dez. 1999.

Notas

[1] Vale pontuar também que essa modernização da PME não implicou um afastamento das recomendações preconizadas pela OIT, de modo que a comparabilidade internacional de suas estatísticas fica preservada.

[2] Essa reduzida aderência da PME aos acontecimentos do mundo real agravou-se ainda mais quando do início dos anos 90 e, com isso, o aparecimento de novos fenômenos reconfiguraram, para pior, as relações que se estabelecem no nosso mercado de trabalho.

[3] Integra esse contingente as pessoas que trabalharam efetivamente menos de 40 horas em todos os trabalhos da semana de referência (semana de domingo a sábado, que precede a semana definida como de entrevista para a unidade domiciliar) e estavam disponíveis para trabalhar mais no período, de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência da pesquisa.

[4] Compreende as pessoas ocupadas na semana de referência com rendimento/hora efetivamente recebido de todos os trabalhos, no mês de referência (é o mês anterior ao que contém as quatro semanas de referência que compõem o mês da pesquisa), inferior ao salário mínimo/hora do mês de referência.

[5] Também não é considerado trabalho o exercício de ocupação na produção para o próprio consumo ou uso de membro(s) da unidade domiciliar.

[6] Conforme essa metodologia, considera-se como 'ocupada, temporariamente afastada de trabalho remunerado', a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, licença remunerada

pelo empregador, más condições do tempo ou outros fatores ocasionais. Faz parte desse contingente também os indivíduos que, na data de referência, estavam afastados em licença remunerada por instituto de previdência por período não superior a vinte e quatro meses; do próprio empreendimento por motivo de gestação, doença ou acidente, sem ser licenciado por instituto de previdência, por período não superior a três meses; por falta voluntária ou outro motivo, por período não superior a trinta dias.

[7] Segundo o relatório lançado pelo IBGE, em dezembro de 2002, sobre a transição metodológica da PME, desde sua implantação ela divulgava a taxa de desocupação para dois períodos de referência (semana e 30 dias). Após a implementação das mudanças na pesquisa, a taxa de desocupação com procura de trabalho na semana de referência foi extinta. A respeito do critério de disponibilidade para trabalhar, há o relato de que este era investigado, fazendo parte do levantamento da antiga pesquisa, através de pergunta de cobertura feita pelo entrevistador. A grande modificação da atual PME, em relação a este critério, está relacionada com a explicitação dele no questionário.

[8] Percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação à PEA.

[9] A nova PME, conforme é citado no Relatório feito pelo IBGE, sobre a sua transição metodológica, seguindo as recomendações da 16ª Conferência de Estatísticos do Trabalho da OIT, em 1998, passou a analisar o motivo e o tempo de afastamento do trabalho para classificar a pessoa como ocupada, desocupada ou inativa.

[10] Segundo o próprio DIEESE, o trabalho excepcional "refere-se à realização pelo indivíduo de um trabalho, em caráter ocasional, quando lhe sobra tempo de suas atividades não produtivas consideradas prioritárias".

[11] Tratando-se de estudos conjunturais e estruturais, não podemos esquecer que as mudanças pelas quais passou a PME comprometeram a comparabilidade histórica dos seus indicadores.

***Flávia S. R. Suerdieck é Bacharelanda em Ciências Econômicas pela FCE/ UFBA e Técnica da SEI.**
****Laumar Neves de Souza é Doutorando em Ciências Sociais pela FFCH/UFBA e Bolsista FAPES.**
*****Tiago Oliveira é Economista e Bolsista FAPES.**

ANA CRISTINA LIMA COUTO*

O jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador[1]

A análise da literatura, tanto nacional quanto internacional, tem apresentado um grande número de trabalhos a respeito da participação do jovem no mercado de trabalho. A constatação geral é que, especialmente a partir da década de 1990, houve uma ruptura do padrão tradicional de inserção ocupacional[2] dessa categoria da população, expressa pelo aumento das taxas de desemprego, pela geração insuficiente de ocupações, pelo aumento de ocupações precárias e pelas maiores exigências para contratação. Como resultado, aumentaram ainda mais as dificuldades de inserção ocupacional do jovem na maioria dos países do mundo, o que tem se constituído em um grande problema, objeto de preocupação por parte da sociedade e dos governos.

No Brasil, também a partir da década de 1990, as transformações econômicas e sociais afetaram significativamente o funcionamento do mercado de trabalho, trazendo conseqüências negativas para todos os trabalhadores. Todavia, os segmentos mais vulneráveis da força de trabalho foram os mais duramente atingidos. Entre estes, o jovem foi uma das categorias que mais sofreu com a crise que se abateu sobre o emprego. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS) os jovens também enfrentam, talvez até com maior intensidade, os problemas típicos do mercado laboral. Sendo assim, este artigo tem o propósito de apresentar um panorama da atual situação ocupacional do jovem na RMS. A fonte de dados utilizada é a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para o período relativo aos anos de 1997 a 2001. Utilizam-se também os dados do IBGE para tratar da evolução e de algumas características do jovem. Neste trabalho foram considerados jovens os indivíduos com idade de 15 a 24 anos. Este grupo é formado pelo conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novas oportunidades de trabalho. O limite inferior de 15 anos deve-se ao cumprimento da idade mínima para entrada no mercado de trabalho[3] e pelo fato de estar associado ao período de conclusão do ensino fundamental. O limite superior foi estabelecido com base em diversos estudos que analisaram as taxas de atividade e de desemprego por faixa etária, os quais revelaram que o aumento significativo de tais taxas ocorre entre a idade de 20 a 24 anos e a de 25 a 29 anos. A partir desta última faixa nota-se um *continuum* que permite equiparar este grupo àqueles de idades adultas (SANCHIS, 1997, p. 109).

EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO JOVEM

Segundo as informações da Tabela 1, baseadas nos dados dos Censos Demográficos do IBGE, é possível avaliar a evolução do contingente de jovens de 15 a 24 anos de idade na RMS. Apesar do aumento do número de jovens em termos absolutos, observa-se que entre os anos de 1980 e 1990 houve uma desaceleração no ritmo de crescimento dessa população. Isso é constatado pela redução de 56,1% para 28,6% e de 4,6% para 2,6% na variação percentual e na taxa de crescimento médio anual, respectivamente. Contudo, entre 1990 e 2000, a quantidade de jovens na RMS aumentou enormemente, apresentando um incremento de 61,1% e uma taxa de crescimento médio anual de 4,9%. Assim, durante a década de 1990, o fenômeno da "onda jovem"[4] ocorreu na RMS de forma bastante acentuada, gerando novas necessidades e trazendo impactos sobre o sistema educacional e sobre o mercado de trabalho.

Em relação à participação dos jovens no total da população, enquanto em 1940 estes representavam 19,8%, em 2000 esse percentual elevou-se para 23%. Há cerca de 854, 9 mil jovens de 15 a 24 anos de idade na RMS[5]. No que tange aos diferenciais entre os sexos, segundo o Censo 2000, havia 416.522 jovens do sexo masculino (48,7%) e 438.377 jovens do sexo feminino (51,3%). Quanto à cor, 16,3% eram brancos e 83,7%, negros.

Tabela 1
População de 15 a 24 anos de idade - RMS (1940-2000)

Ano	População de 15 a 24 anos de idade			
	Total absoluto	Variação Relativa (%)	Part. em relação à população total	Taxa de crescimento médio anual (%)
1940	81.615		19,8	
1950	121.885	49,3	21,3	4,1
1960	168.863	38,5	20,0	3,3
1970	264.248	56,5	20,9	4,6
1980	412.437	56,1	22,2	4,6
1990	530.539	28,6	21,1	2,6
2000	854.899	61,1	23,0	4,9

Fonte: Carvalho, et. Al. (2000, p. 45) e IBGE, 2002.

No que diz respeito à posição na família, agora com base nos dados da PED, registra-se que 6,9% dos jovens são chefes de família, 66,6% são filhos, 8,2% são cônjuges e 18,2% pertencem à categoria denominada outros. A análise desses dados, desagregados por faixa etária, revela que a proporção de filhos decresce com a mudança para a faixa etária superior (de 81,4% para os jovens de 15 a 17 anos para 60,1% para os jovens de 18 a 24 anos). De outro lado, entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 0,7% se encontra na posição de chefe de família. Para os jovens que estão na faixa etária de 18 a 24 anos, esse percentual eleva-se para 9,7%.

A Tabela 2 apresenta os dados relativos à condição de atividade do jovem no que diz respeito à sua participação no mercado de trabalho e no sistema educacional. Do total de jovens de 15 a 24 anos, a maioria (42,3%) só estuda, seguida dos que só trabalham (21,4%). O percentual dos que não estudam nem trabalham é muito alto (20,5%). Desagregando-se esses dados por grupos de idade, constata-se que, entre os que possuem de 15 a 17 anos (73,2%), a maior parte apenas estuda. Entre os que possuem de 18 a 24 anos, a proporção dos que só estudam ou só trabalham é praticamente a mesma. Para esses jovens, verifica-se que 45,5% trabalham, combinando ou não o trabalho com a escola.

Um fato que chama a atenção é que o percentual de 20,5% de jovens que não realizam nenhuma atividade é formado por uma grande participação de jovens de 18 a 24 anos. Este é um fato muito preocupante, pois esses jovens já que não estão estudando deveriam ao menos estar trabalhando, visto que é nessa fase da vida que muitos começam a ter responsabilidades sociais. Além disso, jovens que não estudam nem trabalham não adquirem capital educativo e nem habilidades produtivas. Por isso, são mais propícios a se envolverem em atividades ligadas ao tráfico de drogas, à criminalidade e à violência, das quais eles são as principais vítimas. (Tabela 2)

Tabela 2
Distribuição dos jovens por condição de estudo e trabalho
RMS (1997-2001)

Grupos de idade	Condição de atividade (%)			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não realiza nenhuma atividade
15 a 24 anos	42,3	15,8	21,4	20,5
15 a 17 anos	73,2	13,7	4,4	8,7
18 a 24 anos	28,7	16,7	28,8	25,8

Fonte: PED/RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

A população economicamente ativa (PEA) que se encontra na faixa etária de 15 a 24 anos se distribui da seguinte forma: 59,3% está ocupada e 40,7% está desempregada. A taxa de participação dos jovens é de 62,7%[6]. Destaca-se que, embora maior, essa taxa guarda uma certa proporcionalidade com a taxa de participação da população total, que é de 60,5%. Há, portanto, uma maior pressão do contingente jovem sobre o mercado de trabalho. Já a taxa de inatividade dos jovens é de 37,3%.

Se a taxa de participação do jovem no mercado de trabalho da RMS assemelha-se àquela encontrada para o conjunto da população, o mesmo não ocorre em relação à taxa de desemprego, que apresenta um percentual muito superior ao verificado para o total da população (25,6%). Dos jovens desempregados, 64,9% possuem experiência anterior de trabalho. Em relação à composição do desemprego juvenil por tipo, constata-se que o desemprego aberto e oculto correspondem a 26% e 14,7%, respectivamente.

Os dados da Tabela 3 permitem uma análise das taxas de participação, ocupação, desemprego e inatividade segundo alguns atributos pessoais. A taxa de participação dos jovens aumenta com a mudança para a faixa etária superior. Isso porque os jovens de 15 a 17 anos tendem a priorizar a continuidade dos estudos, além do fato de que muitos empregadores só contratam trabalhadores com

idade superior a 18 anos. Assim, quando se comparam os dois subgrupos etários, nota-se que as taxas são muito distintas, sendo a dos jovens de 18 a 24 anos (74,6%) mais de duas vezes acima da taxa dos jovens de 15 a 17 anos (35,6%). Segundo Menezes e Carrera-Fernandez (2001, p. 87), "essa grande diferença denota que a passagem do fim da adolescência para o início da vida adulta representa efetivamente um rito de passagem da inatividade para o mundo do trabalho (...)". Para o grupo de 18 a 24 anos, o nível de atividade – embora superior em 14,1 pontos percentuais – aproxima-se mais da taxa encontrada para o conjunto da população.

Tabela 3
Indicadores do mercado de trabalho dos jovens por atributos
RMS (1997-2001)

Especificação	Taxas			
	Participação	Ocupação	Desemprego	Inatividade
Sexo				
Homem	68,1	62,1	37,9	31,9
Mulher	57,6	56,2	43,8	42,4
Cor				
Negros	64,0	58,4	41,6	36,0
Brancos	54,8	64,9	35,1	45,2
Idade				
15 a 17 anos	35,6	51,0	49,0	64,4
18 a 24 anos	74,6	61,0	39,0	25,4
Posição no domicílio				
Chefe	89,0	73,5	26,5	11,0
Demais membros	61,1	58,0	42,0	38,9
Tempo de residência				
Até 3 anos	66,9	69,2	30,8	33,1
Mais de 3 anos	62,3	58,3	41,7	37,7

Fonte: PED/RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

No entanto, como bem salientado pelos autores acima mencionados, a maior taxa de participação dos jovens de 18 a 24 anos não significa uma maior ocupação. A desagregação da taxa de desemprego por idade revela uma diferenciação significativa. Para os jovens de 15 a 17 anos, a taxa é de 49%, enquanto para os jovens de 18 a 24 anos, esta taxa, embora elevada, está em um patamar inferior (39%). Isso se explica, principalmente, por fatores ligados ao menor grau de escolaridade e ausência de experiência profissional dos jovens adolescentes.

Considerando que a taxa de participação dos jovens é de 62,7% e considerando apenas os jovens do sexo masculino, essa proporção se eleva para 68,1% enquanto para o contingente feminino decresce para 57,6%. Esta informação evidencia a desigualdade que marca a maior participação econômica dos homens do que das mulheres. Não obstante a menor taxa de participação, as mulheres jovens apresentam taxa de desemprego superior a dos homens jovens (43,8% contra 37,9%), evidenciando, nesta faixa etária, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas do sexo feminino para conseguir uma colocação. A taxa de inatividade das mulheres jovens (42,4%) também supera a dos homens jovens (31,9%). Isso porque, em geral, as mulheres têm maiores chances de permanecerem no sistema educacional por mais tempo, ou, ainda, porque ficam responsáveis pelos afazeres domésticos e/ou cuidados com os filhos, no caso de jovens mães.

No que se refere à cor, constata-se que a taxa de participação dos negros é maior do que a dos brancos em 9,2 pontos percentuais. De outro lado, a taxa de desemprego é maior para os negros (41,6%) do que para os brancos (35,1%), enquanto a taxa de inatividade dos brancos (45,2%) é maior do que a dos negros (36,0%). Esses dados revelam que apesar dos negros participarem mais do mercado de trabalho, eles estão relativamente mais desempregados.

Em relação à posição no domicílio, a taxa de participação é maior para o jovem chefe de família (89%) do que para os demais membros. De outro modo, as taxas de desemprego e de inatividade são mais elevadas para os demais membros do que para os chefes. Isso mostra que há uma maior pressão do jovem chefe para participar do mercado de trabalho, já que ele tem obrigações com o sustento do lar.

AS FORMAS DE INSERÇÃO DOS JOVENS OCUPADOS

A distribuição dos jovens por posição na ocupação (Tabela 4) mostra que a principal forma de ocupação é o emprego assalariado (61,6%), principalmente no setor privado da economia (53,7%). Desse modo, apesar das transformações que marcaram o mercado de trabalho nos últimos anos, a exemplo do desassalariamento, o emprego assalariado ainda tem um grande peso na ocupação deste segmento. Acrescenta-se ainda que a importância do emprego assalariado para os jovens torna-se ainda maior quando se agrega, conforme Borges (2000, p. 102), os que têm emprego doméstico (16,7%).

Ainda que dentro das ocupações assalariadas para os jovens haja uma maior participação dos que têm registro em carteira (29,7%), é bastante significativa a proporção dos que trabalham à margem da legislação trabalhista, na forma de empregados sem carteira de trabalho assinada (24%).

Para os jovens que se deparam com dificuldades para encontrar uma ocupação no segmento assalariado, restam opções de trabalho no segmento formado pelos autônomos (16,9%) ou na posição de empregador (0,7%). É importante ressaltar que essas alternativas são mais difíceis, devido à necessidade de alguns pré-requisitos que, em geral, os trabalhadores jovens ainda não possuem, como por exemplo, capital para iniciar o negócio, domínio de um ofício ou profissão, rede de relações e toda a experiência e maturidade necessárias para encontrar um espaço no competitivo mercado, principalmente no setor informal (BORGES; FRANCO apud BORGES, 2000, p. 103)[7].

Tabela 4
Distribuição dos jovens ocupados por posição na ocupação - RMS (1997-2001)

Posição na Ocupação	(%)
Assalariados	61,6
Privado com carteira	29,7
Privado sem carteira	24,0
Público	7,9
Autônomos	16,9
Para Público	11,7
Para Empresa	5,2
Empregador	0,7
Domésticos	16,7
Outros (1)	4,1

Fonte: PED/RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

Mesmo assim há um alto grau de informalidade entre os jovens ocupados, expresso pela significativa participação dos empregos assalariados sem carteira de trabalho assinada e pelo trabalho autônomo que, juntos, respondem por 40,9% da ocupação desse segmento. Entre os jovens autônomos, registrou-se maior participação dos que trabalham para o público (11,7%) do que para empresa (5,2%). Estes dados confirmam o problema da precarização da ocupação dos jovens, no sentido de que, neste tipo de atividade, há ausência dos benefícios e da cobertura da previdência social. Certamente, isso trará problemas futuros em relação à aposentadoria desses jovens.

Quanto à forma de inserção denominada outros, em sua maioria, refere-se aos "trabalhadores não remunerados" que exercem ocupações ligadas ao trabalho no âmbito da família ou em atividades de subsistência. Trata-se de formas de inserção caracterizadas por uma maior precariedade e que muitas vezes não oferecem oportunidades de rendimento.

No que diz respeito à distribuição dos jovens ocupados por setor de atividade econômica (Tabela 5) constata-se que há uma grande semelhança com aquela encontrada para o conjunto dos ocupados. O segmento formado pelos serviços também é o grande empregador para os jovens (65,4%). Observe-se que dentro do setor serviços há uma maior inserção de jovens nos serviços pessoais (22,2%) e domésticos (16,7%) que, juntos, respondem por 38,9% da ocupação. Geralmente, os postos de trabalho nesses segmentos são caracterizados por uma grande precariedade, onde predominam os baixos rendimentos e uma maior informalidade das relações de trabalho. Em seguida, vem o comércio (19,9%). Apenas 8% dos jovens estão ocupados na indústria de transformação, setor que, em geral, apresenta melhores condições de trabalho e empregos de melhor qualidade, no sentido de maior remuneração e formalização das relações de trabalho.

Tabela 5
Distribuição dos jovens ocupados por setor de atividade - RMS (1997-2001)

Setor de Atividade	(%)
Indústria de Transformação	8,0
Construção Civil	5,3
Comércio	19,9
Serviços	65,4
Produção	26,5
Pessoais	22,2
Domésticos	16,7
Outros	1,4

Fonte: PED/RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

A Tabela 6 apresenta as participações relativas dos grupos ocupacionais mais freqüentes entre os jovens na RMS, que correspondem a 50,4% do total das ocupações desse segmento. São atividades que apresentam uma grande precariedade, posto que, em geral, pagam baixos salários, exigem grande esforço físico e pouca qualificação, caracterizam-se por altas jornadas de trabalho, são de baixo prestígio social, não oferecem possibilidades de ascensão social e, raramente, a proteção das leis trabalhistas. A principal ocupação refere-se ao emprego doméstico (13,7%), em que os jovens estão inseridos em um ambiente familiar que não o seu, prestando serviços de cozinheiros, faxineiros, passadeiras e babás.

Em segundo lugar estão os estagiários, que respondem por 6,7% da ocupação. Neste segmento estão os estudantes de nível médio e superior, assim como a categoria aprendiz. O estágio pode ser uma atividade obrigatória para estudantes de algumas áreas como também totalmente desnecessário para outras. Neste último caso, acaba sendo utilizado como meio de contratação de mão-de-obra barata, pois as empresas obtêm redução de custos na sua folha de pagamentos, ficando livres também de problemas com a legislação trabalhista. Por isso há um grande número de empresas que admitem estagiários, sobretudo jovens universitários, para suprir a necessidade de pessoal.

É importante ressaltar que a utilização de estagiários não se restringe apenas ao setor privado. O setor público também usa com freqüência essa mão-de-obra em atividades como operadores de xerox, recepcionistas e mensageiros, entre outras. Isto vem se caracterizando como uma informalidade no setor público.

Logo depois vem a ocupação trabalhador braçal, geralmente ligada à construção civil, que responde por 5,7% do total da ocupação dos jovens, seguida dos vendedores de jornais e revistas (4,5%), do pessoal que trabalha no comércio ambulante (4%) - dos quais fazem parte os bilheteiros, baleiros, feirantes, etc. Na seqüência, vêm os demais grupos de ocupação formados pelos balconistas no comércio (3,6%), atendentes de bar e lanchonete (3,4%), faxineiros (3,2%), auxiliares de escritório (3,1%) e caixas (2,6%).

Tabela 6
Principais ocupações dos jovens
RMS (1997-2001)

Ocupação	(%)
Empregada doméstica	13,7
Estagiário	6,7
Trabalhador braçal	5,7
Vendedor de jornal e revista	4,5
Bilheteiros,feirantes e outras ocupações no comércio ambulante	4,0
Balconista no comércio	3,6
Atendentes de bar e lanchonete, garçons, copeiros	3,4
Faxineiros, lixeiros, serventes	3,2
Auxiliar de escritório	3,1
Caixa, auxiliares de contabilidade e contas a pagar	2,6
Total	50,4

Fonte: PED/RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Quanto ao rendimento médio real dos jovens trabalhadores, os dados da PED informam que, para o período em estudo, os ocupados e os assalariados receberam, em média, R$ 270,00 e R$ 309,00, respectivamente. Para o ano de 1999, o estudo do DIEESE (2001) confirma o fato de que na RMS os jovens (16 a 24 anos) obtêm uma baixa remuneração pelo seu trabalho, principalmente se for feita uma comparação com o rendimento do total de ocupados (Tabela 7). Entretanto, é importante ressaltar que a renda auferida por esses jovens é de grande relevância na formação da renda familiar. Nas famílias do 1º quartil de renda (25% mais pobres) essa participação corresponde a 16,7%. Já para o total das famílias, a participação da renda do jovem no orçamento familiar corresponde a 7% (Ibid., 2001, p. 160).

Tabela 7
Rendimento médio mensal dos ocupados acima de 16 anos e jovens de 16 a 24 anos - RMS - 1999

(em reais de janeiro de 2000)

Categoria	Jovens de 16 a 24 anos	População acima de 16 anos	Relação entre o rendimento dos jovens e total
Total dos ocupados	223,00	509,00	43,8%
Assalariados	256,00	568,00	45,1%
Autônomos	175,00	342,00	51,2%
Empregados domésticos	120,00	137,00	87,6%

Fonte: DIEESE 2001, p. 159

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A "onda jovem" que se verificou de forma bastante acentuada na RMS, na última década do século XX, ocorreu num momento de agravamento do funcionamento do mercado de trabalho, tanto nacional quanto local. Apesar da redução da taxa de participação e, conseqüentemente, da oferta de trabalho juvenil, essa taxa ainda permanece muito alta, traduzindo-se em altas taxas de desemprego.

Observou-se que os jovens do sexo feminino, os de cor negra, os de menor faixa etária e os que estão na posição de filhos estão mais suscetíveis às maiores dificuldades de obtenção de um emprego. A distribuição dos jovens por setor de atividade e por posição na ocupação guarda semelhança com àquela encontrada para o conjunto da população. Destaca-se a participação mais acentuada dos jovens no setor de serviços e nas atividades marcadas pela informalidade, especialmente no trabalho doméstico, ocupação que responde pelo maior percentual de jovens ocupados. Verificou-se também que as ocupações assalariadas ainda têm um grande peso na ocupação dos

jovens, contudo é alta a presença dos que trabalham sem carteira assinada. Além disso, os baixos rendimentos auferidos pelos jovens – apesar de terem um peso importante na renda familiar – comprovam a maior precariedade a que os jovens estão submetidos no mercado de trabalho da RMS.

Referências

BORGES, Ângela. A inserção ocupacional dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n.3, p. 92-109, dez. 2000.

CARVALHO, Ana Lúcia; FREITAS, Mário André S.; CAMPANÁRIO, Paulo. Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua região metropolitana na segunda metade do século XX. *Bahia Análise & Dados*, v. 10, n. 1, p. 35-48, jul. 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. Jovens no mercado de trabalho. In: *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001, p. 145-167.

IBGE. *Tendências Demográficas*. Uma análise dos Resultados do universo do Censo Demográfico 2000 - Bahia. Estudos & Pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, n. 10, 2002.

O JOVEM e o empreendedorismo. *Rumos*, São Paulo, n. 185, p. 40-42, jun. 2000.

MENEZES, Wilson; CARRERA-FERNANDEZ, José. A estrutura do mercado de trabalho e da inatividade juvenil da cidade de Salvador: algumas sugestões de políticas. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 12, n. 2(20), p. 83-118, 2001.

POCHMANN, Márcio. *Inserção ocupacional e o emprego do jovem*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), v. 6, 1998c (Coleção ABET/Mercado de Trabalho).

SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997, 426 p.

SILVA, Flávia Santos da. *A inserção do jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador:* Uma análise comparativa a partir dos dados da PED. 2002. 60 p. Monografia (graduação) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2002.

Notas

[1] Este artigo baseia-se em um dos capítulos da dissertação de mestrado da autora.

[2] Por inserção ocupacional entende-se a passagem da inatividade (família e escola) para o mundo do trabalho, seja através do emprego ou do desemprego.

[3] Em 1973, o Convênio sobre a idade mínima para trabalhar da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu 15 anos como limite mínimo de admissão ao emprego. No Brasil, a partir de 1999 a idade mínima legal para trabalhar aumentou de 14 para 16 anos, porém a faixa de ingresso continua em torno de 14 a 15 anos.

[4] Chama-se "onda" o movimento de alargamento de uma determinada faixa etária que, neste caso, refere-se às pessoas com idade de 15 a 24 anos.

[5] No estado da Bahia o contingente de jovens de 15 a 24 anos de idade, em 2000, contabilizava 2.899.075 pessoas. Já a idade mediana (idade que divide a população em dois blocos de 50%), em 1991, era de 18,5 anos. Nove anos depois, em 2000, a idade mediana aumentou para 21,7 anos (sendo 21,2 anos para os homens e 22,3 anos para as mulheres) (IBGE, 2002).

[6] Para os anos de 1987 a 1988, a taxa de participação dos jovens foi de 64,5% e a taxa de desemprego foi 25,5% (SILVA, 2002, p. 48).

[7] Sobre essa questão, existe uma organização que atua há sete anos no Brasil, chamada Associação Júnior Achievement (AJA), que tem como objetivo desenvolver nos jovens a cultura empreendedora. Além disso, procura aproximá-los do mundo do trabalho e dos negócios, visando a estimular o sistema de livre iniciativa. Para maiores detalhes, ver O JOVEM E O EMPREENDEDORISMO (2001).

Ana Cristina Lima Couto é mestranda em Economia da Universidade Federal da Bahia (aclcouto@ig.com.br)

ADERBAL OLIVEIRA DAMASCENO*

Medidas de desigualdade e pobreza: Bahia, Nordeste e Brasil

Na literatura sobre a formação econômica do Brasil, um grande número de trabalhos chama a atenção para as raízes históricas da pobreza e desigualdade no Nordeste, relacionando-a com a decadência da economia açucareira e a conseqüente estrutura econômica e social herdada.

Dentre os estados do Nordeste, a Bahia é o mais relevante em termos de dimensão do PIB e população: R$ 53,978 bilhões e 13.214.114 habitantes, respectivamente (SEI, 2001). No entanto, devido a traços econômico-sociais comuns, não é razoável esperar que neste estado os indicadores mostrem um padrão de desigualdade e pobreza muito diferente do observado nos demais estados do Nordeste.

O objetivo deste trabalho é colocar em relevo as principais características da distribuição da renda e situação da pobreza na Bahia. Faz-se aqui uma análise descritiva dos resultados, onde os indicadores para a Bahia são confrontados com os indicadores para os demais estados do Nordeste, com a Região Nordeste e com o Brasil.

O trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução: a primeira seção é dedicada à explicação da metodologia adotada e das características da amostra; na segunda, são analisadas as medidas de desigualdade da distribuição da renda; a terceira é dedicada às medidas de pobreza e, encerrando, alinham-se algumas considerações finais.

METODOLOGIA E DADOS[1]

As medidas utilizadas para estimar a desigualdade da distribuição da renda são: índice de Gini (G), as duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) e o índice de Atkinson, $A(\varepsilon = 1)$. As expressões algébricas para cálculo desses índices, a partir das rendas individuais, são:

$$G = \frac{2}{n^2\mu}\sum_{i=1}^{n} i x_i - \left(1+\frac{1}{n}\right) \qquad (1)$$

$$T = \frac{1}{n\mu}\sum_{i=1}^{n} \ln x_i - \ln\mu \qquad (2)$$

$$L = -\frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} \ln\frac{x_i}{\mu} \qquad (3)$$

$$A(\varepsilon = 1) = 1 - \exp\left(\frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} \ln\frac{x_i}{\mu}\right) \qquad (4)$$

Onde:

x_i: renda da i-ésima pessoa, ordenadas de forma crescente $x_1 \leq x_2 \leq \ldots \leq x_n$

n: número de observações na amostra.

μ: renda média da amostra.

No caso de perfeita igualdade da distribuição da renda todos os índices são iguais a zero. Em uma situação de máxima desigualdade, ou seja, quando um indivíduo se apropria de toda a renda, os valores dos índices são: $G = 1-1/n$, $L = \ln n$, L tende ao infinito (∞) e $A(\varepsilon = 1) = 1$.

Todos esses índices obedecem à condição de Pigou-Dalton, propriedade desejável de uma medida de desigualdade. Segundo essa condição, uma transferência regressiva de renda ou uma série de tais transferências sempre aumentam o grau de desigualdade. Entende-se transferência regressiva "subtrair um montante da renda de uma pessoa e acrescentá-lo à de uma outra pessoa que, anteriormente, tinha renda igual ou maior do que a primeira" (HOFFMANN, 1998, p.53).

Como medidas de pobreza, utilizou-se, neste trabalho, o índice de Sen (*P*), o índice de Foster, Greer e Thorbecke (*FGT*), e a proporção de pobres (*H*). As expressões algébricas desses índices são:

$$P = \frac{2}{(p+1)nz} \sum_{i=1}^{p} (z-x_i)(p+1-i) \qquad (5)$$

$$FGT = \frac{1}{nz^2} \sum_{i=1}^{p} (z-x_i)^2 \qquad (6)$$

$$H = \frac{p}{n} \qquad (7)$$

Onde:

x_i: renda da *i*-ésima pessoa, ordenadas de forma crescente $x_1 \leq x_2 \leq \ldots \leq x_n$

n: número de observações na amostra.

z: linha de pobreza estabelecida.

p: número de pessoas abaixo da linha de pobreza estabelecida.

Tanto o índice de Sen (*P*) quanto o índice FGT levam em consideração a extensão da pobreza, a intensidade e, além disso, a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres. Esses dois índices variam de 0 a 1, sendo zero quando todas as pessoas têm renda maior do que a linha de pobreza estabelecida (*z*) e 1 quando todas as pessoas têm renda igual a zero. O índice *H*, proporção de pobres, só capta a extensão da pobreza, sendo insensível à intensidade.

A linha de pobreza utilizada neste trabalho é de R$ 211,96, com valor real equivalente ao salário mínimo vigente no país em agosto de 1980, atualizado pelo INPC. A utilização de uma única linha de pobreza para o cálculo das diversas medidas de pobreza não leva em consideração as diferenças de custo de vida regionais e interestaduais. Na medida em que o custo de vida é mais alto em estados mais ricos, o uso de uma única linha de pobreza levará a superestimar as diferenças interestaduais de grau de pobreza.

Para os cálculos das diversas medidas foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, realizada pelo IBGE. A amostra corresponde a pessoas ocupadas com mais de 10 anos de idade, residentes em domicílios particulares (permanentes ou improvisados), excluindo as pessoas com rendimento de todos os trabalhos igual a zero, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso, pensionistas, empregados domésticos e seus respectivos parentes residentes no domicílio. Também foram excluídas pessoas sem informação sobre escolaridade, idade, cor, tempo semanal de trabalho e setor de atividade[2].

A tabela 1 mostra a população ocupada, o número de pessoas na amostra e o rendimento médio (estados do Nordeste, Região Nordeste e Brasil).

Tabela 1
Características da Amostra

	População Ocupada	Pessoas na Amostra	Renda Média
MA	1.825.260	2.397	334,62
PI	924.601	1.768	287,14
CE	2.535.910	8.060	332,38
RN	938.446	1.916	400,44
PB	1.033.381	2.241	362,41
PE	2.544.912	8.193	396,8
AL	861.035	1.810	323,13
SE	611.953	1.818	368,88
Bahia	4.458.449	12.430	351,65
Nordeste	15.733.947	40.633	352,81
Brasil	63.054.743	140.601	587,73

Fonte: PNAD 2001

DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Nesta seção serão analisadas as principais características da distribuição da renda. A tabela 2 mostra os valores obtidos dos índices de Gini, Theil (*T* e *L*) e Atkinson, para Bahia, demais estados do Nordeste, Região Nordeste e Brasil.

Tabela 2
Medidas de Desigualdade da Distribuição da Renda

	T de Theil	L de Theil	Atkinson	Índice de Gine
MA	0,699	0,559	0,428	0,563
PI	0,681	0,670	0,488	0,581
CE	0,825	0,721	0,514	0,606
RN	0,673	0,558	0,428	0,555
PB	0,763	0,633	0,469	0,585
PE	0,724	0,604	0,453	0,575
AL	0,654	0,544	0,420	0,546
SE	0,585	0,518	0,404	0,535
Bahia	0,725	0,588	0,445	0,567
Nordeste	0,729	0,613	0,458	0,574
Brasil	0,661	0,582	0,441	0,563

Fonte: PNAD 2001

A primeira observação relevante é que todos os indicadores mostram que a distribuição da renda no Nordeste é mais desigual do que no país como um todo. Se a desigualdade da distribuição da renda no Brasil, com índice de Gini 0,563, é considerada excessivamente elevada, a situação do Nordeste é ligeiramente mais crítica, pois apresenta índice de Gini 0,574.

Os indicadores mostram que a desigualdade da distribuição da renda na Bahia é menor do que na Região Nordeste e maior do que a desigualdade no Brasil como um todo. Com efeito, os indicadores mostram que essas diferenças não são excessivas, de modo que não parece grosseiro afirmar que os dados revelam um "certo padrão" de desigualdade tanto para a Bahia quanto para a Região Nordeste e Brasil.

Todos os índices mostram que a distribuição da renda em Sergipe, relativamente à Bahia, Nordeste e Brasil, é razoavelmente menos desigual. No outro extremo, o estado do Nordeste que apresenta a distribuição da renda mais desigual é o Ceará. Além das medidas de desigualdade apresentadas, algumas características da distribuição da renda são mostradas pelos percentis (tabela 3).

Tabela 3
Percentis da Distribuição da Renda

	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	Bahia	Nordeste	Brasil
Perc 10	72	30	40	75	60	60	60	72	60	55	100
Perc 20	90	60	70	120	100	100	100	110	100	90	180
Perc 30	113	90	100	180	138	150	130	160	120	120	200
Perc 40	150	120	150	180	180	180	170	180	180	180	250
Perc 50	180	180	180	200	180	200	180	200	180	180	300
Perc 60	200	200	200	240	200	240	200	250	215	210	400
Perc 70	270	250	260	308	267	300	250	310	298	290	500
Perc 80	370	360	360	443	370	408	360	450	400	400	700
Perc 90	650	550	600	759	682	800	600	740	650	681	1200
Perc 95	1057	900	1000	1396	1200	1350	1000	1200	1100	1200	2000

Fonte: PNAD 2001

A tabela 3 mostra que, no Brasil, quem tem um rendimento mensal acima de 700 reais está entre os 20% mais ricos da população. Na Bahia e Nordeste, quem tem um rendimento mensal acima de 400 reais está entre os 20% mais ricos, mostrando uma forte diferença em relação ao Brasil.

Como o rendimento médio da Bahia é R$ 351,64 e o percentil 70 é R$ 298,00 pode-se afirmar que na Bahia mais de 70% e menos de 80% da população tem rendimento inferior à média (a mesma afirmação pode ser feita para o Nordeste). Com relação ao Brasil pode-se fazer uma afirmação análoga, pois a renda média é R$ 587,72 e os percentis 70 e 80 correspondem, respectivamente, a R$ 500,00 e R$ 700,00.

Outra medida de desigualdade geralmente utilizada diz respeito à porcentagem da renda total apropriada pelos 10%, 5% ou 1% mais ricos. Essa medida simples permite visualizar de maneira bastante clara a desigualdade. A tabela 4 mostra os números para a Bahia, Nordeste e Brasil.

Tabela 4
Porcentagem da Renda Recebida

Estatística	Bahia	Nordeste	Brasil
40% mais pobres	10,76	10,30	10,19
50% mais pobres	15,88	15,40	14,98
20% mais ricos	62,02	62,62	61,56
10% mais ricos	47,85	48,17	45,97
5% mais ricos	35,97	36,20	32,94
1% mais ricos	15,79	15,47	13,36
Relação média 10+/40-	17,79	18,71	18,05

Fonte: PNAD 2001

Na Bahia, os 10% mais ricos se apropriam de 47,85% da renda total. Para Nordeste e Brasil, os 10% mais ricos se apropriam, respectivamente, de 48,17 % e 45,97% da renda total. Já os 50% mais pobres se apropriam de 15,88% da renda total na Bahia, 15,4% no Nordeste e 14,98% no Brasil.

MEDIDAS DE POBREZA

As medidas de pobreza utilizadas no trabalho foram o índice de Sen (*P*), o índice de Foster, Greer e Thorbecke (*FGT*) e a proporção de pobres, (*H*). A tabela abaixo mostra os índices calculados para todos os estados do Nordeste, Região Nordeste e Brasil.

O primeiro aspecto a ser considerado é a proporção de pobres (*H*), índice que capta apenas a extensão da

Tabela 5
Medidas de Pobreza

	Proporção de Pobres (H)	Índice de SEN	Índice FGT	Índice de Gine dos Pobres
MA	0,628	0,351	0,148	0,241
PI	0,644	0,441	0,227	0,350
CE	0,637	0,411	0,200	0,324
RN	0,529	0,263	0,105	0,231
PB	0,627	0,346	0,146	0,258
PE	0,551	0,300	0,125	0,252
AL	0,637	0,346	0,144	0,250
SE	0,545	0,287	0,116	0,241
Bahia	0,599	0,337	0,144	0,258
Nordeste	0,601	0,347	0,152	0,272
Brasil	0,345	0,175	0,069	0,233

Fonte: PNAD 2001

pobreza. Enquanto no Nordeste, estabelecida uma linha de pobreza de R$ 211,96, a proporção de pobres é de 60%, no Brasil essa proporção é de 34,5%. Ou seja, com um padrão de desigualdade da distribuição da renda "parecido" com o verificado para o Brasil, a situação da pobreza no Nordeste é muito mais crítica.

O estado da Bahia tem uma proporção de pobres da ordem de 59,9%, de modo que, relativamente ao Brasil, apresenta, assim como a Região Nordeste, um quadro de pobreza muito mais crítico. O estado do Nordeste que tem a menor proporção de pobres na população é o Rio Grande do Norte, 52,8%, e o que tem a maior proporção de pobres na população é o Piauí, com 64,4%.

Tanto o índice de Sen (0,346), quanto o índice FGT (0,151) para o Nordeste confirmam o fato de que, com a linha de pobreza estabelecida, a pobreza no Nordeste é significativamente maior do que a pobreza no Brasil. Os índices para a Bahia: índice de Sen igual a (0,336) e FGT igual a (0,1438) também confirmam o fato de que a pobreza na Bahia é significativamente maior do que a pobreza no Brasil e ligeiramente menor do que a pobreza no Nordeste como um todo, cabendo lembrar que esses índices captam a extensão da pobreza, a intensidade e levam em consideração a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas de desigualdade apresentadas permitem concluir que a desigualdade da distribuição de renda na Bahia tem um padrão "parecido" com o verificado tanto para os demais estados do Nordeste, quanto para o Nordeste e Brasil.

Entre os estados do Nordeste, o que apresenta a menor desigualdade na distribuição da renda, mostrada por todos os índices, é Sergipe, menor do que a desigualdade para todo o Nordeste e Brasil. O estado com distribuição mais desigual, também mostrado por todos os índices, é o Ceará.

As medidas de pobreza utilizadas indicam que a pobreza no Nordeste é significativamente maior do que a pobreza no Brasil. Os índices para a Bahia, Sen (0,336) e FGT (0,1438), também mostram que a pobreza na Bahia é excessivamente maior do que a pobreza no Brasil.

Referências

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda*: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. Artigo a ser publicado em *Economia e Sociedade*, 2003.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasil. 2001. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 2002.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. *Economia*, v. 1, n. 2, p.147-183, jul./dez. 2002.

Notas

[1] Para maiores detalhes acerca do assunto, ver Hoffmann (1998), no qual esta seção se baseia.

[2] Essas exclusões foram feitas tendo em vista que essa análise faz parte de um trabalho maior onde, além de cálculos de medidas de pobreza e desigualdade, estimou-se equações de rendimento para a Bahia com essas variáveis (escolaridade, idade, cor, tempo semanal de trabalho e setor de atividade), utilizadas como binárias.

Aderbal Oliveira Damasceno é mestrando em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp. ***O autor agradece os comentários do professor Dr. Rodolfo Hoffmann, eximindo-o, como de praxe, de possíveis erros e omissões remanescentes.***

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

EIXO METROPOLITANO ABSORVERÁ R$ 8,5 BI

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R$ 19,8 bilhões que agregam 349 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 54,5% correspondem a implantação de novas unidades industriais, agregando um volume de acima de R$ 10,8 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume alcança R$ 8,9 bilhões, representando 45,5% do total. Esses investimentos estão subdivididos em nove eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Esses investimentos deverão gerar mais de 64 mil empregos diretos, depois de iniciadas a produção de todas as unidades industriais. O complexo Calçados/Têxtil/Confecções fornecerá cerca de 16,4 mil postos de trabalho, correspondendo a 25,6% do total, seguido do Agroalimentar com 13 mil, representando cerca de 20,4%. Os demais complexos de atividade juntos deverão gerar aproximadamente 35 mil empregos diretos.

Do total do volume de investimentos anunciados, 75% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (40%), Químico-petroquímico (17%) e Atividade Mineral e Beneficiamento (17%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R$ 14,7 bilhões. Esses complexos agregam 91 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 26% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industrias. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R$ 5 bilhões.

Quanto à sua localização, os investimentos indicados pelos Eixos de Desenvolvimento, concentram-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregam 86% do total dos investimentos anunciados para o estado, o que corresponde a um volume de aproximadamente R$ 17 bilhões. Esses eixos agregam 194 projetos de investimentos, o que representa 56% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R$ 2,7 bilhões, representando 14% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais

indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Braskem, Moinho Dias Branco, BMD Têxteis, Robert Bosch.

Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Agroalimentar	845.175	52
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.348.859	27
Calçados/Têxtil/Confecções	904.934	35
Complexo Madeireiro	7.997.260	14
Eletroeletrônico	567.946	56
Metal-Mecânico	1.063.776	57
Químico-petroquímico	3.400.018	50
Transformação Petroquímica	915.417	50
Outros	726.065	8
TOTAL	**19.769.450**	**349**

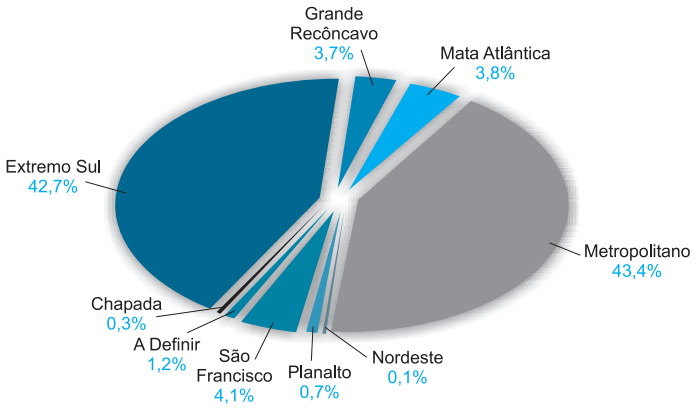
Fonte: SICM/Jornais Diversos
Elaboração: GEAC/SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/2003.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

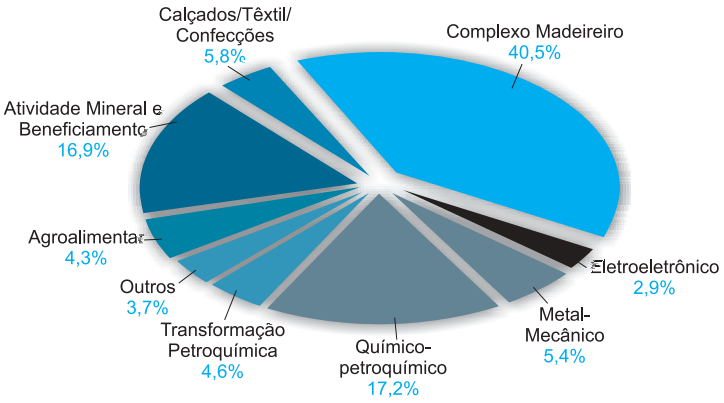
EIXO	VOLUME (R$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Chapada	62.524	13
Extremo Sul	8.439.839	10
Grande Recôncavo	729.167	49
Mata Atlântica	758.291	46
Metropolitano	8.579.649	184
Nordeste	19.204	5
Planalto	135.777	8
São Francisco	816.145	25
A Definir	228.854	9
TOTAL	**19.769.450**	**349**

Fonte: SICM/Jornais Diversos
Elaboração: GEAC/SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/2003.

Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Eixo de Desenvolvimento



Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



Metodologia da Pesquisa de Investimentos Industriais Previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do estado da Bahia - SEPLANTEC, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

GRIFOS GRIFOS

NOTÍCIAS

NEGÓCIOS

AVON INAUGURA CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

A Avon inaugurou, no dia 01/07, no Centro Industrial de Aratu (CIA), no município de Simões Filho (BA), seu terceiro Centro de Distribuição de Cosméticos. Localizado em uma área de 334 mil metros quadrados, o empreendimento recebeu investimentos de US$15 milhões e deve gerar cerca de 500 empregos diretos e indiretos nos dois primeiros anos de operação.

De acordo com o vice-presidente de vendas da Avon, Eduardo Ribeiro, o novo centro trará inúmeras vantagens logísticas, entre elas, a redução do tempo de entrega dos produtos para Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amapá, Alagoas, Pará e Bahia, estados que passarão a ser atendidos pela unidade baiana.

"A idéia é melhorar o serviço, diminuindo o prazo de entrega dos produtos às revendedoras das regiões Norte e Nordeste. Em Salvador, por exemplo, o tempo será reduzido de seis para três dias. Nas outras regiões, o prazo de atendimento dos pedidos cairá de nove dias e meio para sete dias. Com essa mudança, a expectativa da empresa é de que surjam algo em torno de 15 mil novas revendedoras", destaca Ribeiro, ressaltando que o Centro de Distribuição Avon da Bahia mais a unidade de Fortaleza responderão, juntos, por 30% da entrega dos produtos aos consumidores da marca no Brasil, estimados em 21 milhões de pessoas.

A empresa tem administração e fábrica concentradas em Interlagos, no estado de São Paulo e está presente em 143 países, contando com 43 mil funcionários e a força de venda de 3,4 milhões de revendedoras autônomas. No Brasil, são 3,7 mil funcionários e 730 mil autônomos.

Avon inaugura centro de distribuição. Correio da Bahia,30/6/2003.

PÓLO DE INFORMÁTICA ATRAI MAIS SEIS EMPRESAS

Novos empreendimentos somam mais de R$13,9 milhões e devem gerar 280 empregos diretos até o final do ano

Atualmente com 49 empresas, o pólo de informática de Ilhéus vai ganhar mais seis empreendimentos dentro dos próximos meses. A Digitron, Haas, RM Indústria de Eletrônica, Number Tech, TecSat e ZMax serão responsáveis por um volume de investimentos de mais de R$13,9 milhões e devem gerar, até o final do ano, uma média de 280 empregos diretos. Criado há sete anos, o pólo de informática ilheense dispõe de um forte atrativo para a conquista de novas empresas.

Do total de 55 empresas que passarão a formar o pólo de informática, apenas duas são fábricas. A maioria são indústrias montadoras de micros, que compram as peças de outros fabricantes e criam seus próprios produtos. Segundo os empresários, a proximidade com fornecedores de hardwares, eletroeletrônicos e outros componentes é mais um fator, além das isenções fiscais, para a atração das indústrias. Juntas, elas produzem atualmente cerca de 5% dos computadores de todo o país, faturam US$250 milhões e geram 1,3 mil empregos diretos e seis mil indiretos, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ilhéus.

Pólo de informática atrai mais seis empresas .Correio da Bahia, 25/6/2003.

VITÓRIA DA CONQUISTA SEDIARÁ EMPRESA DE REPROCESSAMENTO DE CARTUCHOS

A Prove Informática Ltda, sediada em Manaus (AM), decidiu instalar uma unidade para reprocessamento de cartuchos de toner para impressoras a laser no município de Vitória da Conquista, no sudoeste baiano. O investimento é de R$ 6 milhões e vai gerar 600 empregos diretos quando estiver com operação plena. O protocolo de intenções foi assinado na semana, na Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), pelo secretário Otto Alencar e o pelo diretor Comercial da Prove, Alexandre Acris.

No ato, o secretário endossou o apoio do governo baiano ao empreendimento, que receberá incentivos do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve) e ocupará, inicialmente, um galpão alugado da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (Sudic), vinculada à SICM.

Em Vitória da Conquista, a previsão é iniciar as atividades dentro de 120 dias e com 300 empregados. "Se começarmos nesse prazo, nossa capacidade de produção este ano será de 3 mil a 5 mil cartuchos por mês", informou Alexandre Acris. A meta, acrescentou, é que a empresa funcione com a sua capacidade total já no próximo ano. A produção será distribuída para estados de todo o Brasil.

Cidade ganhará empresa de reprocessamento de cartuchos. Tribuna da Bahia,25/6/2003.

COELBA INVESTE R$7,3 MI NO SUBÚRBIO DE SALVADOR

A Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) pretende aprimorar o fornecimento de energia no subúrbio de Salvador. Através de um investimento de R$7,3 milhões, a concessionária está implantando uma linha de transmissão, ligando os bairros de Paripe e Periperi, além de uma subestação em Periperi. A iniciativa beneficia diretamente 130 mil domicílios, nos dois bairros já citados, e nas localidades do Lobato, Baixa do Fiscal, Itapagipe, Rio Sena, entre outras circunvizinhas.

A contar por uma estimativa média de quatro ou cinco pessoas por residência, a medida deve marcar o cotidiano de aproximadamente 550 mil pessoas. As construções da subestação foram iniciadas ainda no final de abril, enquanto o início das operações para a instalação da linha deve começar no fim do mês. Os detalhes sobre o andamento das construções e os benefícios do projeto foram informados ontem, ao prefeito Antonio Imbassahy, pelo presidente da Coelba, Ignácio Lázaro, durante audiência sobre o assunto.

O vice-presidente da concessionária e diretor da gestão de ativos, Moisés Sales, observa que, quando estiver em plena operação, a subestação de Periperi vai possibilitar a redistribuição das cargas de Paripe, Itapagipe e Cajazeiras. Ainda de acordo com o executivo, na prática, isso significa que, caso ocorra algum problema no fornecimento do subúrbio, a carga deficitária poderá ser suprida pela nova unidade. "A iniciativa tem como objetivo melhorar o serviço prestado para as comunidades da região, que aumentaram o consumo, principalmente após o período de crise energética, com o apagão", acrescenta Sales.

Coelba investe R$7,3 mi no subúrbio de Salvador .Correio da Bahia 11/6/2003.

INDICADORES

FICA MAIS CARO CONSTRUIR NA BAHIA

O custo unitário básico da construção civil na Bahia (CUB) registrou alta de 2,97% em maio, na comparação com o mês anterior. O índice, que registra as variações nos preços de insumos e mão-de-obra no setor, foi divulgado ontem, pelo sindicato das indústrias da construção civil do estado (Sinduscon), órgão responsável pelo levantamento. Ainda de acordo com as avaliações da entidade, o CUB já acumula alta de 20,23%, nos últimos 12 meses.

Em maio, o metro quadrado para levar a cabo um empreendimento do gênero foi de R$676,50. Alguns dos materiais que registraram as maiores altas no período foram: dobradiça de ferro cromado (49,23%), dobradiça de ferro (35,67%), vidro liso de quatro milímetros (29,91%), piso de mármore (28,05%) e granito polido (26,97%).

O CUB ainda foi contrabalançado pela redução nos custos de produtos como cerâmica esmaltada (10,75%), disjuntor monopolar de 15 A (4,71%), tinta PVA látex (4,7%), azulejo branco 15 por 15 (1,95%) e areia lavada (1,81%). Ainda de acordo com as avaliações, a mão-de-obra representou 46,38% de representatividade no custo final do CUB de maio, enquanto os materiais, 53,62%.

O presidente do Sinduscon, Marcos Galindo, avalia que o custo da construção civil baiana não está muito acima observado no resto do país. De acordo com o sindicalista, o acumulado dos últimos 12 meses do CUB brasileiro está em aproximadamente 19%. "Ainda assim, a construção civil baiana está praticamente estagnada. O ganho dos consumidores, seja em salários ou investimentos, como a poupança, não renderam na mesma proporção", considera.

Custo da construção sobe 2,97% Correio da Bahia,11/6/2003

AÇÃO GOVERNAMENTAL

ESTRADAS BAIANAS COMEÇAM A SER RECUPERADAS

O trecho da BA-994 que liga o município de Vereda a Medeiros Neto será o primeiro a ser pavimentado a partir do amplo programa de restauração, melhoramento e manutenção da malha rodoviária cujo inicio foi autorizado pelo governador Paulo Souto.

A ordem de serviço prevê intervenções , no valor de R$ 27,5 milhões, em 34 trechos espalhados por todas as regiões da Bahia, num total de 1.276,4 quilômetros de estradas. Serão executados em Vereda serviços de terraplanagem, obra-de-arte e pavimentação em TSD, num investimento de R$ 6,7 milhões.

A intervenção integra o Programa de Expansão e Modernização Rodoviária do Derba e está prevista para ser concluída em fevereiro de 2004. As obras serão realizadas pela Serviços de Terraplanagem e Empreendimentos Ltda.

Souto dá início a programa de recuperação das estradas baianas. Diário Oficial, 17/06/2003.

BAHIA QUER MELHORAR QUALIDADE DOS REBANHOS CAPRINOS E OVINOS

Foi inaugurado em Andorinha, município do semi-árido baiano com 16 mil habitantes, o Centro de Reprodução e Comercialização Animal, com propósito de difundir material genético de qualidade para a melhoria dos rebanhos ovino e caprino da região, dentro do programa Cabra Forte, recém-criado pelo governo do Estado. Segundo dados oficiais, foram investidos cerca de R$ 150 mil na montagem do centro, que tem capacidade para armazenamento de, aproximadamente, três mil doses de sêmen ou de embriões.

Com sete milhões de caprinos e cinco milhões de ovinos em todo o Estado, a busca da melhoria genética desses rebanhos, respectivamente, o primeiro e o segundo em cabeças do País, tem animado os criadores. "É o caminho certo e estamos conscientes da rentabilidade e da qualidade do trabalho de inseminação, por ser mais barato do que comprar um reprodutor", avalia Nelson César Brito, gerente administrativo da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia (Accoba).

A partir do melhoramento genético, animais para abate poderão chegar aos 40 quilos em oito meses. Atualmente, atingem este peso em 18 meses. A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) informou que vai adquirir 2 mil matrizes de raças nativas como a Santa Inês, que receberão material genético das raças Boer (ovinos), Dorper e Anglonubiano (caprinos) e que os animais resultantes da inseminação serão distribuídos aos pequenos produtores da região.

No mercado, a dose de sêmen de um bom carneiro está entre R$ 20,00 e R$ 25,00 e o embrião (mais caro, por ser importado da África do Sul) custa 270 dólares.

Bahia quer melhorar qualidade dos rebanhos caprinos e ovinos. A Tarde, 25/6/2003.

MICROCRÉDITO CHEGA A MARACÁS E LAJEDO

Em Maracás, a 368 quilômetros de Salvador e com 35 mil habitantes, a solenidade aconteceu na principal praça da cidade, onde a agência do CrediBahia foi instalada, em meio a uma intensa movimentação para os festejos juninos, cujo slogan foi "venha curtir um São João quente na terra do frio".

Na solenidade de instalação da agência de Lajedo do Taboca o prefeito local, Reivaldo Fagundes, mostrou aos visitantes uma série de atividades desenvolvidas na área social, sempre em parceria com os governos estadual e federal. O lançamento do CrediBahia reuniu dezenas de pessoas no Clube Social Lagedense.

O Programa de Microcrédito é resultado da conjugação de ações de várias secretarias do Governo do Estado: Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setras), Sefaz/ Desenbahia, com o apoio do Sebrae e em parceria com prefeituras municipais. Agora, em todo o estado, nove municípios contam com os serviços e facilidades do programa

O mercado informal concentra o maior número de empreendedores que recorreram ao microcrédito: 88% do total, segundo os dados levantados até junho. O grau de escolaridade dos tomadores concentra-se no 1º grau (48%) e no 2º grau (46 %). Por ramos de atividade, 61% dos créditos foram concedidos para o comércio; indústria 31% e serviços 8%. A maioria absoluta dos tomadores de empréstimo - 90% - é masculina

Crédito para empreendedor chega à cidade . A Tarde, 26/6/ 2003.

LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 4.719, de 04 de junho de 2003 – Promulga o Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul.

Decreto n.º 4.732, de 10 de junho de 2003 – Dispõe sobre a Câmara de Comercio Exterior – CAMEX, do Conselho de Governo.

Decreto n.º 4.742, de 13 de junho de 2003 – Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução 1.478, de 07 de maio de 2003, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que aperfeiçoa o regime de sanções à Libéria.

Decreto n.º 4.762, de 23 de junho de 2003 – Atribui à Delegação Permanente do Brasil junto à Associação latino-americana de Integração (ALADI) competência para representar o Brasil junto à Secretaria do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e dá outras providências.

Decreto n.º 4.768, de 27 de junho de 2003 – Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 1º do decreto n.º 4.538, de 23 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida provisória n.º 120, de 11 de junho de 2003 – Altera o artigo 16 da Medida Provisória n.º 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.

Medida provisória n.º 121, de 25 de junho de 2003 – Dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S.A., para atuação no segmento de microfinancas e consórcios.

Medida provisória n.º 122, de 25 de junho de 2003 – Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, e dá outras providências.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.688, de 13 de junho de 2003 – Estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências.

Lei n.º 10.686, de 11 de junho de 2003 – Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – Franave.

Lei n.º 10.690, de 16 de junho de 2003 – Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995m e dá outras providências.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATOS DECLARATÓRIOS

Ato declaratório executivo n.º 16, de 03 de junho de 2003 (Coordenação Geral de Tributação) – Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América no mês de maio do ano-calendário de 2003, para efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.

Ato declaratório executivo n.º 31, de 04 de junho de 2003 – Dispõe sobre a adequação da tabela de incidência do IPI (Tipi) em decorrência de alterações promovidas na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa n.º 333, de 23 de junho de 2003 – Dispõe sobre o Imposto de Renda incidente na fonte

sobre os rendimentos auferidos por cooperativas de crédito ou pagos ou creditados a seus associados.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Circular n.º 3.097, de 02 de junho de 2003 – Cria títulos e subtítulos no Cosif para administradoras de consórcios.

Circular n.º 3.192, de 05 de junho de 2003 – Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as administradoras de consorcio e respectivos grupos.

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 3.081, de 29 de maio de 2003 – Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Resolução n.º 3.082, de 29 de maio de 20003 – Prorroga o prazo de isenção do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista dos depósitos captados em agências pioneiras.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 8.571, de 25 de junho de 2003 – Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo decreto n.º 7.798, de 05 de maio de 2000.

Decreto n.º 8.557, de 09 de junho de 2003 – Homologa as Resoluções n.º 001/2003 e 003/2003 do conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

LEIS

Lei n.º 8.633, de 17 de junho de 2003 – Autoriza o Poder Executivo a alienar, em nome do estado da Bahia, os bens imóveis que indica, altera a lei n.º 7.624, de 18 de abril de 2000 e a lei n.º 8.576, de 22 de janeiro de 2003, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES

Resolução 3.083, de 25 de junho de 2003 – Dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural, altera os limites de financiamento de custeio e de comercialização, institui a Linha Especial de Comercialização (LEC) para produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e estabelece outras condições para o crédito rural.

Resolução 3.096, de 25 de junho de 2003 – Institui linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de álcool etílico combustível, ao amparo de recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO

PORTARIAS

Portaria n.º 148, de 13 de junho de 2003 – Altera para o exercício de 2003, o Orçamento Analítico da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC-AP, na forma que indica e dá outras providências.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Lei n.º 8.651, de 12 de junho de 2003 , Art. 8º – A Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC, considerando o disposto no Decreto nº 8.414, de 02 de Janeiro de 2003, passa a denominar-se Secretaria do Planejamento – SEPLAN, ficando, consequentemente, alterada para Secretário do Planejamento a denominação do cargo do respectivo Titular.

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2ª a 6ª, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC
Índice de Preços ao Consumidor
Salvador – junho/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Junho/02	Junho/03	No Ano Jan-Jun/03	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94=100
1. Alimentos e Bebidas	0,41	0,54	8,01	21,34	315.787,70	211,69
2. Habitação e Encargos	0,70	0,72	8,55	11,62	518.120,60	414,32
3. Artigos de Residência	1,35	-0,39	3,15	12,94	244.573,20	204,42
4. Vestuário	-1,44	-1,31	1,98	8,13	275.475,20	161,67
5. Transporte e Comunicação	1,28	-0,22	9,05	20,91	473.753,70	512,72
6. Saúde e Cuidados Pessoais	0,70	0,71	9,68	17,38	492.706,10	262,50
7. Despesas Pessoais	0,46	2,67	8,99	13,22	561.912,00	322,20
8. Geral	0,42	0,38	7,18	16,31	388.423,00	270,65

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI
Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M.

AGRICULTURA
Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA [1]	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 [2]	2003 [3]	Variação (%)	2002 [2]	2003 [3]	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi [4]	123.553	109.842	-11,1	24.770	23.658	-4,5
Algodão Herbáceo	187.120	297.203	58,8	2.526	3.094	22,5
Alho	10.493	13.758	31,1	8.096	8.358	3,2
Amendoim	3.388	8.100	139,1	878	1342	52,8
Arroz Total	36.176	30.287	-16,3	1.401	1.762	25,8
Arroz Sequeiro	28.338	22.925	-19,1	1.177	1.489	26,5
Arroz Irrigado	7.838	7.362	-6,1	4.489	4.106	-8,5
Batata-inglesa	40.010	69.510	73,7	23.302	28.759	23,4
Cana-de-açúcar	4.936.814	4.520.676	-8,4	57.362	56.269	-1,9
Cebola	77.678	131.346	69,1	19.806	25.080	26,6
Feijão Total	444.314	457.442	3,0	592	643	8,6
Feijão 1ª Safra	165.838	134.577	-18,9	436	394	-9,6
Sequeiro	98.108	79.055	-19,4	449	409	-8,9
Irrigado	2.109	2.200	4,3	1.883	1.467	-22,1
Caupi	65.621	53.322	-18,7	408	363	-11,0
Feijão 2ª Safra	278.476	322.865	15,9	760	873	14,9
Sequeiro	243.938	279.287	14,5	696	817	17,4
Irrigado	34.538	35.266	_	2.141	2.367	_
Caupi	nd	8.312	_	nd	644	0,0
Fumo	9.133	10.417	14,1	856	880	2,8
Mamona	74.381	81.925	10,1	632	665	5,2
Mandioca	3.629.572	3.960.192	9,1	12.642	12.088	-4,4
Milho Total	982.621	1.539.589	56,7	1.596	2.263	41,8
Milho 1ª Safra	720.105	1.195.144	66,0	2.433	3.251	33,6
Sequeiro	637.970	1.053.904	65,2	2.245	3.060	36,3
Irrigado	82.135	141.240	72,0	6.931	6.088	-12,2
Milho 2ª Safra	262.516	344.445	31,2	821	1102	_
Sequeiro	261.710	344.445	31,6	820	1102	34,4
Irrigado	806	_	_	2.879	_	_
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	36.723	82.022	123,4	1.226	1.610	31,3
Tomate	187.127	138.651	_	36.146	38.301	_
Tomate de Mesa	155.502	138.651	-10,8	33.790	38.301	13,4
Tomate para Indústria	31.625	_	_	55.000	_	_
Lavouras Permanentes						
Banana [5]	730.824	764.707	4,6	14.315	15.017	4,9
Cacau	126.812	110.464	-12,9	221	230	4,1
Café	186.806	160.602	-14,0	1.285	1.052	-18,1
Castanha-de-cajú	4.882	5.600	14,7	265	286	7,9
Coco-da-baía [4]	782.727	689.576	-11,9	9.469	9.036	-4,6
Dendê	nd	nd	_	nd	nd	-
Guaraná	2.924	2.342	-19,9	499	398	-20,2
Laranja	861.081	766.206	-11,0	17.789	15.617	-12,2
Mamão	853.340	783.082	-8,2	45.374	51.781	14,1
Maracujá [4]	nd	nd	_	nd	nd	-
Pimenta-do-reino	2.042	2.600	27,3	2.140	2.311	8,0
Sisal	182.903	170.711	-6,7	900	853	-5,2
Uva	84.056	62.343	-25,8	30.444	29.574	-2,9

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA [1]	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha [4]	
	2002 [2]	2003 [3]	Variação (%)	2002 [2]	2003 [3]	Variação (%)	2002 [2]	2003 [3]
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.988	4.643	-6,9	4.988	4.643	-6,9	0	0
Algodão Herbáceo	74.078	96.606	30,4	74.078	96.047	29,7	0	559
Alho	1.296	1.646	27,0	1.296	1.646	27,0	0	0
Amendoim	3.859	6.035	56,4	3.859	6.035	56,4	0	0
Arroz Total	26.068	17.187	-34,1	25.818	17.187	-33,4	250	0
Arroz Sequeiro	24.322	15.394	-36,7	24.072	15.394	-36,1	250	0
Arroz Irrigado	1.746	1.793	2,7	1.746	1.793	2,7	0	0
Batata-inglesa	1.717	2.417	40,8	1.717	2.417	40,8	0	0
Cana-de-açúcar	86.064	80.386	-6,6	86.064	80.341	-6,6	0	45
Cebola	3.922	5.237	33,5	3.922	5.237	33,5	0	0
Feijão Total	771.841	776.676	0,6	750.616	711.568	-5,2	21.225	65.108
Feijão 1ª Safra	405.304	406.907	0,4	384.079	341.799	-11,0	24.825	65.108
Sequeiro	242.941	256.544	5,6	218.416	193.216	-11,5	24.525	63.328
Irrigado	1.120	1.500	33,9	1.120	1.500	33,9	0	0
Caupi	161.243	148.863	-7,7	160.943	147.083	-8,6	300	1.780
Feijão 2ª Safra	366.537	369.769	0,9	366.537	369.769	0,9	0	0
Sequeiro	350.407	341.968	-2,4	350.407	341.968	-2,4	0	0
Irrigado	16.130	14.896	_	16.130	14.896	_	0	_
Caupi	nd	12.905	_	nd	12.905	_	nd	0
Fumo	10.664	11.833	11,0	10.664	11.833	11,0	0	0
Mamona	119.849	123.221	2,8	117.604	123.221	4,8	2245	0
Mandioca	287.099	327.604	14,1	287.099	327.604	14,1	0	0
Milho Total	676.579	794.450	17,4	615.525	680.304	10,5	61.054	114.146
Milho 1ª Safra	357.021	481.803	35,0	295.967	367.657	24,2	61.054	114.146
Sequeiro	345.171	458.603	32,9	284.117	344.457	21,2	61.054	114.146
Irrigado	11.850	23.200	95,8	11.850	23.200	95,8	0	0
Milho 2ª Safra	319.558	312.647	0,0	319.558	312.647	0,0	0	0
Sequeiro	319.278	312.647	-2,1	319.278	312.647	-2,1	0	0
Irrigado	280	_	_	280	_	_	0	_
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	30.065	60.700	101,9	29.965	50.950	70,0	100	9.750
Tomate	5.177	3.620	-30,1	5.177	3.620	_	0	0
Tomate de Mesa	4.602	3.620	-21,3	4.602	3.620	-21,3	0	0
Tomate para Indústria	575	_	_	575	_	_	0	_
Lavouras Permanentes								
Banana	51.052	51.561	1,0	51.052	50.923	-0,3	0	638
Cacau	574.586	576.573	0,3	574.586	480.639	-16,4	0	95.934
Café	153.526	155.705	1,4	145.385	152.610	5,0	8.141	3.095
Castanha-de-cajú	18.416	19.547	6,1	18.416	19.547	6,1	0	0
Coco-da-baía	85.077	79.094	-7,0	82.666	76.317	-7,7	2.411	2.777
Dendê	nd	nd	-	nd	nd	-	nd	nd
Guaraná	5.857	5.879	0,4	5.857	5.879	0,4	0	0
Laranja	48.510	49.062	1,1	48.406	49.062	1,4	104	0
Mamão	18.807	15.123	-19,6	18.807	15.123	-19,6	0	0
Maracujá	nd	nd	-	nd	nd	-	nd	nd
Pimenta-do-reino	954	1.125	17,9	954	1.125	17,9	0	0
Sisal	203.305	200.178	-1,5	203.305	200.178	-1,5	0	0
Uva	2.761	2.108	-23,7	2.761	2.108	-23,7	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra.
(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94.4% do Valor Bruto da Produção (VBP). segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.
(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA). junho/2002 (dados sujeitos a retificação).
(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA). junho/2003 (dados sujeitos a retificação).
(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.

INDÚSTRIA

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros
Bahia - 2003

Em %

Classes e Gêneros	Abr03/Mar03*	Abr03/Abr02	Acumulado no Ano**	Últimos 12 meses***
Indústria Geral	**-2,0**	**6,5**	**0,5**	**0,5**
Indústria Extrativa Mineral	**1,7**	**-2,1**	**-0,1**	**0,2**
Indústria de Transformação	**-2,4**	**8,0**	**0,6**	**0,5**
Minerais não-metálicos	-7,1	-19,9	0,1	-7,4
Metalurgia	-13,3	-12,1	-20,0	-17,7
Mat. Eletr. e de Comunicações	-32,0	-33,6	-10,6	4,0
Papel e Papelão	5,5	14,1	11,5	12,5
Borracha	-2,7	-16,6	-12,8	4,2
Química	-0,1	14,5	4,7	3,8
Perf. Sabões e Velas	2,7	12,0	7,5	-3,5
Prod. Matérias Plásticas	50,6	-68,2	-11,7	21,3
Têxtil	8,9	33,7	5,6	0,4
Produtos Alimentares	4,9	5,1	4,0	0,3
Bebidas	6,5	-17,3	-9,3	2,5

Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC/SEI
Nota: *Com ajuste sazonal
**Em relação ao mesmo período do ano anterior.
***Em relação aos doze meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação
Bahia: 2002-2003

Ano/Mês	Mês anterior(1)	Mesmo mês do ano anterior(2)	Acumulado do ano(3)	Acumulado 12 meses(4)
2002				
Jan	4,8	6,1	6,1	1,6
Fev	-2,3	-0,2	3,0	1,4
Mar	-1,8	-0,7	1,7	1,5
Abr	-5,9	-7,9	-0,7	1,3
Mai	-13,9	-22,6	-5,5	-0,7
Jun	15,1	-7,1	-5,7	-0,8
Jul	19,9	7,8	-3,7	-0,7
Ago	-2,8	20,0	-0,8	1,2
Set	-8,2	-6,8	-1,5	-0,4
Out	3,2	-0,8	-1,5	-0,4
Nov	5,1	4,5	-0,9	-0,7
Dez	1,9	10,3	0,1	0,1
2003				
Jan	-6,0	-0,9	-0,9	-0,4
Fev	-11,6	-9,8	-5,2	-1,2
Mar	14,4	5,2	-1,7	-0,7
Abr	-2,4	8,0	6,1	0,5

Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC/SEI
Nota: 1) Com ajuste sazonal
2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
4) Variação acumulada observada nos meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

ENERGIA
Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe
Bahia - 2003

Classe	Abr-03/Mar-03	Abr-03/Abr-02	Acumulado no Ano	Últimos 12 meses
Rural/Irrigação	-10,1	5,4	17,3	19,0
Residencial	-6,9	5,5	14,7	10,9
Industrial(1)	0,1	-1,8	1,3	12,8
Comercial	-1,8	9,7	15,2	15,8
Utilidades Públicas(2)	-1,5	9,7	10,8	19,0
Setor Público	8,8	25,2	28,8	27,4
Concessionária	-2,1	9,6	13,7	-0,2
Total	**-1,9**	**1,0**	**7,3**	**13,0**

Fonte: COELBA/CO - CGM
Elaboração: SEI - GEAC
Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA. CHESF e COPENE
2. Corresponde a Iluminação Pública. Água. Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica.

SERVIÇOS
Pesquisa Mensal de Comércio - PMC
Variação no Volume de Vendas no Varejo*
Bahia - 2003

Classes e Gêneros	Abr-03/Mar-03	Abr-03/Abr-02	Acumulado no Ano**	Últimos 12 meses***
Comércio Varejista	**4,1**	**-5,8**	**-9,4**	**-4,1**
Combustíveis e Lubrificantes	2,1	-12,4	-13,5	-4,9
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	6,2	-0,9	-8,7	-5,6
Hipermercados e Supermercados	8,7	-4,4	-12,1	-9,4
Tecidos, Vestuário e Calçados	1,5	-3,7	-4,1	0,8
Móveis e Eletrodomésticos	6,0	-1,3	-6,4	0,9
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	3,1	-7,5	-7,1	-4,0
Veículos, Motos e Peças	**11,9**	**-10,1**	**-1,4**	**-5,3**

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.
Nota: * Dados deflacionados pelo IPCA.
**Em relação ao mesmo período do ano anterior.
***Em relação aos doze meses anteriores

Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador
Abril 2002 - Março 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências (1)		
	No mês (2)	Mensal (3)	Acumulado no ano (4)	No mês (2)	Mensal (3)	Acumulado no ano (4)
2002						
Abril	12,6	25,1	45,1	-17,6	37,0	113,3
Maio	10,2	18,6	38,1	-62,3	-76,4	32,1
Junho	-43,9	-31,3	23,8	-39,2	-80,9	4,7
Julho	11,7	-12,2	18,4	5,4	-36,7	1,7
Agosto	8,4	-20,5	12,4	3,5	-91,0	-30,2
Setembro	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	51,6	-85,5	-88,3

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI
1) Novos Registros
2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
4) Variação acumulada observada nos meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados
Maio 2002 - Maio 2003

Período	Quantidade			Valor		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acumulado no ano (3)	No mês (1)	Mensal (2)	Acumulado no ano (3)
2002						
Maio	-5,7	-15,6	-13,9	-5,1	-13,1	2,8
Junho	-10,9	-17,8	-14,5	-7,9	0,3	2,0
Julho	18,8	-13,1	-14,3	19,7	-1,8	1,8
Agosto	-8,3	-16,0	-14,5	-6,9	-7,5	1,3
Setembro	1,7	-3,5	-13,4	-1,2	0,3	1,2
Outubro	1,8	-15,4	-13,6	10,2	0,0	1,2
Novembro	-6,8	-12,2	-13,5	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-12,2	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	0,0	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	8,9	-4,5	-12,9	-14,1
Março	2,6	-2,7	6,9	-12,5	-20,9	-16,3
Abril	-3,5	-15,3	9,6	5,6	-18,5	-16,8
Maio	8,7	-2,4	8,1	8,7	-6,7	-14,9

Fonte: Banco Central do Brasil
1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
3) Variação acumulada observada nos meses em relação ao mesmo período do ano anterior.

TURISMO

Geração de Diárias nos Hotéis Classificados em Salvador 2002-2003[1] [2]

Mês	Diárias Geradas		
	2002	2003	2002/2003 (%)
Janeiro	160.405	185.731	15,8
Fevereiro	129.853	-	-
Março	122.778	-	-
Abril	114.799	-	-
Maio	127.322	-	-
Junho	104.714	-	-
Julho	151.368	-	-
Agosto	143.463	-	-
Setembro	123.769	-	-
Outubro	139.173	-	-
Novembro	169.475	-	-
Dezembro	140.892	-	-

Fonte: BAHIATURSA. FNRH's/BOH's
Elaboração: BAHIATURSA e SEI
(1) Nº de Hóspedes Incluso Itaparica e Praia do Forte
(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med

Hóspedes Registrados. Permanência Média e Taxa de Ocupação das UH's nos Hotéis Classificados de Salvador 2002-2003[1] [2]

Mês	2002			2003			2003/2002 (%)		
	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação[3]	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação
Janeiro	45.830	3,5	61,59	51.592	3,6	69,2	12,6	2,9	12,4
Fevereiro	38.192	3,4	56,24	-	-	-	-	-	-
Março	40.926	3,0	50,32	-	-	-	-	-	-
Abril	37.032	3,1	48,13	-	-	-	-	-	-
Maio	39.788	3,2	49,04	-	-	-	-	-	-
Junho	32.723	3,2	42,84	-	-	-	-	-	-
Julho	45.869	3,3	42,80	-	-	-	-	-	-
Agosto	49.470	2,9	58,10	-	-	-	-	-	-
Setembro	42.679	2,9	52,68	-	-	-	-	-	-
Outubro	46.391	3,0	53,88	-	-	-	-	-	-
Novembro	51.356	3,3	66,90	-	-	-	-	-	-
Dezembro	45.449	3,1	55,96	-	-	-	-	-	-

Fonte: BAHIATURSA. FNRH's/BOH's
Elaboração: BAHIATURSA e SEI
(1) Nº de Hóspedes Incluso Itaparica e Praia do Forte
(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med
(3) Tx. Ocup. Por unidade hoteleira

INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Maio 2003

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	**29,7**	**28,6**	**34,2**
Desemprego Aberto	18,9	18,3	21,5
Desemprego Oculto	7,3	3,5	10,8
Participação (PEA/PIA)	**62,7**	**63,5**	**59,2**

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
Maio 1997 - Maio 2003

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Maio 1997	13,2	12,3	60,0	60,7
Maio 1998	14,4	13,1	59,5	60,0
Maio 1999	16,6	16,0	59,9	60,9
Maio 2000	15,8	15,3	60,5	61,7
Maio 2001	17,0	16,0	61,2	61,9
Janeiro 2002	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxas de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Maio 1997 - Maio 2003

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos Maiores 10 Anos		Taxas		Pop. Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Partic. (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
Maio 1997	1.351	103,0	1.055	100,9	296	111,1	901	98,5	60,0	21,9	2.801
Maio 1998	1.377	105,0	1.031	98,6	346	129,8	937	102,4	59,5	25,1	2.860
Maio 1999	1.424	108,5	1.024	97,9	400	150,3	953	104,1	59,9	28,1	2.920
Maio 2000	1.478	112,7	1.067	102,0	411	154,4	966	105,5	60,5	27,8	2.982
Maio 2001	1.537	117,1	1.102	105,4	435	163,4	975	106,6	61,2	28,3	3.045
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Maio	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Variação Mensal Abr-03/Mar-03		1,0		0,6		2,1		-1,2	0,8	1,0	
Variação no Ano Abr-03/Dez-02		1,5		-3,0		13,8		0,7	0,3	12,1	
Variação Anual Maio-03/Maio-02		4,5		2,5		9,5		-0,2	1,8	4,6	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.
(2) Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Maio 1997 - Maio 2003

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção (1)	Serviços pessoais (2)	Serviços domésticos	Outros
Maio 1997	8,1	5,3	17,2	30,8	25,2	11,2	2,2
Maio 1998	8,2	5,3	16,7	31,4	26,6	10,2	1,6
Maio 1999	8,1	5,6	15,4	32,1	27,1	10,2	1,5
Maio 2000	8,3	5,4	15,6	32,3	25,9	10,9	1,6
Maio 2001	8,4	5,7	16,7	32,3	25,7	10,2	1,0
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Maio	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros: Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.
(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Maio 1997 - Maio 2003

Em %

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros [1]
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Maio 1997	56,3	29,1	11,1	16,2	24,9	19,6	5,3	3,8	11,2	3,8
Maio 1998	58,1	30,3	11,0	16,8	23,5	18,9	4,5	4,3	10,2	3,9
Maio 1999	59,3	32,5	11,1	15,7	23,4	19,0	4,4	3,8	10,2	3,2
Maio 2000	59,2	32,8	11,5	14,9	23,0	17,8	5,1	3,8	10,9	3,1
Maio 2001	60,9	34,6	12,1	14,3	21,9	18,3	3,6	4,2	10,2	2,8
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maio	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	31,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.

Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Abril 1997 - Abril 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)			Assalariados (2)		
	Valor Absoluto (3)		Índice (4)	Valor Absoluto (3)		Índice (4)
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Abril 1997	738	351	97,1	831	468	95,4
Abril 1998	760	370	100,1	863	471	99,0
Abril 1999	689	374	90,8	761	439	87,4
Abril 2000	676	337	89,0	773	419	88,7
Abril 2001	685	376	90,1	741	432	85,0
Janeiro 2002	681	351	89,6	745	421	85,5
Fevereiro	697	353	91,8	755	430	86,6
Março	693	350	91,2	765	430	87,9
Abril	693	349	91,3	762	439	87,5
Maio	676	345	88,9	753	417	86,4
Junho	696	345	91,6	769	436	88,3
Julho	692	345	91,1	782	442	89,7
Agosto	676	341	89,0	765	435	87,9
Setembro	642	336	84,5	731	426	84,0
Outubro	626	333	82,4	702	418	80,5
Novembro	621	330	81,7	688	418	79,0
Dezembro	619	322	81,5	689	401	79,1
Janeiro 2003	603	317	79,4	680	394	78,1
Fevereiro	605	310	79,6	681	399	78,2
Março	579	306	76,2	661	388	75,9
Abril	579	303	76,2	648	385	74,4
Variação Mensal						
Abr-03/Mar-03	0,0	-0,9	0,0	-2,0	-0,8	-2,0
Variação no Ano						
Abr-03/Dez-02	-6,5	-6,0	-6,5	-5,9	-4,1	-5,9
Variação Anual						
Abr-03/Abr-02	-16,5	-13,1	-16,5	-15,0	-12,3	-15,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.
(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Abril 2003.
(4) Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 = 100.

Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução[1]
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Abril 1997 - Abril 2003 **Em Reais**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Abril 1997	230	336	540	960	2.490
Abril 1998	244	327	467	922	2.441
Abril 1999	217	326	512	810	2.140
Abril 2000	233	310	470	823	2.151
Abril 2001	239	349	442	769	2.133
Janeiro 2002	217	322	433	787	2.116
Fevereiro	226	333	415	779	2.114
Março	206	323	396	765	2.066
Abril	211	319	401	753	2.102
Maio	203	320	413	735	2.134
Junho	214	324	447	740	2.236
Julho	227	319	440	733	2.194
Agosto	239	312	430	728	2.146
Setembro	241	318	405	707	2.019
Outubro	246	318	394	704	1.946
Novembro	228	311	410	688	1.944
Dezembro	225	301	409	687	1.955
Janeiro 2003	200	288	411	659	1.986
fevereiro	200	288	386	649	2.025
Março	189	274	370	627	1.957
Abril	198	283	371	622	1.910

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Abril 2003.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Abril 1997 - Abril 2003 **Em Reais**

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Abril 1997	666	979	584	605	759	385
Abril 1998	700	985	606	664	818	352
Abril 1999	623	826	484	622	704	372
Abril 2000	629	835	481	621	712	369
Abril 2001	629	843	478	627	711	373
Janeiro 2002	620	788	531	618	710	343
Fevereiro	636	771	524	652	723	362
Março	647	784	525	666	737	373
Abril	650	829	499	665	738	375
Maio	632	801	485	643	717	375
Junho	648	810	513	647	732	387
Julho	646	786	491	656	729	391
Agosto	633	742	497	640	720	368
Setembro	611	731	456	628	694	359
Outubro	592	715	460	601	676	335
Novembro	577	753	437	580	659	338
Dezembro	579	695	472	588	651	362
Janeiro 2003	564	704	491	562	628	375
Fevereiro	579	702	502	587	638	398
Março	564	767	462	553	636	351
Abril	558	715	437	557	622	357

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Abril - 2003.
Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Abril 1997 - Abril 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Abril 1997	93	174	351	778	1.731	174	264	468	884	1.861
Abril 1998	118	178	370	805	1.785	178	266	471	906	1.933
Abril 1999	116	191	374	734	1.583	189	272	439	874	1.734
Abril 2000	108	188	337	675	1.613	183	269	419	810	1.755
Abril 2001	127	208	376	723	1523	191	264	432	761	1.648
Janeiro 2002	117	212	351	705	1.489	210	260	421	796	1.537
Fevereiro	117	211	353	706	1.524	211	278	430	818	1.543
Março	117	210	350	703	1.519	210	274	430	818	1.632
Abril	116	211	349	702	1.520	211	277	439	816	1.631
Maio	115	230	345	694	1.497	210	266	417	811	1.621
Junho	115	229	345	690	1.605	229	275	436	816	1.720
Julho	114	229	345	687	1.594	229	275	442	829	1.720
Agosto	114	227	341	682	1.574	225	274	435	797	1.707
Setembro	111	224	336	674	1.461	223	275	426	782	1.593
Outubro	111	222	333	668	1.430	220	270	418	770	1.540
Novembro	110	219	330	660	1.336	216	268	418	752	1.447
Dezembro	107	214	322	644	1.320	214	263	401	745	1.429
Janeiro 2003	104	211	317	621	1.267	211	259	394	725	1.373
Fevereiro	103	206	310	620	1.273	206	255	399	724	1.431
Março	101	204	306	608	1.226	204	248	388	700	1.373
Abril	101	202	303	607	1.226	202	243	385	700	1.400

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Abril 2003.
(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia - 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total [1]	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Total Jan-Dez/2002	**37.298**	**8.184**	**-3.429**	**11.644**	**17.843**
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Total Jan- Mai/2003	**12.317**	**2.864**	**-2.385**	**1.359**	**474**
Últimos 12 meses	**26.770**	**6.307**	**-8.270**	**7.909**	**12.644**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.
(1) Incluem todos os setores
Nota: Dados Preliminares
Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.
Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Flutuação Mensal do Emprego
RMS - 2002/2003

Mês / Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total (1)	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Total Jan-Dez//2002	**16.401**	**2.001**	**-2.243**	**3.067**	**13.511**
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1.009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Total Jan-Mai/2003	**-1.475**	**-478**	**-696**	**60**	**-339**
Últimos 12 meses	**9.369**	**1.021**	**-3.160**	**2.205**	**9.229**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.
(1) Incluem todos os setores
Nota: Dados Preliminares
Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.
Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro - Abril/2003 **(R$ 1.000)**

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Mar-Abr/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Abr/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	**371.619.708**	**371.558.881**	**61.942.523**	**16,7**	**126.545.042**	**34,1**	**245.013.839**
Receita Tributária	110.013.569	110.032.879	20.719.106	18,8	41.204.117	37,4	68.828.762
Receita de Contribuições	223.407.791	223.346.964	35.780.286	16,0	72.318.704	32,4	151.028.260
Receita Patrimonial	10.369.921	10.369.921	1.578.343	15,2	3.058.631	29,5	7.311.290
Receita Agropecuária	24.083	24.083	3.024	12,6	7.649	31,8	16.434
Receita Industrial	368.897	368.897	30.016	8,1	88.496	24,0	280.401
Receita de Serviços	16.636.598	16.617.288	2.918.380	17,6	6.463.805	38,9	10.153.483
Transferências Correntes	213.624	213.624	28.686	13,4	85.028	39,8	128.596
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.225	884.682	8,4	3.318.612	31,4	7.266.613
Receitas de Capital	**142.281.550**	**142.342.377**	**14.442.002**	**10,1**	**39.744.956**	**27,9**	**102.597.421**
Operações de Crédito (1)	109.307.267	109.368.094	11.719.319	10,7	28.498.563	26,1	80.869.531
Alienação de Bens	3.769.642	3.769.642	156.501	4,2	373.297	9,9	3.396.345
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.165.929	2.152.411	19,3	5.210.075	46,7	5.955.854
Transferências de Capital	65.991	65.991	10.285	15,6	13.059	19,8	52.932
Outras Receitas de Capital	17.972.721	17.972.721	403.487	2,2	5.649.962	31,4	12.322.759
Subtotal das Receitas (I)	**513.901.258**	**513.901.258**	**76.384.525**	**14,9**	**166.289.998**	**32,4**	**347.611.260**
Déficit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (I+II)	**513.901.258**	**513.901.258**	**76.384.525**	**14,9**	**166.289.998**	**32,4**	**347.611.260**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC
(1) Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro - Abril/2003 **(R$ 1.000)**

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Mar-Abr/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Abr/ 2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	**394.662.740**	**394.749.244**	**52.825.948**	**13,4**	**106.062.828**	**26,9**	**288.686.416**
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.099.061	11.329.247	14,7	23.342.299	30,3	53.756.762
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.644.106	8.854.948	9,5	18.188.168	19,4	75.455.938
Outras Despesas Correntes	223.972.448	224.006.077	32.641.753	14,6	64.532.361	28,8	159.473.716
Transf.a Estados, DF e Munícipios	74.656.033	74.673.433	11.737.712	15,7	25.122.004	33,6	49.551.429
Benefícios Previdenciários (2)	97.353.841	97.353.841	14.525.468	14,9	28.873.073	29,7	68.480.768
Demais Despesas Correntes	51.962.574	51.978.803	6.378.573	12,3	10.537.284	20,3	41.441.519
Despesas de Capital	**98.584.015**	**98.585.386**	**8.432.744**	**8,6**	**30.160.502**	**30,6**	**68.424.884**
Investimentos	14.180.170	14.181.541	97.380	0,7	104.291	0,7	14.077.250
Inversões Financeiras	24.376.291	24.376.291	1.985.902	8,1	3.005.406	12,3	21.370.885
Amortização da Dívida (1)	60.027.554	60.027.554	6.349.462	10,6	27.050.805	45,1	32.976.749
Reserva de Contingência	**20.521.773**	**20.433.898**	**-**	**-**	**-**	**-**	**20.433.898**
Subtotal das Despesas (I)	**513.768.528**	**513.768.528**	**61.258.692**	**11,9**	**136.223.330**	**26,5**	**377.545.198**
Superávit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.066.668**	**-**	**-**
Total (I+II)	**513.768.528**	**513.768.528**	**61.258.692**	**11,9**	**166.289.998**	**32,4**	**377.545.198**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC
(1) Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.
(2) Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários e sentenças judiciais referentes a esses benefícios.

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Abril/2003 **(R$ 1.000)**

Receitas	Previsão Inicial	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
		Bim. Mar/Abr	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	**9.919.493**	**1.627.853**	**16,4**	**3.371.396**	**34,0**	**6.548.096**
Receita Tributária	5.895.690	1.001.400	17,0	2.070.154	35,1	3.825.537
Impostos	5.724.753	976.636	17,1	2.018.900	35,3	3.705.853
Taxas	170.937	24.764	14,5	51.253	30,0	119.684
Receita de Contribuições	965.364	171.054	17,7	349.285	36,2	616.079
Contribuições Sociais	865.364	144.133	16,7	299.842	34,6	565.522
Contribuições Econômicas	100.000	26.920	26,9	49.443	49,4	50.557
Receita Patrimonial	194.445	36.764	18,9	60.643	31,2	133.802
Receitas Imobiliárias	26.348	375	1,4	717	2,7	25.631
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	420	1,1	420	1,1	39.580
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	538	22,1	995	40,9	1.436
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	35.430	28,2	58.511	46,6	67.155
Receita Agropecuária	1.698	-	-	6	0,4	1.692
Receita da Produção Vegetal	47	-	-	6	13,5	41
Receita da Produção Animal e Derivados	751	-	-	-	-	
Outras Receitas Agropecuárias	900	-	-	-	-	-
Receita Industrial	90	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	90	-	-	-	-	
Receita de Serviços	264.987	22.044	8,3	45.239	17,1	219.748
Receita de Serviços	264.987	22.044	8,3	45.239	17,1	219.748
Transferências Correntes	2.934.611	478.494	16,3	1.043.458	35,6	1.891.153
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	465.853	17,2	1.024.263	37,8	1.685.274
Transferências de Instituições Privadas	507	20	3,9	20	3,9	487
Transferências do Exterior	492	-	-	110	22,4	382
Transferências de Convênios	224.074	12.621	5,6	19.065	8,5	205.009
Outras Receitas Correntes	578.905	73.419	12,7	131.811	22,8	447.094
Multas e Juros de Mora	100.644	9.748	9,7	18.717	18,6	81.927
Indenizações e Restituições	51.711	900	1,7	1.824	3,5	49.887
Receita da Dívida Ativa	6.196	560	9,0	1.123	18,1	5.073
Receitas Correntes Diversas	420.354	62.211	14,8	110.148	26,2	310.207
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(155.322)	17,0	(329.201)	35,9	(587.096)
Receitas de Capital	**1.009.629**	**116.606**	**11,5**	**170.778**	**16,9**	**838.851**
Operações de Crédito	606.885	51.298	8,5	102.655	16,9	504.230
Operações de Crédito Internas	195.178	4.175	2,1	6.410	3,3	188.768
Operações de Crédito Internas	195.178	4.175	2,1	6.410	3,3	188.768
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	411.707	47.123	11,4	96.245	23,4	315.462
Alienação de Bens	140.477	273	0,2	865	0,6	139.612
Alienação de Bens Móveis	139.697	2	0,0	2	0,0	139.695
Alienação de Bens Imóveis	780	271	34,7	863	110,6	(83)
Amortização de Empréstimos	3.000	834	27,8	834	27,8	2.166
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	834	27,8	834	27,8	2.166
Transferências de Capital	259.252	64.202	24,8	66.424	25,6	192.828
Transferências Intergovernamentais	20.650	52.897	256,2	53.317	258,2	(32.667)
Transferências de Instituições Privadas	98	-	-	-	-	98
Transferências do Exterior	421	-	-	-	-	421
Transferências de Convênios	238.083	11.305	4,7	13.107	5,5	224.976
Outras Receitas de Capital	15	-	-	-	-	
Outras Receitas	15	-	-	-	-	15
Subtotal das Receitas	**10.929.122**	**1.744.459**	**16,0**	**3.542.174**	**32,4**	**7.386.948**
Saldos de Exercícios Anteriores (II)				**79.245**		
Subtotal (III)=(I+II)	**10.929.122**	**1.744.459**		**3.621.419**		**7.386.947**
Déficit (IV)						
Total (III+IV)	**10.929.122**	**1.744.459**		**3.621.419**		**7.386.947**

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Abril/2003

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Mar/Abr	No Exercício	Bim. Mar/Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	**8.835.108**	**57.587**	**8.892.696**	**1.413.328**	**2.736.091**	**1.431.665**	**2.652.329**	**6.240.366**
Pessoal e Encargos	4.569.112	22.012	4.591.124	711.344	1.435.713	751.965	1.428.811	3.162.313
Juros e Encargos da Dívida	576.873	-	576.873	110.593	226.716	110.577	226.526	350.347
Outras Despesas Correntes	3.689.123	35.576	3.724.699	591.391	1.073.662	569.122	996.993	2.727.706
Despesas de Capital	**2.075.434**	**31.925**	**2.107.359**	**351.249**	**579.470**	**347.656**	**555.694**	**1.551.665**
Investimentos	1.125.505	183.498	1.309.003	168.710	259.677	165.118	235.901	1.073.102
Inversões Financeiras	340.218	(142.573)	197.645	28.258	59.291	28.258	59.291	138.354
Amortizações da Dívida	609.711	(9.000)	600.711	154.281	260.502	154.281	260.502	340.209
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	609.711	(9.000)	600.711	154.281	260.502	154.281	260.502	340.209
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	**18.579**	**-**	**18.579**	**-**	**-**	**-**	**-**	**18.579**
Subtotal das Despesas	**10.929.121**	**89.512**	**11.018.634**	**1.764.577**	**3.315.561**	**1.779.321**	**3.208.024**	**7.810.610**
Superávit							**413.395**	
Total	**10.929.121**	**89.512**	**11.018.634**	**1.764.577**	**3.315.561**	**1.779.321**	**3.621.419**	**7.810.610**

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal
Bahia: janeiro de 2002 a abril de 2003

(R$ 1.000)

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Maio	404.853		39.646		444.499	
Junho	385.374		37.870		423.244	
Julho	383.472		41.896		425.369	
Agosto	422.288		43.420		465.708	
Setembro	451.985		39.479		491.464	
Outubro	464.967		28.897		493.863	
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	**4.950.531**		**432.583**		**5.383.114**	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da receita tributária(1)
Bahia: janeiro de 2002 a abril de 2003 **(R$ 1.000)**

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	509.714	506.021	25.868	46.632	535.582	552.652
Fevereiro	510.752	501.513	37.636	38.149	548.389	539.662
Março	447.402	440.922	37.576	40.188	484.978	481.110
Abril	483.053	483.606	48.789	35.434	531.841	519.040
Maio	526.511		32.613		559.124	
Junho	492.628		48.410		541.038	
Julho	480.350		52.480		532.830	
Agosto	516.755		53.134		569.888	
Setembro	538.850		47.066		585.916	
Outubro	531.914		33.057		564.971	
Novembro	533.427		25.476		558.904	
Dezembro	494.329		67.833		562.162	
Total	**6.065.686**		**509.937**		**6.575.622**	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração: SEI.
(1) Valores atualizados a preços de abril/03 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para os Estados
Bahia : Janeiro de 2002 a Abril de 2003 **(R$ 1.000)**

Mês	Receitas									
	FPE*		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO**		Outras(1)		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Maio	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	30.407	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	49.887	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	68.600	6.301	52.807	167.488	760.967

Fonte: MINFAZ/STN
Elaboração: SEI
(1) Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579.
(*) Deduzidos 15% para o FUNDEF.
(**) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC 87/96 e complementação.

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Abril/2003 **(R$ 1.000)**

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Mar-Abr/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan-Abr/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	**1.215.028**	**1.215.028**	**180.900**	**14,9**	**402.650**	**33,1**	**812.378**
Receita Tributária	484.550	484.550	58.676	12,1	158.910	32,8	325.640
Impostos	394.500	394.500	49.108	12,4	127.786	32,4	266.714
Taxas	90.050	90.050	9.541	10,6	31.079	34,5	58.971
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	27		45	-	
Receita de Contribuições	21.850	21.850	12.124	-	16.253	74,4	5.597
Contribuições Sociais	21.850	21.850	6.082	-	10.211	46,7	11.639
Contribuições Econômicas	-	-	6.042	-	6.042	-	(6.042)
Receita Patrimonial	61.571	61.571	7.537	12,2	14.807	24,0	46.764
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	523	22,6	1.032	44,7	1.278
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	6.778	36,9	13.296	72,5	5.054
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	38.911	231	0,6	467	1,2	38.444
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	5	0,3	12	0,6	1.988
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	132	-	132	-	(132)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	132	-	132	-	(132)
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	29.222	29.222	3.530	12,1	7.693	26,3	21.529
Receita de Serviços	29.222	29.222	3.530	12,1	7.693	26,3	21.529
Transferências Correntes	553.777	553.777	81.110	14,6	172.292	31,1	381.485
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.510	78.483	16,0	168.310	34,2	323.200
Transf. de Instituições Privadas	-	-	22	-	56	-	(56)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	6	-	6	-	(6)
Transferências de Convênios	62.267	62.267	2.599	4,2	3.920	6,3	58.347
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	17.791	27,8	32.563	50,8	31.495
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	12.197	54,2	20.988	93,3	1.512
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.245	31,1	1.461	36,5	2.539
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	4.236	14,6	9.133	31,5	19.867
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	113	1,3	981	11,5	7.577
Receitas de Capital	**72.321**	**104.121**	**6.527**	**6,3**	**12.501**	**12,0**	**91.620**
Operações de Crédito	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-		-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-		-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Operações de Crédito Externas	-	-	-		-	-	-
Alienação de Bens	2.300	2.300	-	-	-	-	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300		-		-	2.300
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	55.899	57.699	6.527	11,3	12.501	21,7	45.198
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	-	-	-	-	3.950
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	51.949	53.749	6.527	12,1	12.501	23,3	41.248
Outras Receitas de Capital	122	122	-	-	-	-	122
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	122	122	-	-	-	-	122
Subtotal das Receitas (I)	**1.287.349**	**1.319.149**	**187.427**	**14,2**	**415.151**	**31,5**	**903.998**
Saldos de exercícios Anteriores (II)							
Subtotal III= I+II	**1.287.349**	**1.319.149**	**187.427**	**14,2**	**415.151**	**31,5**	**903.998**
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	**1.287.349**	**1.319.149**	**187.427**	**14,2**	**415.151**	**31,5**	**903.998**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.
Nota: Administraçaõ Direta e Indireta da PMS.

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Abril/2003 **(R$ 1.000)**

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abril/ 2003 (d)	Jan-Abr/ 2003 (e)	Mar-Abril/ 2003 (f)	Jan-Abr/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	**1.070.363**	**(123)**	**1.070.240**	**197.722**	**472.004**	**169.908**	**337.390**	**31,5**	732.850
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	(150)	404.660	62.713	165.074	66.440	126.831	31,3	277.829
Juros e Encargos da Dívida Interna	64.000	-	64.000	-	31.293	11.586	22.171	34,6	41.829
Outras Despesas Correntes	601.553	27	601.580	135.009	275.637	91.882	188.388	31,3	413.192
Despesas de Capital	**207.986**	**37.890**	**245.876**	**26.202**	**68.746**	**33.935**	**55.651**	**22,6**	**190.225**
Investimentos	151.976	32.890	184.866	20.572	41.932	22.314	37.011	20,0	147.855
Inversões Financeiras	5.010	5.000	10.010	5.630	5.835	3.630	3.835	38,3	6.175
Amortização da Dívida	51.000	-	51.000	-	20.979	7.991	14.805	29,0	36.195
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	-	51.000	-	20.979	7.991	14.805	29,0	36.195
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	**9.000**	-	**9.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.000**
Subtotal das Despesas (I)	**1.287.349**	**37.767**	**1.325.116**	**223.924**	**540.750**	**203.843**	**393.041**	**29,7**	**932.075**
Superávit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**22.110**	**-**	**-**
Total (I+II)	**1.287.349**	**37.767**	**1.325.116**	**223.924**	**540.750**	**203.843**	**415.151**	**31,3**	**932.075**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.
Nota: Administraçaõ Direta e Indireta da PMS.

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2ª a 6ª, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Publique seu Artigo

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Uma das revistas de maior credibilidade da Bahia

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Bahia Análise & Dados. Editada e registrada no ISSN desde 1991, a Bahia Análise & Dados tem recebido reconhecimento e grande credibilidade graças à abrangência e qualidade de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores. Conheça as normas para publicação e a pauta temática da revista acessando o nosso site.

Tema - edição setembro/2003

Logística, Infra-estrutura de Transportes e Desenvolvimento Regional

Conheça as normas detalhadas e a pauta técnica no site:

www.sei.ba.gov.br

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2ª a 6ª, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE